

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - UNIFESSPA
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PROFSOCIO

ROSANA DA CONCEIÇÃO DA SILVA

DICIONÁRIO BÁSICO MARXISTA PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA

Marabá
2026

ROSANA DA CONCEIÇÃO DA SILVA

**DICIONÁRIO BÁSICO MARXISTA PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional Professor de Sociologia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Sociologia

Linha de pesquisa: Juventudes e questões contemporâneas

Orientador: Prof. Dr. Cloves Barbosa

Marabá
2026

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Centro de Biblioteca Universitária

S586d Silva, Rosana da conceição da
 Dicionário básico marxista para o ensino de
 sociologia na educação básica / Rosana da conceição da
 Silva. – 2026.

 Orientador(a): Cloves Barbosa.

 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Sul
 e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá,
 Instituto de Ciências Humanas, Programa de Mestrado
 Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Marabá,
 2026.

 1. Ensino de Sociologia. 2. Capitalismo. 3.
 Materialismo dialético e histórico. 4. Dicionário. I.
 Barbosa, Cloves, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 370.12

Gerada automaticamente pelo módulo Ficha Fácil, conforme os dados
fornecidos pelos(as) autores(as).

ROSANA DA CONCEIÇÃO DA SILVA

**DICIONÁRIO BÁSICO MARXISTA PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional Professor de Sociologia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Sociologia

Data de aprovação: Marabá (PA), 16 de março de 2026.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Cloves Barbosa
Orientador

Prof. Dr. David Junior de Souza Silva
Examinador Externo

Profa. Dra. Maura Pereira dos Anjos
Examinadora Interna

Profa. Dra. Simone Cristina Contente Padilha
Examinadora Suplente

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho acadêmico aos meus três filhos: João Luccas Marinho da Silva, Pedro Miguel Marinho da Silva e Davi Marinho da Silva. A eles, todo amor, cuidado e gratidão.

Aos meus amados pais, Helena Maria da Conceição da Silva e Antônio Ribeiro da Silva, que sempre estiveram ao meu lado, passando valores que foram fundamentais para o meu crescimento pessoal e profissional.

A todas as mães atípicas que, assim como eu, lidam diariamente com o cuidado e a proteção dos filhos atípicos, dando a eles cuidado e proteção, sem abrir mão da realização profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me guiado até aqui com sabedoria e muitas bênçãos.

Ao meu companheiro de vida Isaías Marinho de Sousa, sempre me apoiando e cuidando dos nossos filhos quando eu precisei de ausentar em busca de crescimento profissional.

Ao meu orientador Prof.^o Dr. Cloves Barbosa, pela sua sabedoria, paciência e dedicação ao longo percurso da elaboração desse trabalho, com os membros da banca de defesa da dissertação.

Aos professores de Ciências Sociais da Unifesspa, em especial, aos Prof.^o Dr. Armando, Prof^a. Dr^a Maura dos Anjos e Prof^a Dr^a. Simone Contente, por todo conhecimento repassado e dedicação durante a minha jornada no Profsocio.

Aos colegas de turma do Profsocio, pelo apoio, companheirismo e cumplicidade.

Aos meus irmãos: Eliane da Conceição da Silva, Eliene da Conceição Silva, Erinaldo da Conceição da Silva e Rafael da Conceição da Silva, pelo carinho, amor e me dando coragem para seguir em frente.

Aos amigos e familiares que sempre emanaram energias positivas e mesmo longe torceram pelo meu sucesso.

Por fim, divido os eventuais méritos deste trabalho com todas as pessoas que contribuíram com a minha formação, desenvolvimento acadêmico e profissional. Contudo, cabe a minha, toda a responsabilidade pelas insuficiências remanescentes que ainda possam ser encontradas no conteúdo e no desenvolvimento argumentativo aqui exposto.

EPIÍGRAFE

A libertação é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce desse parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos.

A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se.

Paulo Freire

RESUMO

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso consistiu na construção de um dicionário básico de categoria marxista para jovens estudantes do ensino médio, promovendo o engajamento social e o pensamento crítico desses sujeitos. A construção desse trabalho surgiu da necessidade de criar um material didático-pedagógico para fortalecer o ensino de Sociologia, conectando os conteúdos sociológicos à realidade sociocultural dos jovens, principalmente aos que habitam na região amazônica, onde o território foi moldado pela construção de grandes projetos voltados para atender as demandas do capital. Além disso, busca atender competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento Curricular do Estado do Pará (DCE/PA). Assim, este estudo partiu da seguinte problemática: Como incluir a teoria marxista no ensino de jovens do ensino médio? Para desenvolver o trabalho e responder a problemática em questão, foram construídos os seguintes objetivos específicos: Compreender a formação da sociedade capitalista a partir do materialismo histórico dialético, identificando o papel da educação como parte da superestrutura que contribui para a reprodução ou transformação social; estimular os sujeitos amazônicos a interpretar a sociedade em que vive, a partir do pensamento marxista, promovendo o conhecimento crítico sobre o seu território e as transformações socioambientais; aplicar o dicionário marxista, colaborando para o ensino da crítica marxista sobre a sociedade capitalista, especialmente em sujeitos que vivem em territórios amazônicos e contribuir com a formação da consciência crítica sobre os processos de exploração e de dominação existente na sociedade em que predomina o modo de produção capitalista. Priorizou-se uma abordagem dialética materialista e emancipatória, além da observação no momento da aplicação do dicionário na turma escolhida, qual seja: uma turma de Jovens e Adultos, matriculados no anexo I da Escola Estadual de Ensino Médio Papa Paulo VI, município de Novo Repartimento/Pará. Após aplicação do dicionário, foi possível perceber o perfil dos jovens estudantes e como a ideologia dominante e alienação fazem parte da vida cotidiana desses sujeitos, onde a sociedade em que vivem, foi construída a partir da colonização que favoreceu o surgimento e a manutenção das desigualdades sociais, dos conflitos territoriais e da existência de um capitalismo periférico, marcado pela exploração dos recursos naturais e superexploração da força de trabalho humano. Por conseguinte, o dicionário contribui para a compreensão das diversas contradições do capitalismo presentes no cotidiano desses jovens, levando-os a desmitificar as diferentes formas de dominação existentes nas estruturas sociais, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Capitalismo. Materialismo dialético e histórico. Dicionário.

ABSTRACT

The objective of this final course project was to construct a basic dictionary of Marxist categories for young high school students, promoting social engagement and critical thinking among these individuals. This work arose from the need to create didactic-pedagogical material to strengthen the teaching of Sociology, connecting sociological content to the sociocultural reality of young people, especially those living in the Amazon region, where the territory has been shaped by the construction of large projects aimed at meeting the demands of capital. Furthermore, it seeks to fulfill the competencies of the National Common Curricular Base (BNCC) and the Curricular Document of the State of Pará (DCE/PA). Thus, this study started from the following problem: How to include Marxist theory in the education of high school students? To develop the work and answer the problem in question, the following specific objectives were established: To understand the formation of capitalist society from the perspective of historical dialectical materialism, identifying the role of education as part of the superstructure that contributes to social reproduction or transformation; To encourage Amazonian individuals to interpret the society in which they live from a Marxist perspective, promoting critical knowledge about their territory and socio-environmental transformations; to apply the Marxist dictionary, contributing to the teaching of Marxist critique of capitalist society, especially among individuals living in Amazonian territories, and to contribute to the formation of critical awareness of the processes of exploitation and domination existing in a society dominated by the capitalist mode of production. A dialectical, materialist, and emancipatory approach was prioritized, in addition to observation during the application of the dictionary to the chosen group: a group of young adults enrolled in Annex I of the Papa Paulo VI State High School, in the municipality of Novo Repartimento/Pará. After applying the dictionary, it was possible to understand the profile of the young students and how the dominant ideology and alienation are part of their daily lives. The society in which they live was built upon colonization, which favored the emergence and maintenance of social inequalities, territorial conflicts, and the existence of a peripheral capitalism marked by the exploitation of natural resources and the super-exploitation of human labor. Consequently, the dictionary contributes to the understanding of the various contradictions of capitalism present in the daily lives of these young people, leading them to demystify the different forms of domination existing in social structures, contributing to the formation of a more just and inclusive society.

Keywords: Sociology teaching. Capitalism. Dialectical and historical materialism. Dictionary.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização geográfica do município de Novo Repartimento/PA	64
Figura 2 – Lago da UHE e os municípios da região de integração	65
Figura 3 - População demográfico do município de Novo Repartimento/Pará 2000-2022	68
Figura 4 - Matrículas por dependências administrativas em escolas do ensino médio – Período de 2000-2022	74
Figura 5- Número de estabelecimentos com vínculos empregatícios	75
Figura 6 - Vínculos empregatícios segundo setor de atividade econômica 2014-2021	76
Figura 7 - Questões de identificação dos alunos participantes da pesquisa	102
Figura 8 - Questões de avaliação do dicionário.....	103
Figura 9 - Perfil social, etário e ocupacional dos estudantes participantes.	107
Figura 10 - Avalie o dicionário, usando a escala de 1 (ruim) a 5 (Excelente) enquanto a facilidade de uso.	111
Figura 11 - o que achou dos recursos adicionais.	112
Figura 12 - Você recomendaria este dicionário a um colega e amigo?.....	112
Figura 13 - Contribuição do dicionário para a formação pessoal.....	114
Figura 14 - Você conseguiu entender os verbetes apresentados no dicionário.	115
Figura 15 - O dicionário ajudou você a pensar de forma diferente sobre a sociedade em que vive?	116

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BR-230	Rodovia Transamazônica
BR -422	Rodovia do Pará
DCE/PA	Documento Curricular do Estado do Pará
D-M-D	Dinheiro - Mercadoria – Dinheiro
D – M – D’	Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro acrescido
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
M-D-M	Mercadoria – Dinheiro - Mercadoria
MPC	Modo de Produção Capitalista
MPC	Modo de Produção Comunista
MPCa	Modo de Produção Camponês
MPCo	Modo de Produção Cooperativista
MPF	Modo de Produção Feudal
PROFSOCIO	Mestrado Profissional em Rede Nacional de Sociologia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UHE	Usina Hidrelétrica de Tucuruí
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
1.2	Problema e justificativa.....	18
1.3	Objetivos	21
1.3.1	Objetivo Geral	21
1.3.2	Objetivos específicos.....	21
1.4	Estrutura da dissertação	21
2	SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NA TEORIA MARXISTA	23
2.1	Metabolismo social em Marx: Relação homem/natureza	23
2.2	Estabelecimento da sociedade de classes	26
2.2.1	As sociedades pré-capitalistas	27
2.2.2	As sociedades contemporâneas.....	35
2.2	A educação sob a ótica da teoria marxista: uma abordagem emancipadora.....	48
3	ESCOLA E TERRITÓRIO	61
3.1	Novo Repartimento/PA e as contradições do capital.....	61
3.2	Relação do território da escola com a sociedade de classes	69
4	METODOLOGIA.....	77
4.1	Como tratar o dicionário de Marx para os jovens do ensino médio	77
4.2	Dicionário básico marxista para o ensino de sociologia no ensino médio.....	81
4.3	Procedimento metodológico para aplicação do dicionário na turma do ensino médio	101
5	ANÁLISE E	106
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
	REFERENCIAS.....	121
	APÊNDICE	124

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O trabalho dissertativo trata-se da construção de um dicionário básico de categoria marxista para o ensino de Sociologia na educação básica. O dicionário foi construído a partir do método dialético materialista e emancipatório, usando pesquisas bibliográficas e aplicado em uma turma da EJA (Educação de Jovens e Adultos) na turma do Anexo I da Escola Estadual de Ensino Médio Papa Paulo VI, município de Novo Repartimento – Pará. O estado do Pará está localizado na região amazônica, uma área que foi construída historicamente a partir da relação entre os indivíduos e a natureza, que determinou suas formas de vida, produção e organização social.

Nesse contexto, a sociedade pode ser compreendida como uma construção histórica e material, moldada pelas formas como os indivíduos produzem sua existência e se relacionam com a natureza. Essa interação do homem-natureza, segundo Netto e Braz (2008, p. 30) “transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades.

Essa transformação é realizada através da atividade denominada trabalho, onde o homem usa ferramentas, conhecimentos e criam um valor de uso. Desta forma, é necessário explicar que existe o trabalho no plano subjetivo (as abelhas que modificam a natureza) e o trabalho no plano objetivo (o homem que transforma natureza). Este último, é uma atividade teleologicamente orientada, universalizada e de linguagem articulada (Netto e Braz, 2008, p. 43).

Marx, na obra O capital, refere-se ao trabalho como sendo...

[...] dispêndio e força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso (Marx, 2013, p. 172).

Dessa forma, pode ser considerado trabalho, qualquer gasto de energia humana que gera um valor e que tem uma forma específica, gerando um valor de uso. Nesse contexto, Marx define o trabalho como abstrato e concreto.

Nas sociedades pré-capitalistas, o trabalho era definido na sua forma concreta, sendo produzido somente para o valor de uso. Já nas sociedades contemporâneas, o trabalho passou a ter a sua forma abstrata, passando a gerar um valor. Assim, para entender a historicidade das sociedades, é necessário entender como o trabalho é desenvolvido em diferentes épocas, já que o trabalho como uma atividade coletiva, modifica tanto a natureza como constitui o homem como um ser social.

Partindo desse pressuposto, Marx, ao construir o seu método de pesquisa materialismo histórico e dialético, parte da explicação de que a vida social se funda nas condições materiais de produção, por meio das relações que os homens estabelecem entre si e na maneira como se relacionam e apropriam da natureza para satisfazer as suas necessidades, construída por meio do trabalho.

Na sociedade primitiva, o trabalho tinha uma única finalidade: suprir as necessidades básicas, como cita Clastres (1978), ao afirmar que o homem primitivo desenvolvia as suas atividades essencialmente para suprir as suas necessidades, tirando da natureza somente o que precisava, de modo que a maior parte do tempo era dedicado ao lazer e a vida social.

Nesse mesmo contexto, Netto e Braz (2008, p. 56) afirmam que o homem primitivo vivia em abrigos, coletando vegetais, caçando e realizando atividades comuns, praticando a igualdade e a distribuição praticamente equitativa de tudo que fazia e colhiam.

Marx (2011, p. 629), por sua vez, aponta que na sociedade primitiva “a terra é o grande laboratório, o arsenal, que fornece tanto o meio de trabalho quanto o material de trabalho, bem como a sede, a base da comunidade”. Observa-se que a apropriação da natureza ocorria de forma limitada, pela baixa capacidade produtiva e era retirado da natureza somente o que precisavam. Pode citar como sociedade primitiva, as tribos indígenas que viviam na Amazônia antes da colonização.

O modo de produção primitiva deixou de ser predominante, quando começou a domesticação de animais e o surgimento da agricultura, aperfeiçoando os instrumentos do trabalho, permitindo que a ação do homem sobre a natureza produzisse mais do que precisava para sobreviver, gerando o excedente (Netto e Braz, 2008, p. 56 e 57).

Surgiu o modo de produção tributário ou asiático, conceito dado por Marx para explicar a transição da sociedade sem classe para a sociedade de classe. As classes dominantes eram compostas por militares e sacerdotes, que se tornaram proprietários dos meios de produção e passaram a extorquir os trabalhadores diretos, os quais passaram a ser obrigados a pagar tributos. A relação de dominação ocorria de forma legítima, usando a divindade, como ocorreu no Egito.

Segundo Netto e Braz (2008, p. 57), o surgimento do excedente econômico está associado ao aumento da produtividade do trabalho, o que possibilita a acumulação do produto do trabalho. Dessa forma, abre a possibilidade de explorar o trabalho humano. Posta a exploração, surge o antagonismo, de modo que a comunidade passa a ser dividida em produtores diretos (aqueles que produzem bens) e produtores indiretos (aqueles que se apropriam do trabalho alheio), dando origem ao modo de produção escravista.

Com a origem do excedente, evoluiu-se o desenvolvimento do processo do trabalho, que envolve os meios de trabalho, os objetos de trabalho e a força de trabalho que juntos formam as forças produtivas, determinando as relações entre homem e a natureza e entre os próprios homens.

Nessa conjuntura do escravismo, o trabalho assume outra forma, de modo que o homem passou a ser reduzido a propriedade do outro. Os escravizados trabalhavam sob uma jornada exaustiva, recebendo somente o necessário para sobreviver.

Nesse cenário, Barbosa (2024) afirma que o modo de produção escravista era constituído de duas maneiras: a infraestrutura econômica (formada pela aristocracia dominante, que se tornou proprietária dos meios de produção) e a superestrutura política (grupo que usava a pregação religiosa para cobrar tributos, legitimando sua dominação social e econômica). Por conseguinte, a forma escravista de produção passa a predominar sobre outros tipos de relações de produção, levando a sociedade para uma formação social e econômica escravistas (Barbosa, 2024a, p. 242 e 245).

O sistema escravista entrou em crise em razão dos elevados custos para a manutenção da repressão aos escravos, do parasitismo dos grandes proprietários e do caráter monótono e pouco produtivo do trabalho escravo. Além disso, a ampla difusão do trabalho escravo contribuiu para a ruína de artesãos e camponeses livres, enfraquecendo setores produtivos essenciais (Netto e Braz, 2008, p. 68).

Esses autores ainda destacam que, nesse contexto, o trabalho livre passou a se mostrar mais produtivo, favorecendo o desenvolvimento de novas forças produtivas e a gradual transição para o modo de produção feudal. No feudalismo, a economia baseava-se no trato da terra, dividida entre a reserva senhorial e os lotes destinados aos servos, produtores diretos que trabalhavam para sua subsistência e pagavam tributos e prestações ao senhor feudal.

Netto e Braz, (2008) também ratificam que as terras eram controladas pelos senhores feudais que recebiam feudos dos reis, rainhas ou imperadores, por sua vez, tornavam vassalos. Já os servos trabalhavam na terra e metade do que produziam eram extorquidos. A igreja católica, grande proprietária de terra, mantinha sua influência, legitimando o poder dos monarcas.

Na sociedade feudal, a produção destinada à troca era centrada na produção artesanal, que aos poucos, foi se organizando em corporações - as Ligas dos comerciantes (Netto e Braz, 2008, p. 69-71), abrindo caminhos para o crescimento das cidades e rotas comerciais, enfraquecendo a autossuficiência dos feudos, exigindo o uso do dinheiro como troca de mercadorias.

Além disso, outros fatores como a redução das guerras, o esgotamento de recursos técnicos, a peste negra, dentre outros, agitaram as estruturas feudal, obrigando os senhores feudais a celebrar novas relações com os servos, culminando de forma gradativa no fim do modo de produção feudal.

Com a crise do feudalismo, muitas pessoas deixaram a condição servil, aglomerando-se nos centros urbanos e, com o surgimento da Revolução Industrial, vendiam a sua força de trabalho.

Barbosa (2024a, p. 47) afirma que o artesão e o negociante foram fundamentais, pois o artesão e mestre começam a contratar quantidade de força de trabalho em troca de salário, extraíndo a mais-valia. Esses valores produzidos são extorquidos pela classe dominante, característica fundamental do modo de produção capitalista que passou a existir.

Marx, ao produzir a obra *O capital*, com o intuito de explicar o início do modo de produção capitalista, usa o termo acumulação primitiva e usa uma metáfora, relacionando-a com o pecado original (onde o homem foi condenado a comer o seu pão com o suor de seu rosto) para desmitificar as origens da acumulação do capital e da divisão da sociedade em classes.

Marx afirma que o processo de separação do homem e dos meios de produção foi um processo histórico, marcado pela violência e de desapropriação das terras, um bem que era comunal.

Corroborando com Marx (2013), Netto e Braz (2008) afirmam que a acumulação primitiva ocorreu na Inglaterra, quando os camponeses foram expulsos da terra, migrando para as cidades, levando somente a força de trabalho para vender como mercadoria para os capitalistas em troca de um salário para sobreviver.

Marx (2013, p. 962-963) assegura que o camponês deixou apenas de “ser acorrentado a gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa” para se tornar um trabalhador livre, que vende a sua força de trabalho. Esse processo resultou numa grande massa de trabalhadores se aglomerando nos centros urbanos, pois com as Leis dos Cercamentos das terras comunais, os camponeses perderam direito sobre a terra.

Destarte, Netto e Braz (2008); Marx (2013) afirmam que o Estado contribuiu para o surgimento e consolidação do capitalismo, garantido condições necessárias para o desenvolvimento e fortalecimento da burguesia.

Com a fortalecimento da burguesia alterou o papel do Estado, o poder do rei estava descentralizado e as decisões políticas e econômicas estavam mais centralizadas no Parlamento. Dessa forma, a burguesia tinha o domínio de terras, dinheiro e matérias-primas começaram a

financiar as indústrias, acumulando mais capital, levando a nova classe a expandir em grande escala, abrindo novos mercados e em busca de mais matérias-primas e força de trabalho.

Destarte, Marx e Engels (2023, p. 29) afirmam que “a burguesia, historicamente, cumpriu um papel revolucionário”, destruindo as relações feudais e “não deixou restar vínculo algum entre os homens, além do interesse pessoal e o pagamento em dinheiro desprovido de qualquer sentimento.” Inference-se das falas dos autores, que houve substituição da exploração mascarada por ilusões religiosas e políticas, pela exploração aberta, descarada, direta e brutal. Exemplo disso, também ocorreu na colonização, em que o processo que se deu por meio da dominação econômica europeia sobre os outros povos. Nesse contexto, Barbosa (2024a, p. 112) cita que os colonizadores buscaram instrumentos para exercer a dominação, fazendo uso da bíblia e das religiões, assim, como ocorreu com outros grupos (o nazifascismo, por exemplo) para manter a dominação mundial do capital.

Por isso que Marx e Engels (2007, p. 32) são categóricos em afirmar que “o Estado é o Estado da classe dominante, as ideias da classe dominante são as ideias dominantes de cada época”, de modo que a burguesia se mantém no poder também por meio de ideologias.

Neste contexto, Marx observa que há elementos dentro do próprio modo de produção capitalista, que pode elevar a superação da sociedade capitalista, citando o modo de produção camponês e o modo de produção cooperativista, onde os trabalhadores são donos dos meios de produção, são autônomos e exercem o seu trabalho sem submeter a alienação, tornando uma sociedade sem exploração.

Diante da preocupação da forma como os indivíduos eram explorados na sociedade capitalista, Marx, durante o Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, ocorrido em Genebra elaborou as Instruções para Delegados do Conselho Geral Provisório, com o objetivo de alertar sobre a exploração precoce e garantir a formação integral do indivíduo. Nesse documento, Marx denunciou a exploração precoce da força de trabalho, especialmente infantil, e defendeu a articulação entre trabalho, educação e formação intelectual, moral e física, como condição necessária para a emancipação humana e para o desenvolvimento integral do indivíduo.

Nesse contexto, Coletti (2025, p. 16) pontua que:

As críticas de Marx e Engels denunciavam as desigualdades estruturais geradas pelo capitalismo, especialmente no contexto da manufatura e das precárias condições de trabalho, inclusive o trabalho infantil e feminino. Suas intervenções, como nas críticas aos sistemas educacionais inglês e prussiano, apontam para uma sociedade futura sem classes, onde a educação sirva à emancipação plena do indivíduo.

Como se pode observar, o autor enfatiza que a forma de organização e produção na sociedade capitalista gera as desigualdades. E, ao criticar o ensino Inglês e Prussiano, mostra como a escola passa a assumir o papel de reprodutora da desigualdade e manutenção da ordem social, por isso, Marx e Engels defendem a tese de que a educação tem que promover a emancipação integral do indivíduo.

Do mesmo modo, defende Paulo Freire ao elaborar a teoria da Pedagogia do Oprimido, que visa a libertação do oprimido (classe trabalhadora) de seu opressor (classe dominante), em que o sujeito, que vive na opressão, toma consciência de sua situação de oprimido, compreende os mecanismos de dominação e se mobiliza para transformar a sociedade.

Nesse pressuposto, é essencial que o sujeito amazônico conheça sua posição na sociedade e compreenda como a expansão do capitalismo determina as relações sociais na região, reproduzindo diferentes formas de desigualdades. Para mudar essa realidade, é necessário que obtenha consciência crítica para superar as mazelas existentes que, conseqüentemente, advém do modo de produção capitalista.

Dessa forma, pode-se afirmar que a Amazônia, enquanto território, tem sido profundamente transformada pelo avanço do capital. Exemplo disso é a construção da rodovia Transamazônica (BR – 230), iniciada durante a ditadura militar (1964-1985), com intuito de povoar essa região e trazer desenvolvimento econômico, mas que, ao mesmo tempo, acelerou a destruição da natureza, aumentando o desaparecimento das florestas devido à expansão agropecuária e dos grandes projetos energéticos, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, localizada na região sudeste do Pará.

Ressalta-se que a rodovia Transamazônica e a usina Hidrelétrica de Tucuruí contribuíram para o surgimento do município de Novo Repartimento/ Pará, transformando o território, que antes era habitado por povos originários (os indígenas Parakanãs), que sofreu impactos com esses dois grandes projetos. Dessa forma, a Amazônia é um território marcado por relações e práticas sociais entre sociedade, natureza e poder econômico. Portanto, um território não é apenas um espaço físico, mas um lugar socialmente construído. Por isso, a Amazônia tem sido moldada pelo avanço do capitalismo que transforma o metabolismo social (Santos, 2005).

1.2 Problema e justificativa

Apesar da relevância da Sociologia para o desenvolvimento do pensamento crítico, muitos estudantes do Ensino Médio enfrentam dificuldades para compreender os conceitos fundamentais dessa disciplina. Essas dificuldades podem ser atribuídas a um ensino distante da

realidade sociocultural dos alunos e à ausência de materiais didáticos e estratégias pedagógicas que dialoguem com suas experiências cotidianas. Diante disso, surge a questão: Como incluir a teoria marxista no ensino de jovens do ensino médio?

Dessa forma, foi construído o trabalho intitulado “**Dicionário básico marxista para o ensino de sociologia na educação básica**”, que emerge da necessidade de fortalecer o ensino de Sociologia no Ensino Médio, promovendo uma abordagem que articule conceitos fundamentais à realidade dos estudantes.

Destaca-se que temas como trabalho, lutas de classes, ideologia, alienação, dentre outros conceitos, que abordam a formação econômica e sociocultural da sociedade são fundamentais para a formação crítica, capacitando-os a refletir sobre as estruturas sociais em que estão inseridos. Dessa forma, os conceitos marxistas justificam-se pela necessidade de disponibilizar um instrumento teórico-metodológico que facilita a compreensão crítica da realidade social. Esses conceitos são frequentemente utilizados no senso comum ou de forma simplificada, comprometendo o seu real significado.

A criação de um Dicionário básico de categoria marxista também é justificada pela necessidade de ter disponíveis, materiais didáticos-pedagógicos que venham ser utilizados no ensino de Sociologia no Ensino Médio, sendo uma das exigências do Mestrado Profissional em Ensino de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO, ofertado pela Universidade Federal do Ceará – UFC, que está associada à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA. O recurso didático produzido, deverá ser inédito, atrativo e capaz de engajar estudantes em uma disciplina que frequentemente enfrenta desafios relacionados à sua didática.

O dicionário atenderá à demanda por estratégias de ensino que conectem os conteúdos sociológicos às realidades socioculturais dos estudantes e que podem contribuir para tornar os temas mais tangíveis, facilitando o aprendizado e incentivando a reflexão crítica. Nesse sentido, um dicionário marxista contribui para esclarecer conceitos fundamentais para formação básica do estudante, promovendo o acesso democrático ao conhecimento crítico, além de oferecer instrumentos para esse grupo interpretar as contradições do capitalismo e suas facetas atuais que são construídos historicamente.

Desde os primórdios, os seres humanos buscam compreender a vida em sociedade, como destaca Lopes (2010, p. 14) ao dizer que “a reflexão e a observação dos homens sobre as diferentes sociedades e o meio social no qual vivem é uma prática antiga na história da humanidade”. Da mesma forma, Netto e Braz (2008, p. 29) falando do objetivo da Economia Política, afirmam que é “o estudo das leis sociais que regulam a produção e a distribuição dos meios materiais que permitem a satisfação das necessidades dos homens, historicamente

determinada”. Marx se destaca pela crítica que realizou sobre a sociedade submetida ao capital e as consequências desta situação para a população em geral e para a classe trabalhadora. Contudo, foi no século XIX que a Sociologia emergiu como um campo científico específico, com rigor metodológico e um objeto de estudo claramente definido.

Netto (2011) descreve a construção da teoria social de Marx, um dos pensadores que contribuiu para a construção da Sociologia como ciência, partindo do que é concreto, analisando a sociedade a partir da divisão de duas classes: os donos dos meios de produção e os não donos dos meios de produção. Assim, podendo afirmar que o objeto de pesquisa de Marx é a sociedade burguesa, chegando ao entendimento de que tal sociedade surgiu a partir da crise do modo de produção feudal.

Logo, o surgimento da Sociologia está intimamente ligado a transformações históricas significativas, como a transição do feudalismo para o capitalismo, a expansão marítima, as grandes navegações e o avanço científico. Esses acontecimentos realizaram o cenário para o desenvolvimento dessa ciência, como destaca Tomazi (2013, p. 15), ao enfatizar que "esses elementos específicos são o panorama de fundo que pode iluminar o movimento intelectual que altera profundamente as formas de explicar a natureza e a sociedade”.

No Ensino Médio, a Sociologia desempenha um papel crucial na formação crítica dos indivíduos, oferecendo aos estudantes ferramentas conceituais e metodológicas para compreender e atuar no mundo social. Mesmo diante de sua relevância, o ensino desta disciplina apresenta desafios, como a definição dos conteúdos prioritários e a adaptação às realidades dos estudantes. Cabe ao educador, conectar os conceitos sociológicos às vivências dos alunos, promovendo uma abordagem contextualizada e significativa. Um dicionário não apenas apoia o aprendizado, mas também estimula a autonomia dos alunos em buscar a própria aprendizagem.

Por fim, a construção de um dicionário com conceitos marxistas, torna-se relevante para os sujeitos amazônicos, onde predomina o capitalismo periférico, exploração de recursos naturais, além de conflitos territoriais. Uma região que é marcada pela expropriação e invisibilidade dos povos originários, torna-se necessário um instrumento sistematizado, claro e objetivo, que revela os mecanismos de dominação que moldam a realidade, de maneira que estes sujeitos possam analisar as forças econômicas e políticas que atuam sobre seus territórios e nas suas vivências.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Construir um dicionário básico de categoria marxista para jovens estudantes do ensino médio, promovendo o engajamento social e o pensamento crítico desses sujeitos.

1.3.2 Objetivos específicos

Tem como objetivos específicos: Compreender a formação da sociedade capitalista a partir do materialismo histórico dialético, identificando o papel da educação como parte da superestrutura que contribui para a reprodução ou transformação social; Estimular os sujeitos amazônicos a interpretar a sociedade em que vive, a partir do pensamento marxista, promovendo o conhecimento crítico sobre o seu território e as transformações socioambientais; Aplicar o dicionário marxista, colaborando para o ensino da crítica marxista sobre a sociedade capitalista, especialmente em sujeitos que vivem em territórios amazônicos e contribuir com a formação da consciência crítica sobre os processos de exploração e de dominação existente na sociedade em que predomina o modo de produção capitalista.

1.4 Estrutura da dissertação

Esta dissertação foi estruturada em seis capítulos, partindo da parte introdutória. Os capítulos foram subdivididos de acordo com os conteúdos abordados em cada capítulo, a saber:

No capítulo 1 - Considerações iniciais, o qual apresenta uma visão temática do trabalho desenvolvido, o problema e a justificativa, além do objetivo geral e os objetivos específicos. Capítulo 2 – Sociedade e educação na teoria marxista, que aborda o metabolismo social em Marx, explicando a relação do homem e a natureza desde das sociedades pré-capitalista as sociedades contemporâneas, destacando as variações do poder político e a educação como emancipatória dos indivíduos na sociedade capitalista. Capítulo 3 – Escola e território, que caracteriza o município de Novo Repartimento/Pará, enfatizando a sua origem, a expansão e as contradições do capitalismo na região. Além de abordar a relação do território da escola em que foi aplicado o dicionário de Marx com a sociedade de classes e a caracterização da escola em que foi usado a amostra da pesquisa. Capítulo 4 – Metodologia: onde se busca explicar como tratar o dicionário de Marx para os jovens do ensino médio, tratando da Base Nacional Comum

Curricular (BNCC) e Documento Curricular do Estado do Pará (DCE/PA). A descrição minuciosa do dicionário e os procedimentos metodológicos usados para aplicação do dicionário. Capítulo 5 – Análise e resultados, por meio do qual se mostra a apresentação dos resultados e análise dos dados encontrados na aplicação do dicionário. Por fim, no capítulo 6 – Considerações finais, onde são expostas as considerações finais elaboradas a partir da problemática, dos objetivos e dos resultados da amostra analisada.

2 SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NA TEORIA MARXISTA

2.1 Metabolismo social em Marx: Relação homem/natureza

A crítica marxista desvenda os processos sociais com seus aspectos econômicos, culturais e políticos que compõem uma situação social vigente, que o senso comum e as posturas que buscam manter como resultado dos movimentos naturais. Marx demonstra em suas obras, que as relações tanto entre os seres humanos quanto as relações dos seres humanos com a natureza estão marcadas por intencionalidades, que impulsionam a formulação de projetos que organizam a sociedade conforme os interesses dos grupos que formulam e implementam estes projetos.

Estes projetos econômicos e sociais se efetivam por meios de produção, conforme a época histórica. Estas produções ocorrem através das relações de produção, que é mediada e transformada pela atividade humana por meio do trabalho. Netto e Braz (2008, p. 30) afirmam que trabalho é a forma que homens e mulheres “transformam matérias naturais em produtos que atendam às suas necessidades”, ou seja, é a transformação da matéria.

Para Marx (2013, p. 327-328):

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Nessa transformação da matéria, o ser humano usa as ferramentas necessárias e o conhecimento acumulado para gerar o processo de transformação da matéria, pensando no seu valor de uso. Netto e Braz (2008, p. 32) afirmam que a “realização do trabalho só se dar quando essa prefiguração ideal se objetiva, isto é, quando a matéria natural é transformada” pela ação do sujeito, podendo ocorrer tanto no plano subjetivo (no caso das abelhas ao construir as colmeias e na polinização) quanto no plano objetivo (no caso do homem que transformam a matéria para além das determinações naturais).

Essa capacidade de pensar é que difere o homem dos outros animais e torna-o um ser social. Esta relação do ser humano com a natureza é fundamental para o surgimento e desenvolvimento da humanidade. É relevante destacar que o trabalho possui caráter coletivo e se constitui como uma necessidade de comunicação, o que define sua dimensão social e o torna

um elemento fundante da transformação do homem em um ser social. Segundo Netto e Braz (2008, p. 41), a constituição do homem como ser social se dá pela capacidade de realizar...

[...] 1. atividades teleologicamente orientada; 2. Objetivar-se material e idealmente; 3. Comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada; 4. Tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente; 5. Escolher entre alternativas concretas; 6. Universalizar-se; e 7. Socializar-se.

Esses elementos determinam o ser humano enquanto um ser histórico, cultural, social e produtivo. Além disso, relacionam-se ao estudo e à evolução do trabalho, sendo determinantes para as atividades do ser social e para o processo de sua humanização, que se constrói, por meio do trabalho e da prática social, nas relações concretas de produção. Nesse processo, o trabalho pode assumir uma forma alienada, quando o homem não se reconhece nele, ou emancipadora, quando o ser humano se relaciona de maneira consciente e livre com a natureza e com os outros seres humanos.

Por conseguinte, o ser social é além do trabalho, pois cria objetivações que ultrapassam o universo do trabalho, por meio da práxis, uma categoria teórica, voltada para as relações homem-natureza e homem-homem, por meio da práxis educativa ou práxis política, além dos produtos resultantes da práxis material e não material.

Uma vez que, “o homem é produto e criação da sua autoatividade, ele é o que (se) fez e (se) faz” (Netto e Braz, 2008, p. 44). Assim, o homem, ao se relacionar com o mundo do trabalho, se apropria da natureza sensível, transforma o mundo e, ao mesmo tempo, se transforma como sujeitos sociais. Dessa forma, com o desenvolvimento do trabalho, as relações homem e natureza vão se modificando, e quando mais o homem se torna humano, menor será a sua condição de natural.

Destarte, “em determinadas condições históricos sociais, os produtos do trabalho e da imaginação, humanos deixam de se mostrar como objetivações que expressam a humanidades dos homens e escapam de seu controle” (Netto e Braz, 2008, p. 44).

Marx (2011, p. 81) pontua que:

O trabalhador se apropria do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos meios de vida segundo um duplo sentido: primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser meio de vida no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador.

Nesse pressuposto, pode-se afirmar que o trabalhador não possui o que produz, pois o produto do seu trabalho não lhe pertence. O trabalhador não consegue garantir sua própria subsistência com seu salário, vendendo a sua força de trabalho, ocorrendo a alienação do ser

humano, levando-o a não se reconhecer dentro do trabalho. “A alienação é própria de sociedades onde têm vigência e divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais (Neto e Braz, 2008, p. 45).

Deve-se recordar que nas sociedades chamadas primitivas, os seres humanos se relacionavam diretamente com a natureza, que era totalmente propriedade de uso coletivo. Quando surgem as classes sociais antagônicas, a relação do ser humano com a natureza passa a ser condicionada por uma propriedade fundamental nas relações entre todos.

Nesse contexto, a classe socialmente dominante passa a exigir que o acesso à natureza pelas classes dominadas seja mediado por condicionantes que possibilitam a apropriação, pela classe dominante, daquilo que os dominados produzem por meio de seu próprio trabalho. A teoria toma a realidade concreta como ponto fundamental de partida e, por essa razão, é caracterizada como materialista. Por conseguinte:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento (Marx, 2011a, p. 54-55).

A realidade se constitui de diversas determinações, que formam uma unidade composta de diversas partes. Esta unidade, que nunca é monolítica, é tomada como ponto de partida para realizar representações e análises. As implicações desta realidade para as teorizações são imensas. Nesse pensamento, Netto (2011, p. 21) aponta que “a teoria é para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa”.

Este ponto de partida garante a base real que as teorizações procuram representar. Assim, pode-se afirmar que a teoria de “Marx era de natureza ontológica e não epistemológica” (Netto, 2011, p. 27). A realidade é compreendida como uma totalidade constituída por múltiplas determinações e, nesse sentido, tomada como ponto de partida da análise. Trata-se de determinações reais e concretas que, em síntese, se apresentam no tempo e no espaço, conferindo historicidade aos processos sociais e possibilitando a constituição de bases reais para cada forma de produzir historicamente inventada e efetivada, isto é, os diferentes modos de produção.

Nesse sentido, Marx afirmou que:

Uma nação morreria se parasse de trabalhar não direi por um ano, mas. Por algumas semanas. Sabe igualmente que as massas de produtos correspondentes a diferentes

massas de necessidades requerem massas diferentes e quantitativamente determinadas do trabalho social total (Marx, 1983, p. 455).

Marx ressalta a importância da produção econômica como sendo um conjunto de elementos fundamentais para o sustento da vida em sociedade. As relações econômicas são partes constitutivas necessárias na composição da materialidade da sociedade. Não se trata de economicismo, pois, os aspectos econômicos não são os únicos a serem considerados nas análises sociais e políticas. Entretanto, os elementos econômicos não podem ser menosprezados nas análises. Cada tipo de produção de natureza socioeconômica apresenta suas implicações na distribuição, tornando-se determinante na constituição de pessoas privilegiadas e pessoas desprivilegiadas. Esta é uma das condições fundamentais da vida humana. Isto não quer dizer que os aspectos econômicos constituem os únicos determinantes de qualquer sociedade.

As análises dessa realidade integram elaborações teóricas que resultam de procedimentos racionais previamente definidos. Nesse sentido, constituem determinações abstratas que representam a realidade em nível teórico. Assim, as múltiplas determinações reais e abstratas constituem um dos elementos que fazem parte da síntese apresentada sobre a realidade analisada. Nesse contexto, emergem instituições socialmente construídas, bem como elementos jurídicos e culturais, como a religião, além das tomadas de posição individuais e de diferentes teóricos, orientadas por compromissos com a reprodução da ordem social vigente ou com sua transformação.

2.2 Estabelecimento da sociedade de classes

A historicidade das sociedades sustenta a apresentação delas como constituídas de modos de produção diversos, sendo que um deles aparece como dominante (reinante) sobre os outros, e, assim, caracterizam a sociedade concreta. “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual, por sua vez, como a sua forma elementar” (Marx, 2013, p. 158).

Marx inicia *O Capital* pela análise da mercadoria, forma elementar da riqueza na sociedade capitalista, tomando como referência a formação econômico-social do capitalismo. O modo de produção capitalista apresenta-se como dominante em relação a outros modos de produção, os quais, embora historicamente superados pela revolução burguesa, continuam a subsistir de maneira residual no interior da sociedade capitalista, como ocorre com determinadas relações servis e escravistas de produção. Nesse sentido, dois grandes tipos de

sociedade tornam-se centrais para este trabalho: as sociedades pré-capitalistas e a sociedade capitalista.

As sociedades pré-capitalistas constituíram-se sob a predominância de diferentes modos de produção, entre os quais se destacam o modo de produção primitivo, o tributário (asiático ou antigo), o escravista e o feudal. Já as sociedades burguesas contemporâneas caracterizam-se pela predominância do modo de produção capitalista. Diante disso, apresenta-se, neste trabalho, um breve resumo dos principais modos de produção que marcam a história da humanidade, desde o período anterior à dominação do capital até as sociedades contemporâneas.

Para fins de exposição, a análise organiza-se em dois grandes tópicos: as sociedades pré-capitalistas e as sociedades contemporâneas, abrangendo, respectivamente, o modo de produção primitivo, o tributário, o escravista, o servil/feudal e, por fim, o modo de produção capitalista, predominante nas formações sociais mais desenvolvidas. Este último constitui o foco principal da investigação.

2.1.1 As sociedades pré-capitalistas

a) Modo de produção primitivo

A dinâmica dos modos de produção refere-se às transformações e às interações dos diferentes sistemas de organização econômica e social ao longo do tempo. Há diversos estudos e teorias que apontam que antes existiam sociedades sem classe e sem Estados, como Clastres. Nas sociedades chamadas primitivas, o modo de produção era baseado na coletividade e no uso comunal dos recursos naturais, onde a divisão do trabalho era simples e a propriedade era coletiva. Nessa perspectiva:

Para o homem das sociedades primitivas, a atividade de produção é exatamente medida, delimitada pelas necessidades que têm de ser satisfeitas, estando implícito que se trata essencialmente das necessidades energéticas: a produção é projetada sobre a reconstituição do estoque de energia gasto. Em outros termos, é a vida como natureza que - com exceção dos bens consumidos socialmente por ocasião das festas - fundamenta e determina a quantidade de tempo dedicado a reproduzi-la. Isso equivale a dizer que, uma vez assegurada a satisfação global das necessidades energéticas, nada poderia estimular a sociedade primitiva a desejar produzir mais, isto é, a alienar o seu tempo num trabalho sem finalidade, enquanto esse tempo é disponível para a ociosidade, o jogo, a guerra ou a festa (Clastres, 1978, p.138).

Como pode perceber, nas sociedades primitivas, o trabalho tinha como única finalidade, suprir as necessidades básicas, e uma vez que isso era alcançado, o tempo era dedicado ao lazer e à vida social, sem o impulso de produzir excessivamente. Clastres ainda aponta que “na

sociedade primitiva, a sociedade essencialmente igualitária, os homens são senhores de sua atividade, senhores da circulação dos produtos dessas atividades” (Clastres, 1978, p. 138).

A comunidade primitiva vivia em abrigos rudes, alimentando-se de vegetais e da caça. A princípio, usavam os instrumentos como machados de pedra, mas depois foi-se aperfeiçoando, passando a usar arco e flecha, redes de pesca, canoas e remos. Essas atividades eram comuns a todos os membros do grupo e seus resultados eram partilhados. Havia um “comunismo primitivo” em que regiam a igualdade “e a distribuição equitativa do pouco que produzia”, sendo que os homens eram caçadores e as mulheres coletavam e preparavam os alimentos (Netto e Braz, 2008, p. 56).

Nesse contexto, Marx, descreve:

A coletividade tribal que surge naturalmente, ou, se preferirmos, o gregarismo, é o primeiro pressuposto – a comunidade de sangue, linguagem, costumes etc. – da apropriação das condições objetivas da sua vida e da atividade que a reproduz e objetiva (atividade como pastor, caçador, agricultor etc.). A terra é o grande laboratório, o arsenal, que fornece tanto o meio de trabalho quanto o material de trabalho, bem como a sede, a base da comunidade. Eles se relacionam com a terra, ingenuamente, como propriedade da comunidade, e da comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo. Somente como parte, como membro dessa comunidade, cada indivíduo singular se comporta como proprietário ou possuidor. A apropriação real pelo processo do trabalho se realiza sob esses pressupostos, que não são eles mesmos produto do trabalho, mas aparecem como seus pressupostos naturais ou divinos (Marx, 2011, p. 629).

Nota-se que a formação social e econômica era baseada na propriedade coletiva dos meios de produção, especialmente da terra, que era comum a todos, sendo vista como algo natural ou até divino. Nestas sociedades, não haviam classes socialmente dominantes contrapostas a classes dominadas (sem Estado), nem classes economicamente exploradoras contrapostas a classes economicamente exploradas. Esta característica sustentava a existência de relações diretas entre os seres humanos e a natureza.

Nesse aspecto, Clastres (1978) enfatiza que os homens da sociedade primitiva usavam as técnicas e os processos para adaptar e dominar a natureza conforme as suas necessidades, e não como os indivíduos da sociedade moderna, que influenciados pelo pensamento cartesiano, buscam o domínio da natureza, tirando dela além do que precisa. Nessa suposição, na sociedade primitiva, “todo grupo humano chega a exercer, pela força, o mínimo necessário de dominação sobre o meio que ocupa” (Clastres, 1978, p. 134).

Algumas destas sociedades continham mecanismos socioculturais que faziam com que os resultados das produções econômicas fossem “distribuídos como dádivas em rituais observados em tribos de diversas partes do mundo”. Também no Brasil, antes do

descobrimento, haviam tribos que já habitavam e viviam em uma sociedade sem classe e sem presença do Estado (Mauss, 2003b, p. 188, 190, 191 e 314; Fernandes, 2006).

O modo de produção primitivo deixou de ser predominante quando o aprimoramento técnico possibilitou que uma fração social utilizasse instrumentos produtivos como instrumentos de guerra e passou a dominar social e economicamente uma fração e pudesse sobreviver às custas do trabalho alheio. “A introdução de novas forças de trabalho tornou-se desejável. A guerra forneceu-as” (Clastres, 1978, p. 138).

Para fundamentar estas relações sociais, a classe dominante passou a ser dona dos meios de produção, deixando outra classe sem este tipo de propriedade. As comunidades isoladas passam a ser submetidas a um poder político sustentador de privilégios de dominação social e de exploração econômica de classes. Referindo-se a algumas tribos amazônicas, Pierre Clastres descreveu a diferença entre a situação de vida numa sociedade sem classes e sem Estado e numa sociedade classista. “É exatamente ali que se inscreve a diferença entre o selvagem amazônico e o Império Inca. O primeiro produz para viver, enquanto o segundo trabalha, de mais a mais, para fazer com que outros vivam – os que não trabalham, os senhores” (Clastres, 1978, p. 138).

Mais precisamente, a propriedade coletiva dos meios de produção foi transformada em propriedade privada, apropriada por uma fração social que se constituiu como classe dominante. Com isso, emergem os modos de produção baseados na divisão de classes, convertendo uma sociedade originalmente sem classes em uma sociedade marcada por antagonismos de classe. (Engels, 1985, p. 358).

Portanto, o modo de produção primitiva durou mais de trinta mil anos. E, gradualmente, as pessoas foram deixando a sua vida nômade e se vinculando a um território, dedicando-se as atividades de pastoreios e ao cultivo de terras, mudando a sua relação com a natureza, aperfeiçoando os instrumentos de trabalhos e com o desenvolvimento de técnicas científicas, como o controle do tempo para realizar as plantações, a irrigação, dentre outros.

Por conseguinte, “os progressos no processo de trabalho (as habilidades adquiridas pelos homens, o aperfeiçoamento dos seus instrumentos, o conhecimento menos precário da natureza, etc.) tornaram-no mais produtivo”, e, começaram a produzir mais do que necessitava para sobreviver, “surgindo o excedente econômico”, sinalizando “o aumento da produtividade do trabalho, operando uma revolução na vida das comunidades primitivas”. Deste modo, houve uma maior divisão social de trabalho, bem como as primeiras formas de trocas, além de abrir alternativas para a exploração do trabalho humano, de modo a dissolver a comunidade primitiva, surgindo outro modo de produção (Netto e Braz, 2008, p. 56 e 57).

b) Modo de produção tributário

O modo de produção tributário, também conhecido como modo de produção asiático, denominado muitas vezes como “antigo”, pois era mais presente na região asiática, foi um conceito de Marx para explicar a transição de sociedades sem classes para sociedades com classes. Essas classes eram compostas de grupos militares e sacerdotes, que se tornaram os proprietários dos meios de produção e extorquiam os trabalhadores diretos, tanto camponeses, quanto os que se encontravam submetidos à escravidão ou ao trabalho servil, os quais passaram a ser obrigados a pagar, direta ou indiretamente, um tributo (Marx, 2017).

Neste período, as relações entre dominantes e dominados eram legitimados a partir da divindade, predominantemente de maneira mítica e teológica, prevalecendo de forma legítima a supremacia econômica e política, caracterizando um poder central em que uma determinada classe social apropria-se das condições superiores e tem um domínio sobre uma pequena comunidade, como foi no Egito antigo e no império Inca, onde uma associação entre sacerdotes e forças militares ocuparam os aparelhos de Estado, em nome de uma divindade, ou, até mesmo se assumiam como sendo deuses.

As relações entre os seres humanos e a natureza só podiam ocorrer como uma concessão de uma realidade concebida e justificada divinamente. Os trabalhadores só teriam acesso aos meios de subsistência se pagassem o tributo por meio das suas próprias atividades produtivas para a classe dominante, que também ocupava e controlava os aparelhos de Estado, uma vez que, “as condições naturais passavam por modificações de acordo com as necessidades humanas e com isso, a própria humanidade passava por modificações” (Barbosa, 2024a, p. 38).

No modo de produção despótico (antigo, asiático, ou, tributário), a propriedade dos meios de produção é tida como propriedade do ocupante máximo do poder como representante ou a própria divindade. “Sendo a unidade o proprietário real e o pressuposto real da propriedade comunitária, essa própria unidade pode aparecer como um particular acima das numerosas comunidades particulares reais, em que o indivíduo singular é, de fato, privado de propriedade”. O poder supremo do Estado é efetivado por um déspota. “Por essa razão, no meio do despotismo oriental e da ausência de propriedade, existe como fundamento de fato essa propriedade tribal ou comunitária, gerada na maioria das vezes por meio da combinação de manufatura e agricultura” (Marx, 2011, p. 389). Por isso:

Independentemente da forma mais ou menos desenvolvida da produção social, a produtividade do trabalho permanece vinculada a condições naturais. Todas elas podem ser reduzidas à natureza do homem mesmo, como raça etc., e à natureza que o rodeia. as condições naturais externas se dividem do ponto de vista econômico em

duas grandes classes: a riqueza natural de meios de subsistência, como fertilidade do solo, águas ricas em peixes etc., e a riqueza natural em meios de trabalho, como quedas de água vivas, rios navegáveis, madeira, metais, carvão etc. Nos primórdios da civilização, o papel decisivo cabe ao primeiro tipo de riqueza natural é o decisivo; uma vez alcançados níveis superiores de desenvolvimento, o segundo passa a predominar. Compare-se, por exemplo, a Inglaterra com a Índia, ou no mundo antigo, Atenas e Corinto com países às margens do mar Negro (Marx, 2013, p. 711).

Nota-se que o poder de Estado tributário submete um conjunto de comunidades aldeãs, inclusive comunidades comunistas primitivas, que estão submetidas a um poder supremo despótico dentro de um território, geralmente centralizado numa individualidade de referência, e que confere unidade ao conjunto de aldeias, com relações escravista, servis ou camponeses, que pagam um tributo aos ocupantes do poder central e que, ao mesmo tempo, constitui-se como força coletora de tributos, geralmente, na forma de dízimos. A predominância do tributarismo sobre outras relações produtivas constitui a formação social e econômica tributária (Marx, 2011, p. 389).

Quando uma fração escravocrata passa a reunir forças suficientes para se tornar dominante, o modo de produção tributário entra em crise e é suplantado, de modo que a sociedade passa a ter o modo de produção escravista como dominante.

c) Modo de produção escravista

Quando uma aristocracia escravista passa a dominar o aparelho de Estado e retira de lá o conjunto sacerdotal-militar, passa a transformar as relações de produção na forma predominantemente escravista. No período escravistas nas sociedades antigas como a Grécia e Roma, os modos de produção caracterizavam-se pela exploração de trabalho escravo, onde estes produziam para os senhores de terra ou para quem ocupava o Estado, que agora passou a ser controlado por uma aristocracia escravista. A aristocracia se tornou proprietária dos meios de produção: grandes extensões de terras. As relações entre os seres humanos e a natureza passaram a ser efetivadas com a submissão dos trabalhadores ao trabalho escravo.

Sendo assim, com o surgimento do excedente, tornou-se compensador o homem escravizar o seu semelhante. Na sociedade primitiva, os grupos iam a guerra e matavam os seus prisioneiros, muitas vezes, os devoravam, pois não haviam possibilidade de explorá-lo, “posto o excedente, vale a pena escravizar e explorar homens”. Neste modo de produção, claramente observa o antagonismo de classes entre escravos e seus proprietários, mas haviam outros segmentos livres, como os artesãos. Esses subgrupos serviam aos proprietários, realizando tarefa, como coleta de impostos e combatendo rebeliões de escravos (Netto e Braz, 2008, p. 65-66).

A origem do excedente econômico revolucionou o desenvolvimento do processo de trabalho, envolvendo: a) os meios de trabalho – os instrumentos, ferramentas, instalações, “bem como a terra, que um meio universal”; b) os objetos do trabalho – as matérias naturais modificadas ou não pela ação do homem; c) e a força de trabalho – a energia humana, que por meio dos meios de trabalho, transformam a matéria em “bens úteis à satisfação de necessidades”. Esse conjunto forma as forças produtivas, que “operam dentro de relações determinadas entre os homens e a natureza e entre os próprios homens”, inserindo relações tanto técnicas como sociais, estreitando as relações de produção (Netto e Braz, 2008, p. 58 e 59).

Os escravos trabalhavam sob uma jornada de trabalho exaustiva e tudo que produziam era propriedade dos senhores donos de terras escravistas, que concediam aos trabalhadores somente o necessário à moradia e à sobrevivência.

Em seus apontamentos, Barbosa enfatiza que no modo de produção escravista se constituiu de duas maneiras, sendo que a primeira é a infraestrutura econômica, composta pela classe aristocrática dominante que se tornou proprietária dos meios de produção e exploradora do trabalho dos escravos, e a segunda pela superestrutura jurídico-política de legitimação ideológica, que usando a pregação religiosa, iniciou-se a fazer cobranças de tributos, exercendo uma dominação social e econômica.

A classe dominante, que exercia todo o poder político, era formada pelos senhores donos de escravos, que tinham posse das propriedades e das pessoas. Quando a forma escravista de produção passa a predominar sobre outros tipos de relações de produção, a sociedade se torna uma formação social e econômica escravista (Barbosa, 2024a, p. 42-45).

O fracionamento da aristocracia em escravista e servil tornou possível o surgimento do modo de produção servil ou feudal, com a predominância das relações servis de exploração do trabalho produtivo.

d) Modo de produção feudal

O modo de produção na sociedade feudal é baseado na relação entre senhores feudais e trabalhadores submetidos ao trabalho servil. A relação com a natureza é efetivada com a realização de relações servis de trabalho, onde as atividades produtivas ocorrem na semana, dividida em duas partes iguais em dias de trabalho, sendo que uma metade é destinada aos senhores de terras e a outra metade é destinada à manutenção da força de trabalho. A terra passa a ser a principal fonte de riqueza, sendo controlada pelos senhores, que recebiam feudos dos reis ou das rainhas, ou de imperadores, dos quais se tornam vassalos, enquanto os servos

trabalhavam na terra e a metade do que produziam era extorquida pelos senhores servís (feudais).

Como sustentam Netto e Braz (2008, p. 68-69):

Base territorial de uma economia fundada no trato da terra, o feudo pertencia a um nobre (senhor), que sujeitava os produtores diretos (servos); a terra arável era dividida entre a parte do senhor e a parte que, em troca de tributos e prestações, era ocupada pelos servos (glebas) – pastos, prados, bisques e baldios eram usados em comum. A propriedade da terra constituía o fundamento da estrutura social: a sociedade se polarizava entre os senhores e os servos – e é preciso recordar que a Igreja católica, cuja alta hierarquia provinha da nobreza e com ela se identificava, detinha grandes extensões de terras, fonte da riqueza que respaldava seu enorme poder.

A sociedade feudal tinha como base econômica a produção agrária e a posse territorial, além de ser estratificada e hierarquizada. A Igreja Católica era uma das maiores proprietárias de terras da época, e sua alta hierarquia provinha da nobreza, o que a alinhava aos senhores feudais. A forte influência religiosa produzia uma cosmovisão própria, vinculada à organização social, legitimando a ordem social como constituída conforme a vontade de Deus, ou seja, uma ordenação “cósmica-divina” (Poulantzas, 1977, p. 158; Barbosa, 2024b, p. 66-67).

O modo de produção material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral’. Tudo isso seria correto para o mundo atual, onde dominam os interesses materiais, mas não seria válido nem para a Idade Média, onde dominava o catolicismo, nem para Atenas ou Roma, onde dominava a política (Marx, 2013, p. 1135).

Com isto, o modo de produção servil passou a contar com uma forte predominância de uma determinação abstrata: a determinação religiosa, na sociedade feudal (Marx, 2011a, p. 54-55). Isso se deu porque da atuação central da Igreja católica na vida social, política, econômica e cultural de tal período, sendo a principal intercessora entre Deus e os homens, legitimando o poder dos monarcas, como vontade divina e sendo a maior proprietária de terras medievais, de modo que ainda se prevalecia de dízimos de produção dos fiéis.

Netto e Braz (2008, p. 69) recordam que “no regime feudal, o excedente produzido pelos servos era expropriado mediante o monopólio da violência (real e potencial), exercido pelos senhores”, pois viviam uma “vida miserável” e nutriam ódio por seus senhores, “a quem deviam, ainda, o compromisso de não se afastar dos feudos” e quando fugiam eram punidos.

Já por volta do século XI, a sociedade feudal estava bem definida, “uma classe de produtores diretos - os servos” e a classe dos senhores feudais, que se dedicavam à caça e à guerra. Nesse período, “mantinham-se a produção para a troca, centrada no trabalho artesanal, que aos poucos estavam se organizando em corporações e os comerciantes/mercadores

buscavam mecanismos associativos - as ligas de comerciantes,” abrindo espaços para o crescimento das cidades e abertura para as rotas comerciais.

Nessa conjuntura, o modo de produção feudal entrou em crise quando se desenvolveram práticas mercantis no seu interior. O mercantilismo exigia o estabelecimento de relações não servis, pois, exige o uso do dinheiro em todas as trocas. Nesse processo de transição, muitas pessoas deixaram a condição de servil, estabelecendo os aglomerados urbanos, havendo cobranças de impostos por parte do Estado.

Nesse contexto “o artesão e o negociante foram essenciais nesse processo”, pois “o artesão e mestre passa a submeter uma quantidade de força de trabalho assalariada da qual extrai mais-valia, tornando-se capitalista”, assumindo comportamentos capitalistas de dominação social e de exploração econômica (Barbosa, 2024a, p. 47). Os conflitos entre os tipos de relações sociais exigiram também que fossem modificadas algumas instituições estatais como a constituição de um parlamento.

Netto e Braz (2008, p. 83) destacam que “já no século XVIII, a produção mercantil simples viu-se deslocada pela produção mercantil capitalista”. Os mercantilistas se tornaram “mais influentes na sociedade, na economia e também nas elaborações culturais e intelectuais”, influenciando uma nova configuração social, contribuindo para novas produções filosóficas, dando origem ao iluminismo. O advento desse movimento contribuiu para a emancipação do homem, embora de modo limitado, possibilitando novos comportamentos. Esta filosofia se constituiu com suas posições contrárias ao feudalismo e à religião, especialmente a católica, pelos seus vínculos com a ordem social servil (Barbosa, 2024a, p. 49).

As novas condições de vida social que surgiram foram necessárias uma intervenção permanente do Estado, onde predominava o domínio burguês. No modo de produção feudal, havia uma hierarquia nas relações reprodutivas e no pagamento de tributos, senhores e escravos, mercantilistas, camponeses autônomos.

Netto e Braz (2008, p. 70) destacam que “o desenvolvimento do comércio não vai apenas romper com o caráter autárquico da economia do feudo e suas limitações”, mas provocará alterações mais profundas, “estimulando o consumo da nobreza por mercadorias, pois não poderiam obtê-las por meio de saques de guerra, mas deveriam ser trocadas por dinheiro” e “fomentando a atividade comercial entre regiões afastadas, incitando o aparecimento de cidades.

Assim, Netto e Braz (2008, p. 74-75) argumentam que:

A revolução burguesa, vê-se, constitui mesmo toda uma época de revolução social – inicia-se com os grupos mercantis tornando-se figuras centrais na economia,

conformando-se numa nova classe social, o que se processa entre os séculos XV e XVII, e prossegue nos séculos XVII e XVIII, quando a nova classe, já constituída, constrói a sua hegemonia política-cultural e reúne as condições para o enfrentamento direto com feudalidade, derrotando-a nos confrontos maiores 1688/89 Inglaterra e 1789 (França).

Nessas relações, começam a fluir um crescente grupo social, os comerciantes/mercadores, representantes do capital mercantil, movidos por um único objetivo, o lucro. A partir daí, surgiu uma nova forma de riqueza, a mobiliária, traduzida pela acumulação do dinheiro, que antes na ordem feudal, era imobiliária, expressada pela propriedade da terra. Esse novo grupo social passou a formar uma nova classe, a burguesia, responsável por derrotar o feudalismo.

2.1.2 As sociedades contemporâneas

a) Modo de produção capitalista

Com a derrocada do modo de produção feudal, surgiu o modo de produção capitalista. A sua fase inicial se deu na Europa, especificamente na Inglaterra, entre os séculos XVI e XVII, de forma gradual, o capital começou a penetrar na produção. Nos meados séculos XVIII e XIX, houve o momento decisivo, a Revolução industrial, modificando as estruturas econômicas e sociais que existiam desde a Idade Média. Esse modo de produção é caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção e pela exploração do trabalho assalariado, “constituindo uma infraestrutura produtiva”, com as relações de produção. Nesse contexto:

Quaisquer que sejam as formas sociais da produção, os trabalhadores e os meios de produção permanecem sempre como seus fatores constitutivos. Mas, enquanto se encontram separados uns dos outros, são fatores que aparecem em potencial. Para que se produza efetivamente, precisam ser combinados. O modo particular dessa combinação distingue as diferentes épocas econômicas da estrutura social (Marx, 2014, p. 128).

Assim, os valores produzidos são extorquidos pela classe dominante: o mais-valor. Esta característica fundamental é que passa a distinguir as sociedades sem classes e sem Estado, das sociedades constituídas em classes antagônicas. Esta é a característica fundamental da concepção de historicidade social (materialismo histórico). Nas sociedades contemporâneas mais desenvolvidas, o predomínio do modo de produção capitalista é o que determina a caracterização social e econômica (Barbosa, 2024a, p. 50). No entanto, para entender a sociedade capitalista, é necessário abordar a chamada acumulação primitiva, conceito central

da teoria marxista para descrever a economia política existente na sociedade desse novo modo de produção. Na obra *O capital*, Max afirma que a:

Acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada com uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a legenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for, deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar (Marx, 2013, p. 959-960).

Assim, Marx usa uma metáfora ao relacionar a acumulação primitiva com o pecado original para desmistificar as origens da acumulação de capital e da divisão de classes, revelando que não se trata de uma consequência natural, mas de um processo histórico marcado pela violência, pela expropriação e pela construção de uma estrutura social desigual.

Tal processo foi que separou o ser humano do trabalho, de seus instrumentos e dos meios de produção para produzir capital. Netto e Braz (2008, p. 86-87) abordaram o pensamento de Marx quando constituiu a ideia da acumulação primitiva ou originária, tratando-se do processo que antecedeu o capitalismo, ocorrida na Inglaterra, quando camponeses foram expulsos dos campos, e a terra que antes eram comunais, passaram a ter donos, havendo “o deslocamento para as cidades, de uma massa de homens desprovidos de tudo, salvo a sua força de trabalho.” Por isso que:

Num primeiro momento, dinheiro e mercadoria são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles precisam ser transformados em capital. Mas essa transformação só pode operar-se em determinadas circunstâncias, que contribuem para a mesma finalidade: é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho.[...] Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior (Marx, 2013, p. 961).

Nesse pensamento, a base da relação capitalista é a separação entre o trabalhador e os meios de produção. Para que o dinheiro, a mercadoria, os meios de produção e os meios de subsistência se transformem em capital, é necessário que dois tipos de agentes se encontrem:

de um lado, os detentores de dinheiro, dos meios de produção e dos meios de subsistência, que buscam valorizá-los por meio da compra da força de trabalho; de outro, os trabalhadores livres, que vendem sua força de trabalho, transformando-se em trabalhadores assalariados. Esse “processo é que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados” (Marx, 2013, p. 961).

Neste contexto, Marx (2013, p. 962 e 963) cita que o trabalhador, apenas “deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa” e se converteu em um livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela. Isto ocorreu devido o processo histórico de expropriação forçada, que lançou grandes massas humanas no mercado como proletários e foram “despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra, que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo”.

A decomposição dos séquitos feudais, impulsionada em parte pelo fortalecimento das monarquias, resultando na descentralização do poder dos senhores feudais, procedeu a criação do proletariado, desprovido de qualquer acesso aos meios de produção. Desta forma, houve a expropriação violenta de camponeses, os quais perderam o direito as terras comunais. Com a promulgação das Leis dos Cercamentos da terra comunal, “decretos de expropriação do povo, isto é, decretos mediante os quais os proprietários fundiários presenteiam a si mesmos, como propriedade privada, com as terras do povo” (Marx, 2013, p. 971) permitiram aos proprietários de terras cercar e privatizar as áreas comunais. Deste modo,

O prelúdio da revolução que criou as bases do modo de produção capitalista ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Uma massa de proletários absolutamente livres foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais, que, como observou corretamente *sir James Steuart*, “por toda parte lotavam inutilmente casas e castelos”. Embora o poder real, ele mesmo um produto do desenvolvimento burguês, em sua ânsia pela conquista da soberania absoluta tenha acelerado violentamente a dissolução desses séquitos, ele não foi, de modo algum, a causa exclusiva dessa dissolução. Ao contrário, foi o grande senhor feudal que, na mais tenaz oposição à Coroa e ao Parlamento, criou um proletariado incomparavelmente maior tanto ao expulsar brutalmente os camponeses das terras onde viviam e sobre as quais possuíam os mesmos títulos jurídicos feudais que ele quanto ao usurpar-lhes as terras comunais. (Marx, 2013, p. 965).

Netto e Braz (2008) e Marx (2013) afirmam que a acumulação primitiva ocorreu no cerne do regime feudal, sob a ação do Estado absolutista, e preparou o terreno para o surgimento e a consolidação do modo de produção capitalista.

Netto e Braz (2008, p. 81-82) dissertando sobre a produção mercantil simples, afirmam que esta assentava-se em dois pilares fundamentais: o trabalho pessoal e a propriedade dos meios de produção. Nessa forma de produção, camponeses e artesãos eram proprietários de seus próprios meios de trabalho, não havendo exploração, uma vez que o camponês trabalhava de forma familiar, juntamente com os membros de sua família, e os mestres artesãos compartilhavam as condições de trabalho e de vida com seus aprendizes e jornaleiros. Com o desenvolvimento do comércio, a partir do século XIII, iniciou-se a transformação da produção mercantil simples. Nesse contexto, a nova burguesia deixou de operar segundo a lógica mercadoria–dinheiro–mercadoria (M–D–M) e passou a agir segundo a lógica dinheiro–mercadoria–dinheiro acrescido (D–M–D’), cujo objetivo central era a valorização do capital. Para isso, passou a comprar força de trabalho barata, uma vez que, com a desapropriação dos camponeses, formou-se o exército industrial de reserva de trabalhadores que, de acordo com Marx (2013), são as pessoas desempregadas que estão disponíveis para serem contratadas pelo capital.

Por isso, Marx (2013, p. 858) chega a conclusão de que:

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional.

Desta forma, os acontecimentos levaram a burguesia a ter mais riqueza que o senhor feudal e começaram a manter a sociedade. E juntos, Estado e burgueses começaram a lutar por benefícios próprios. O Estado atuando em favor da acumulação primitiva. Como cita, Barbosa (2024, p. 47) com base no pensamento de Poulantzas (1977) e Anderson (1978), afirmando que o “Estado era favorável à burguesia nascente no seu confronto com a aristocracia dominante”.

Nesse cenário, os reis buscavam enfraquecer o poder dos senhores feudais (aristocracia) e contaram com o apoio da burguesia, que era interessada em estabilidade política, segurança e unificação de leis e moedas. Desse modo, a burguesia financiava o Estado, por meio de pagamentos de impostos e empréstimos, por sua vez, o Estado garantia condições para o desenvolvimento burguês, com infraestrutura, exércitos e mercados unificados – fatores que favoreciam o comércio.

Com a chamada Revolução Gloriosa (1688–1689), marco político que deu sustentação jurídica e institucional ao processo de acumulação primitiva, foram criadas leis que garantiram

os direitos da propriedade privada, protegendo legalmente os cercamentos e consolidando as terras expropriadas dos camponeses, que passaram para as mãos da nobreza e da burguesia na Inglaterra. Com essa transformação, o papel do Estado foi profundamente alterado, uma vez que o Parlamento assumiu posição central na tomada de decisões políticas e econômicas, limitando o poder absoluto do rei e garantindo direitos e liberdades individuais.

Outro fator que contribuiu para a ascensão do capitalismo foi o protestantismo de Lutero, assunto discutido na teoria weberiana, que passou a ver o trabalho como uma virtude, pois acumular riqueza passou a ser visto como uma benção divina e o homem teria que ter disciplina, racionalidade e organização. Com isso, passou a existir Leis aos pobres com criação de discurso ideológicos para que as pessoas buscam trabalhos.

Sem a expropriação dos camponeses, não existiria uma massa de trabalhadores disponíveis para as fábricas, uma vez que, com a concentração de dinheiro, terras, matérias-primas nas mãos da burguesia foram essenciais para financiar as primeiras indústrias. Os lucros gerados nas fábricas foram reinvestidos, possibilitando a acumulação ampliada de capital, o que resultou em uma nova fase de expropriação, baseada na exploração do trabalho fabril e no colonialismo, voltado à obtenção de matéria-prima, ao uso de trabalho forçado e à ampliação de mercados. Com essa fase do capitalismo — o capitalismo industrial — houve o fortalecimento do mercado interno, levando os trabalhadores ao consumo e possibilitando a produção em larga escala. Netto e Braz (2008, p. 97) afirmam que:

Como o lucro é a força motriz do MPC, como o MPC só pode existir e reproduzir-se na escala em que busca o lucro é interminável, a função social do capitalista não pode ser compreendida através de (ou reduzida a) traços psicológicos, biográficos ou morais nas suas características individuais, os capitalistas, assim como os proletários, apresentam-se numa infinita gradação – das personalidades generosas às figuras tenta revestir com uma verniz moralizar a ação das empresas capitalistas; essa ideologia (atualmente resumida nos motes “empresa cidadã”, “empresa com responsabilidade social”, etc.) pretende ocultar o objetivo central de todo e qualquer empreendimento capitalista: a caça aos lucros. Para não nos alongarmos: capitalistas e empresas capitalistas só existem, e só podem existir, se tiverem no lucro a sua razão de ser; um capitalista e uma empresa capitalista que não se empenharem prioritária e sistematicamente na obtenção de lucros serão liquidados.

Para a expansão do capitalismo, houve a ocupação territorial, com imposição de modelos socioculturais e dominação econômica dos europeus sobre outros povos. Na busca incessante de lucros, as metrópoles europeias buscaram colônias para explorar os recursos naturais, estabelecer mercados consumidores e explorar força de trabalho, como ocorreu com os povos indígenas e com os povos africanos.

No período da colonização, os europeus, inicialmente, exploraram a mão de obra dos povos indígenas e, posteriormente, substituíram-na pela dos povos africanos. Como resultado,

milhões de africanos foram capturados e trazidos à força para as colônias, especialmente para o trabalho nas lavouras de açúcar e na mineração. Apesar do fim formal da escravidão, a exploração da força de trabalho humano permaneceu, deixando marcas estruturais na sociedade capitalista, as quais podem ser observadas e analisadas por meio das lutas de classes.

A função técnico econômica e a função ideológica do Estado são sobre determinadas pela função política – a que diz respeito as lutas de classes –, na medida em que constituem modalidades do papel global do Estado, fator de coesão da unidade de uma formação: este papel global do Estado é o papel político (Poulantzas, 1977, p. 48).

Esta é uma das características que distingue as sociedades contemporâneas mais desenvolvidas das sociedades anteriores. Na sociedade capitalista, o Estado, por sua vez, se mantém neutro, mas também “executa políticas profundamente condizentes com os interesses do domínio de classe, e “também é garantido pelo Estado a confiança na moeda e do respeito à propriedade privada dos meios de produção através do consenso e/ou da repressão” (Saes, 1985; Barbosa, 2024a, p. 39-43).

Barbosa (2024a, p. 52) afirma que a “unidade interna do aparelho de Estado é reforçada pela submissão dos funcionários a uma estrutura hierárquica”, determinando a burocracia, que “formula e reúne meios para efetivar políticas tanto para a própria auto reprodução quanto para o atendimento das aspirações das classes sociais nos limites burgueses”.

b) As relações produtivas nas sociedades sob o capital

A gênese da acumulação primitiva do capital constitui um processo fundamental do capitalismo, pois marca a separação do produtor direto de seus meios de produção, transformando-os em trabalhadores assalariados. Do mesmo modo, esse processo assinala o rompimento do metabolismo entre ser humano e natureza, uma vez que o capitalismo passa a tratar a natureza como um recurso infinito e como mercadoria, explorando-a de forma intensiva para a obtenção de lucro a curto prazo, o que conduz à degradação ambiental, ao esgotamento de recursos naturais e à crise ecológica.

A relação entre os seres humanos e a natureza, necessária para a obtenção de meios de vida, passou a ser efetivada pela compra e venda da força de trabalho pelos capitalistas, os quais eram os proprietários dos meios de produção, sendo os responsáveis por definir os objetivos dos resultados do trabalho executado.

Dois grandes fatores iniciais precisam se associarem para que os produtos pudessem ser efetivados: os meios de produção (máquinas, dinheiro, instalações, matérias-primas e auxiliares) e a força de trabalho, com as habilidades e competências apropriadas para

movimentar os meios de produção, de modo a transformar as matérias-primas em produtos-mercadorias.

A força de trabalho é comprada pelo capitalista como uma mercadoria especial: uma mercadoria que gera valores novos (mais-valor). “O trabalhador adiciona novo valor ao objeto do trabalho por meio da adição de uma quantidade determinada de trabalho (...). Os valores dos meios de produção consumidos reaparecem como componentes do novo valor” (Marx, 2013, p. 277). Para acontecer a transferência de valores produzidos aos donos dos meios de produção, os trabalhadores precisam estar alienados do acesso direto aos meios de sobrevivência, de modo que a forma assalariada de trabalho é a mais desenvolvida na história da humanidade.

Nesse contexto, Netto e Braz (2008, p. 98) afirmam que “na fórmula $D - M - D'$, D é capital sob a forma de dinheiro. O dinheiro, em si mesmo, não é capital”, pois “o dinheiro só converte em capital apenas quando compra força de trabalho” para produzir outras mercadorias, que serve como valor de uso e valor de troca, “que serão vendidas por mais dinheiro. Desta forma o capital, na sociedade capitalista, “não é uma coisa ou um conjunto de objetos, pois “só existe na medida em que subordina a força de trabalho, que apesar de existir e se expressar através de coisas, “é sempre uma relação social”.

Na produção capitalista, o elemento central que a diferencia é a utilização da força de trabalho, considerada uma mercadoria peculiar, pois, ao comprá-la, o capitalista adquire o direito de dispor de seu valor de uso, isto é, de utilizá-la por um determinado período. Durante esse tempo, a força de trabalho cria valor. No interior da sociedade capitalista, a força de trabalho é a única mercadoria que, ao ser utilizada, produz um valor superior ao necessário para a sua própria reprodução, gerando mais valor do que aquele que custa (Netto e Braz, 2008).

Esses autores ainda destacam que o capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca, mas se apropria integralmente do seu valor de uso, que consiste justamente na capacidade de produzir mais valor. O valor de troca refere-se à expressão monetária da força de trabalho, enquanto o valor de uso diz respeito à sua capacidade de satisfazer uma necessidade específica do capital, qual seja, a produção de mais-valia.

Na sociedade capitalista, os produtos do trabalho humano assumem predominantemente a forma de mercadoria, inclusive a força de trabalho, que passa a ser tratada como uma mercadoria fundamental no mercado. Nesse contexto, consolida-se a percepção social da mercadoria como algo natural, ocultando as relações sociais que a produzem. No capitalismo, a produção mercantil é orientada prioritariamente para a satisfação de necessidades individuais mediadas pelo mercado, e não para a realização de necessidades coletivas, reforçando uma

lógica social centrada no indivíduo. Por isso, a mercadoria tem que ser reproduzida e está no mercado e sintetiza um valor de troca e valor de uso.

Marx (2013) desenvolveu o conceito de fetichismo da mercadoria para explicar como, na sociedade capitalista, o valor da mercadoria passa a mediar e moldar as relações sociais. Nesse contexto, o ser humano é reduzido à condição de mercadoria, ocorrendo a coisificação das relações sociais. A mercadoria, então, assume um papel dominante, determinando as formas de vida social, numa inversão em que a criatura passa a dominar o criador. Assim, prevalece o TER em detrimento do SER. O fetiche da mercadoria impede o sujeito de perceber que o produto é resultado de trabalho humano. Na sociedade capitalista, o dinheiro configura-se como a mercadoria mais fetichizada, pois atua como equivalente geral, meio de troca, meio de pagamento e forma de entesouramento. Em razão disso, o dinheiro passa a mediar e transformar as relações sociais, influenciando profundamente a forma como os indivíduos se relacionam entre si.

O trabalhador transfere o valor dos meios de produção ao produto final e cria mais valor ao mesmo tempo. O capitalista paga salário ao trabalhador, que é necessário para a própria sobrevivência, e, ao mesmo tempo, o capitalista se apropria gratuitamente do valor excedente que surgiu do processo produtivo. Se dividirmos jornada de trabalho ($a - c$) em uma parte necessária para a obtenção dos meios de vida ($a - b$), esta é paga com o salário, mas, a segunda parte ($b - c$) embasa o surgimento do mais valor que o capitalista extorque dos trabalhadores (Marx, 2013, p. 305-306).

Existem três maneiras pelas quais os capitalistas ampliam a segunda parte da jornada de trabalho ($b - c$). A primeira maneira é realizar um prolongamento da jornada de trabalho, para o mesmo salário ($b - c$), ou com um valor abaixo da ampliação da jornada, o que Marx conceitua como sendo mais valor absoluto (mais-valia absoluta).

A segunda maneira é resultante da intensificação do trabalho ($a - b$), fazendo com que os trabalhadores produzam mais do que o habitualmente produzem, diminuindo a parte da jornada de trabalho que corresponde ao salário. A diminuição da primeira parte da jornada de trabalho ($a - b$) acarreta o aumento da segunda parte da mesma jornada de trabalho ($b - c$). Intensifica-se o trabalho sem aumentar o salário de modo correspondente ao aumento da produção - aumentar o próprio salário, mas, o que ele acaba fazendo é aumentar o mais valor que produz, além de aumentar o mais valor relativo, denominado de “mais-valia relativa” (Marx, 2013, p. 481-492).

Uma terceira maneira é a remuneração do trabalho por peça produzida. Com isso, o trabalhador passa a produzir mais durante o tempo de trabalho como forma de aumentar o

próprio salário. “Dado o salário por peça, é natural que o interesse pessoal do trabalhador seja o de empregar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista a elevação do grau normal de intensidade”. Como isso, o trabalhador passou a produzir um valor a mais do que o necessário para além do que faria com a forma de remuneração por salário: produz mais valor relativo. Mas isso ainda apresenta outra face. “É igualmente do interesse do trabalhador, prolongar a jornada de trabalho, pois assim aumenta seu salário diário ou semanal”. Com isso, mais uma vez, e ao mesmo tempo, o trabalhador passou a produzir a mais do que necessário para além do que faria com a forma de remuneração mais conhecida por salário: produz mais valor absoluto. Por conseguinte, o salário por peça possibilita que o capitalista realize as duas formas de extorquia ao mesmo tempo: mais valor relativo e mais valor absoluto (Marx, 2013, p. 705-718).

c) As variações do poder político

O poder político se estabelece nas sociedades constituídas de classe sociais, pois, o poder exerce a função de manter as lutas sociais dentro dos limites toleráveis pela dominação de classe. A composição do poder político é extremamente complexa e móvel. Por conseguinte:

Todas as formas em que o trabalhador direto continua a ser “dono” dos meios de produção e das condições de trabalho para a produção de seus próprios meios de subsistência. A relações de propriedades tem de aparecer, ao mesmo tempo, como relação direta de dominação e servidão, e, portanto, o produtor direto como alguém não livre; essa dependência pode reduzir-se gradativamente da servidão com trabalho pessoal até a mera obrigação tributária. De acordo com os pressupostos, o produtor direto se encontra na posse de seus próprios meios de produção, as condições de trabalho objetivas necessários à realização de seu trabalho e à geração de seus meios de subsistência; ele exerce de modo autônomo sua agricultura, bem como a indústria rural caseira ligada a ela. Essa autonomia não é abolida pelo fato de, como na Índia, esses pequenos camponeses constituírem sistemas comunitários de produção mais ou menos naturais, já que aqui só se trata de autonomia em face do senhor fundiário nominal. Sob essas condições, o mais-trabalho só pode ser arrancado deles pelo proprietário nominal da terra mediante coerção extra econômica, qualquer que seja a forma que esta assuma. Isso se diferencia da economia escravocrata ou de plantações, em que o escravo trabalha com condições de produção alheias e não de forma autônoma. São, portanto, necessárias relações pessoais de dependência, falta de liberdade pessoal, qualquer que seja seu grau, e o encontrar-se preso à terra como um acessório da mesma, servidão da gleba no sentido autêntico. Se não são proprietários privados de terras, mas, como na Ásia, o Estado que se defronta diretamente com eles como proprietários de terras e, ao mesmo tempo, soberano, então renda e impostos coincidem, ou melhor, não existe nenhum imposto distinto dessa forma de renda fundiária. Nessas circunstâncias, a relação de dependência, tanto política quanto econômica, não necessita assumir nenhuma forma mais dura do que a comum a todos os súditos ante o Estado. O Estado é aqui o supremo senhor fundiário. Aqui, a soberania é a propriedade fundiária concentrada em escala nacional. Mas, em compensação, também não existe nenhuma propriedade privada da terra, embora haja a posse e o usufruto, tanto privados quanto públicos, do solo. A forma econômica específica em que se suga mais-trabalho não-pago dos produtores diretos determina a relação de dominação e servidão, tal como essa surge diretamente da própria produção

e, por sua vez, retroage de forma determinante sobre ela. Mas nisso é que se baseia toda a estrutura da entidade comunitária autônoma, oriunda das próprias relações de produção e, com isso, ao mesmo tempo sua estrutura política peculiar. É sempre na relação direta entre os proprietários das condições de produção com os produtores diretos – relação da qual cada forma sempre corresponde naturalmente a determinada fase do desenvolvimento dos métodos de trabalho, e, portanto, a sua força produtiva social – que encontramos o segredo mais íntimo, o fundamento oculto de toda a construção social e, por conseguinte, da forma política das relações de soberania e de dependência, em suma, de cada forma específica de Estado. Isso não impede que a mesma base econômica – a mesma quanto às condições principais – possa, devido a inúmeras circunstâncias empíricas distintas, condições naturais, relações raciais, influências históricas externas etc., exibir infinitas variações e graduações em sua manifestação, que só podem ser entendidas mediante análise dessas circunstâncias empiricamente dadas (MARX, 2017, p. 743-744).

Percebe-se que o ponto de partida das análises de Marx é a realidade social, onde as pessoas se encontram inseridas nesta realidade, que possui uma dinâmica própria com as suas contradições e seus antagonismos sociais, culturais e políticos.

A leitura mais atenta ao texto acima desmonta todas as acusações de economicismo que foram dirigidas à obra de Marx. Está evidente que o poder político não se fundamenta somente no econômico, embora a produção e distribuição de bens necessários à vida sejam relevantes. A relevância dos aspectos econômicos reside no fato de que eles sustentam a objetividade da distinção entre as épocas sociais e econômicas, a partir da forma como a classe dominante realiza a extorsão do trabalho dos trabalhadores: relações submetidas à obrigatoriedade do pagamento de tributos, relações escravistas, relações servis e relações assalariadas.

Ademais, o poder não se expressa unicamente na determinação da base sobre a superestrutura, uma vez que o movimento inverso também é recorrente. A abrangência dessa análise revela a diversidade das formas de efetivação do poder político nas sociedades em que predomina determinado modo de produção.

Nas sociedades em que o modo de produção capitalista exerce o predomínio, o poder político herda as potencialidades e os limites dos modos de produção sobre os quais ele exerce o domínio, pois, este poder busca suas legitimidades nas frações sociais da sociedade antagonica. As frações, que herdaram comportamentos aristocratas, procuram privilégios como se a presidência fosse um reinado. Etnias apresentam suas demandas conforme as suas influências sociais e culturais e também legislativas e internacionais.

Nesses apontamentos, é plausível levar em consideração o processo de acumulação do capital, característico das sociedades em que predomina o capitalismo desde a Revolução Industrial do século XVIII. Essa acumulação somente foi possível como resultado de um processo histórico que, ao longo do tempo, engendrou lutas sociais e políticas, as quais, em determinados momentos, avançaram e, em outros, retrocederam, mas sempre expressaram

interesses antagônicos que permanecem presentes, de forma mais complexa e aperfeiçoada, nas sociedades contemporâneas mais desenvolvidas.

Ao citar a Revolução Industrial, destaca-se que “este movimento teve um ponto social e político de partida, mudou de forma definitiva as produções comunais primitivas, camponesas feudais em modo de produção capitalista. Essas mudanças que estavam ocorrendo nas novas sociedades ficaram sob o domínio do capital, e suas reproduções esteja sustentada por aparelhos de Estado” (Barbosa, 2024a, p. 102).

Esse autor ainda destaca que a consolidação da estrutura socioeconômica do modo de produção capitalista não se limitou à realização dos interesses burgueses articulados à aristocracia fundiária. O Estado ampliou o montante de suas próprias dívidas, as quais passaram a ser honradas por meio da arrecadação de impostos. A proteção aos negócios da burguesia nacional, em razão das chamadas guerras comerciais, bem como os incentivos e mecanismos de proteção à indústria nascente, passaram a ocupar o centro das políticas de Estado. Ademais, a concentração de grandes propriedades de terras destinadas à lavoura e à pastagem impulsionou processos migratórios, voltados a atender às necessidades da grande indústria emergente a partir das atividades manufatureiras.

Nesta dimensão, para enriquecer ainda mais as metrópoles, houve o processo de colonização, transformando estes países colonizados em propriedades privadas burguesas. Assim, “a expropriação da massa do povo, que é despojada de sua terra, constitui a base do modo de produção capitalista” (Marx, 2013, p. 1019), levando os donos do capital a extorquir os trabalhadores e habitantes nativos dessas regiões, havendo uma relação entre metrópoles e colônia de exploração, onde de um lado estavam os donos dos meios de produção e do outro, os donos da força de trabalho, sendo que o aparelho estatal favorecia o lado burguês, uma vez que, de forma democrática e legítima, o exercício burguês do poder político se efetivava.

Os colonizadores procuravam outros instrumentos de dominação, a bíblia e as religiões, assim como ocorreu no “nazifascismo que se tornou uma das possibilidades políticos-ideológicas para a sustentação da dominação mundial do capital” (Barbosa, 2024a, p. 112). Por isso, é relevante fazer o apontamento de como a ideologia contribui para a manutenção do poder político na sociedade, como cita Marx e Engels na obra “Ideologia Alemã”:

Assim como o Estado é o Estado da classe dominante, as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época. A classe que exerce o poder material dominante na sociedade e, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante. Mas os enlases das ideias dominantes com a classe dominante se obscurecem. As ideias dominantes parecem ter validade para toda a sociedade, isto é, também para as classes submetidas e dominadas. Forja-se a ilusão histórica de que cada época da vida social resulta não de determinados interesses materiais de uma classe, mas de ideias abstratas

como as de honra e lealdade (na sociedade aristocrática) e as de liberdade e igualdade (na sociedade burguesa) (Marx & Engels, 2007, p. 32).

Observa-se que, para Marx e Engels, o estado pertencente a classe dominante e cada época tem uma ideia dominante e que pertence a burguesia. A exemplo disso, os revolucionários da Revolução Francesa liderada por burgueses.

d) A superação da sociedade do capital

Marx analisou diferentes processos históricos de transição das sociedades de classes e de Estado, apontando possibilidades de superação dessas estruturas em direção a uma sociedade sem classes e sem Estado. No interior das sociedades submetidas ao modo de produção capitalista, destacam-se duas experiências que merecem atenção por seu potencial crítico ao capital: as formas cooperativas de produção e a produção camponesa. No caso das cooperativas, os trabalhadores tornam-se proprietários coletivos dos meios de produção com os quais trabalham, ainda que essas experiências permaneçam limitadas pelas relações gerais do capitalismo.

As fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da antiga forma, a primeira ruptura do modelo anterior, apesar de que, em sua organização real, produzam e tenham de produzir por toda parte, naturalmente, todos os defeitos do sistema existente. Mas dentro dessas fábricas está supassumido o antagonismo entre capital e trabalho, ainda que, de início, apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, empregam os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. Essas fábricas demonstram como, ao chegar a certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e de suas correspondentes formas sociais de produção, no seio de um modo de produção surge e desenvolve naturalmente um novo modo de produção (Marx, 2017, p. 426).

A teorização de Marx partiu da observação de elementos presentes no próprio modo de produção capitalista que tendem à sua superação. Nesse contexto, desenvolve-se a possibilidade de uma forma de trabalho não alienado, uma vez que o trabalho passa a se organizar de maneira cooperativa, entre outras.

Ao analisar as relações entre a remuneração dos trabalhadores e o lucro capitalista, Marx formulou a questão da possibilidade de os trabalhadores tornarem-se seus próprios capitalistas, buscando, assim, enfrentar o antagonismo social e produtivo, criando um modo de produção diferente do capitalista. Contudo, não chegou a formular uma solução acabada que configurasse uma transição efetiva de superação do modo de produção capitalista, uma vez que tal possibilidade não poderia ser plenamente desenvolvida nos limites de sua própria teorização e dos compromissos sociais de classe vinculados à burguesia (Barbosa, 2024b).

No modo de produção camponês, uma coletividade, geralmente caracterizada pelo parentesco, é dona dos meios de produção e decidem por eles próprios o que produzir, distribuir e usufruir do que produzem. Nesse viés:

Graças à forma da renda em produtos vinculada a determinado tipo de produto e de produção, indispensável conjunção de agricultura e indústria domiciliar, à autossuficiência quase completa que a família de camponeses adquire em razão disso, à sua independência em relação ao mercado e à dinâmica da produção e da história por parte da sociedade situada fora dela, em suma, graças ao caráter da economia natural em geral, essa forma é absolutamente adequada para proporcionar a base de condições sociais estacionárias, como veem, por exemplo na Ásia (Marx, 2017, p. 742).

Observa-se que, nesse modelo de produção, os camponeses exercem as atividades de trabalho como proprietários de sua própria força de trabalho e, em muitos casos, também dos meios de produção que utilizam. Essa condição lhes confere um grau significativo de autonomia material e organizativa. Tal tendência à autonomia relativa permite que desenvolvam o trabalho com menor grau de alienação em comparação às formas típicas das sociedades plenamente estruturadas em classes e sob a mediação direta do Estado. Tanto as formas de produção cooperativadas quanto as produções camponesas coexistem no interior do modo de produção capitalista e também se fazem presentes em sociedades socialistas que ainda se encontram em processo de transição para o modo de produção comunista.

Marx apontou a constituição de uma sociedade sem classes e sem Estado como a maneira plena e eficaz de solucionar os problemas da sociedade do capital. Diante disso:

Imaginemos uma associação de homens livres, que trabalhem com meios de produção coletivos e que conscientemente despendem suas forças de trabalho individuais como uma única força de trabalho (...). O produto total da associação é um produto social, e parte desse produto serve, por sua vez, como meio de subsistência pelos membros da associação, o que faz com que tenha de ser distribuída entre eles. o modo dessa distribuição será diferente de acordo com o tipo peculiar do próprio organismo social de produção e o correspondente grau histórico de desenvolvimento dos produtores (Marx, 2013, p. 214).

A sociedade se organiza sem a necessidade de constituir qualquer tipo de Estado, pois, não mais existem classes sociais antagônicas, o que hoje torna imprescindível a presença de uma força que mata os interesses inconciliáveis nos limites da manutenção da sociedade burguesa, de modo que “a sociedade, que reorganizará a produção na base da associação livre e igual dos produtores, atirárá toda a máquina do Estado para o sitio que então lhe pertencerá: o museu das antiguidades” (Engels, 1985, p. 369). Com isso, o trabalhador deixará de ser alienado para se tornar um trabalhador associado aos demais trabalhadores. O Estado se tornará desnecessário quando a utopia comunista estiver plenamente estabelecida. Consequentemente:

Numa fase superior da sociedade comunista (...), juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes de riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades” (Marx, 2012, p. 33).

A propriedade coletiva dos meios de produção e a distribuição equitativa dos seus resultados tornam a sociedade sem classes e o Estado de torna desnecessário. Em outro escrito, Marx sintetiza como será a produção e distribuição de produtos necessários à sobrevivência individual e coletiva.

2.2 A educação sob a ótica da teoria marxista: uma abordagem emancipadora

A educação é historicamente compreendida como um dos principais instrumentos de reprodução ou transformação social. Neste contexto, sob a ótica da teoria marxista, a educação assume um papel estratégico na luta de classes, podendo tanto servir aos interesses da classe dominante quanto atuar como um meio de emancipação dos trabalhadores.

A concepção marxista de educação destaca o seu potencial emancipador quando desvinculada de sua função alienante no sistema capitalista, podendo ser o meio para a “emancipação plena do indivíduo, tornando uma sociedade sem classe e sem exploração, sendo uma ferramenta necessária à elevação da classe operária a níveis superiores aos da burguesia” (Coletti, 2025, p. 16).

Embora Karl Marx e Friedrich Engels não tenham produzido manuscritos específicos dedicados exclusivamente à educação, suas contribuições teóricas, presentes em obras e momentos históricos fundamentais — como o *Manifesto do Partido Comunista* (1848), a atuação na I Associação Internacional dos Trabalhadores (1866) e a *Crítica ao Programa de Gotha* — evidenciam suas preocupações com a formação e a educação da classe trabalhadora.

Esse conjunto de reflexões constituiu um importante arcabouço teórico que influenciou diversos pensadores posteriormente, entre eles o brasileiro Paulo Freire, que, ao desenvolver a *Pedagogia do Oprimido*, propôs uma teoria educacional voltada à emancipação humana, fundamentada na superação das relações sociais capitalistas e na construção de uma sociedade socialista/comunista.

Vale lembrar que, as proporções de Marx, para a educação na época, eram revolucionárias devido o momento específico em que estava vivendo, como a precarização em

que se encontrava os trabalhadores, inclusive crianças e mulheres vivendo em um estado de envelhecimento, com todas as leis limitando a jornada de trabalho (Marx, 2013, p. 449-466).

a) Marx e a crítica ao ensino burguês

As totalidades originadas da consequência das revoluções Francesa e Industrial, que serviram para a “hegemonia econômica e ideológica da burguesia na Europa”, contribuíram para o surgimento de diversos conflitos sociais nos meados do século XIX (Coletti, 2025, p. 18). Com todos esses movimentos efervescendo em diversas partes da Europa e expandindo-se para outros continentes, a educação deixou de ser tratada exclusivamente pelos filósofos e passou a ser de interesse de diversos grupos sociais, conforme aponta Coletti:

A educação, nesse contexto, deixou de ser tratada exclusivamente pelos filósofos em sua dimensão abstrata e passou a interessar a diversos setores sociais, em especial à burguesia política, que via a escola como instrumento para difundir o ideal de homem moderno e formar tanto as suas lideranças, técnicos e cientistas quanto a força de trabalho operária – está com uma formação elementar e moral voltada à adaptação às exigências do capitalismo industrial. Nesse momento, as principais bandeiras defendidas foram a gratuidade, a laicidade e criação de escolas públicas mantidas pelo Estado (Coletti, 2025, p. 18-19).

Antes do advento do capitalismo, a educação era um instrumento de reprodução social e cultural, sendo restrita à elite e voltada para a formação moral, desenvolvimento racional e liberdade individual, com o objetivo de manter as estruturas existentes e vista como algo abstrato pelos filósofos da época. Como expressa Manacorda (2006), ao assegurar que a educação é um elemento real e tem caráter materialista, histórico e dialético, que na antiguidade clássica, o processo educativo não era exclusivo para a leitura, escrita e cálculos, mas para a formação da vida política e era voltada para a classe dominante.

Na Alta Idade Média, a escola clássica, originária da Antiguidade, cedeu lugar à escola cristã, reorganizada pelo papado e voltada à formação moral. Com as reformas carolíngias, promovidas por Carlos Magno, consolidou-se a valorização da cultura e da instituição escolar como responsabilidade do Estado, preparando o caminho para o surgimento das universidades medievais nos séculos XII e XIII. No entanto, com o fortalecimento da nascente burguesia e do movimento humanista, passaram a emergir críticas à escola da época e aos seus métodos pedagógicos.

Nesse contexto, conforme discute Manacorda (2007), o surgimento das fábricas abriu espaço para a consolidação da instituição escolar. Dessa forma, pode-se afirmar que a escola moderna e o sistema fabril nasceram conjuntamente e, com eles, emergiram novas formas de

produzir a ciência, a política e a economia, o que passou a exigir uma instrução universal e uma nova reorganização do saber. Manacorda (2006, p. 269) acrescenta ainda que a educação herda o legado da burguesia revolucionária, adquirindo características políticas e de natureza social.

Com o surgimento do capitalismo, muitos trabalhadores foram expropriados da terra, abandonaram o campo e migraram para as cidades, constituindo a condição de trabalhadores formalmente livres, porém despossuídos dos meios de produção. Transformados em proletários, passaram a dispor apenas de sua força de trabalho para sobreviver. Esse processo implicou também a perda do acesso às formas tradicionais de saber e de instrução, intensificando as condições de alienação e exclusão educacional. Neste momento, Coletti, 2025, p. 17-18) mostra que:

Entre os resultados da dupla revolução, no final do século XVIII, destacam-se: a introdução de maquinário na indústria, consolidando a grande indústria; a afirmação da Inglaterra como potência econômica; o fortalecimento do liberalismo como política de Estado; a expansão da acumulação capitalista; a difusão do ideal de homem moderno; a valorização do Iluminismo e da razão em detrimento da religião como explicação da vida; o uso da ciência e da filosofia na produção capitalista; o avanço dos movimentos nacionalistas; os cercamentos de terras, que expulsaram camponeses das zonas rurais, criando um exército de reserva nas cidades industriais; a depreciação da mão de obra; a introdução de forças suplementares na produção; a cisão entre trabalho manual e intelectual — o que transformou os operários em meros acessórios das máquinas e lhes retirou o domínio do processo produtivo; e o surgimento do proletariado como classe despossuída dos meios de produção, submetida às condições mais precárias de vida e trabalho.

A partir do século XVIII, a educação passou a ser vista como instrumento de formação da força de trabalho e de ascensão social, o que transformou profundamente seu papel e sua organização, passando a expandir e chegando as diversas camadas sociais, nascendo, assim, ideias de educação universal, pública e laica. Por sua vez, Manacorda (2006) destaca que, diante do trabalho repetitivo imposto pela fábrica, que aprofunda a alienação do trabalhador, os capitalistas passaram a enfrentar a dificuldade de instruir as massas de modo a atender às exigências da produção. Nesse contexto, tornou-se necessária a formulação de novas formas de instrução, dando origem a concepções vinculadas à pedagogia moderna e aos movimentos socialistas utópicos.

Nessa perspectiva, pode-se constatar que, de um lado, a existência de um grupo com interesse de instruir operários para o mercado de trabalho e do outro, os que defendem uma educação pública e laica e que servem de emancipação. Por isso que:

Os socialistas também se preocuparam com a educação, mas Marx e Engels diferenciaram-se dos utópicos — como Owen — que propunham uma instrução mais assistencialista. Os autores, embora reconheçam os méritos de Owen, concebiam a instrução pública, gratuita e laica, articulada ao trabalho produtivo, como um meio de

elevar a classe operária a patamares superiores aos da burguesia, por meio de uma formação técnica e científica (Coletti, 2025, p. 19).

Nesse mesmo pensamento, Manacorda (2007, p. 36) acrescenta:

As reivindicações tradicionais de caráter iluminista-jacobino ou, como se pode afirmar genericamente, democráticas, relativas à universalidade e à gratuidade do ensino. A elas, no entanto, é acrescentada uma especificação (em institutos nacionais) que, pelo menos na medida em que permitem supor formas coletivas não apenas de ensino, mas também de vida infantil, assume um certo sabor socialista. Mas, tipicamente socialista é, aqui, aquela união da instrução e do trabalho de fábrica (se é assim exatamente que deva ser entendido, como parece, o anglicismo ou francesismo *Fabrikation*), que Engels, aliás, não inventa, mas acha já proclamada e praticada pelos utópicos, em especial por Robert Owen. É claro que, aqui, estão indicados dois momentos do processo educativo: o que se inicia logo que as crianças podem prescindir dos cuidados maternos e, em seguida, aquele que está associado ao trabalho. Vale a pena, pois, observar que, embora defenda essa política escolar de medidas aptas a “garantir a existência do proletariado”, Engels requer todas as suas determinações, isto é, não apenas as medidas democráticas referentes à universalidade e à gratuidade do ensino, mas também aquelas medidas socialistas referentes à união de ensino e trabalho, que serão destinadas a todas as crianças e não apenas aos filhos dos proletários. Pode-se concluir que se tratam de medidas imediatas, mas, também futuras, ou seja, que não constituem indicação pedagógica contingente e limitada, mas permanente e com validade universal. Não é sem motivos que Marx havia indicado, na emancipação do proletariado, a emancipação de toda a humanidade.

Nota-se que Marx e Engels divergem no pensamento com outros pensadores socialistas, como de Owen, principal defensor do socialismo utópico. Robert Owen, assim, como Marx e Engels, via a educação como um elemento central para a transformação social, defendendo que a educação deveria ser universal e gratuita, mas difere quando daqueles quando aponta que a educação, desde a infância, pode tornar uma sociedade cooperativa e harmoniosa, onde as pessoas se tornariam solidárias e ajudariam umas às outras.

Ao contrário de Marx e Engels, que teorizam que só com a luta de classes e a revolução do proletariado poderiam transformar a sociedade, ressaltando uma “crítica profunda às estruturas sociais de dominação, bem como as possibilidades concretas de sua superação por meio da ação consciente e organizada das classes trabalhadoras” (Coletti, 2025, p. 20), enfatizando a ideia de formação de unilateral.

Nesse contexto, Manacorda (2007, p. 41) ao analisar os manuscritos de Marx e Engels, que abordam o ensino, enfatiza que é necessário “eliminar a propriedade privada, a divisão do trabalho, a exploração e a unilateralidade do homem, para atingir um pleno desenvolvimento das forças produtivas e a recuperação da unilateralidade” dos trabalhadores.

É relevante citar que, toda as mudanças ocorridas no modo de vida e no trabalho dos indivíduos, transformando os aspectos individuais e coletivos, foi necessário a aplicação da ciência, sendo necessário que a aprendizagem ocorresse desde da infância. Aponta o texto de Coletti (2025, p. 27) que:

Nesse contexto, para o exercício do trabalho fabril, a aprendizagem deveria ser iniciada na infância, para que o trabalhador adaptasse seu próprio movimento ao movimento uniforme e contínuo de um autômato. Portanto, não era preciso ter conhecimento para se operar máquinas, mas somente se adaptar ao movimento, ao ritmo e à velocidade dela, uma vez que o operário da grande indústria, diferentemente daquele da manufatura, torna-se complemento vivo de um mecanismo morto que existe independente dele. Dessa forma, a educação profissional passou a ser um tema ideológica e politicamente apreciado pelos burgueses, com vistas a atender às exigências da divisão entre trabalho manual e intelectual. Tal fenômeno se traduziu numa contradição, já que a indústria moderna substituíra cada vez mais o trabalho complexo pelo trabalho simples, o que anulava a necessidade de formação. Segundo Lombardi (ibidem, p. 267), a educação que se preconizava dessa forma tinha apenas a função de formação moral, pela qual se transmite os princípios burgueses, já que a ampliação da escolaridade não influenciava na produtividade, tampouco valorizava o trabalho dos operários.

No contexto da Revolução Industrial e da consolidação do trabalho fabril, a educação passou a orientar-se para a reprodução da lógica da desumanização e da alienação do trabalho industrial. O trabalhador não precisava dominar conhecimentos aprofundados, mas apenas adquirir habilidades voltadas à repetição mecânica e à disciplina, uma vez que o operário deveria adaptar-se ao ritmo da máquina, e não controlá-la. Nesse sentido, a educação profissional foi apropriada pela burguesia sob um viés ideológico e político, funcionando como instrumento de transmissão dos valores burgueses e de conformação intelectual dos sujeitos às exigências do sistema produtivo.

Com a ampliação da escolaridade com aspecto politécnico, o saber do trabalhador se tornou fragmentado voltado para “subordinação do trabalho ao capital” (Coletti, 2025, p. 28), reforçando a ideologia burguesa, destacando-se a eficiência e a produtividade, que são priorizadas em detrimento da dignidade, criatividade e autonomia do trabalhador.

Coletti (2025) recorda que, para Marx, o trabalho infantil promove na criança uma exaustão física e ocorre também a “devastação intelectual”. Isso levou o parlamento inglês a promulgar leis voltadas para a inserção de crianças menores de 14 anos, que exerciam o trabalho produtivo ao ensino primário, mas que não obteve êxito devido à resistência de patrões.

Com essa resistência, os movimentos sociais em defesa da classe operária e contra o trabalho infantil, “encaminharam inúmeros requerimentos para o parlamento”, resultando na promulgação de mais três leis, a) 1819; b) 1825, e, c) 1831, que traziam diversos acordos como a proibição de empregos para menores de 9 anos, jornada de trabalho de 12 horas, extinguindo o trabalho noturno para menores de 16 anos, dentre outros, na Inglaterra (Coletti, 2025, p. 31-34). Ressalta-se que, na Inglaterra, foram promulgadas outras leis destinadas à regulamentação do trabalho infantil, como a Lei de 1844, que estabelecia que crianças entre 8 e 13 anos poderiam trabalhar apenas seis horas e meia por dia, devendo receber, no mínimo, três horas diárias de instrução escolar. Para assegurar o cumprimento dessas determinações, os inspetores

de fábricas passaram também a fiscalizar as escolas. Essas legislações representaram um avanço significativo na intervenção estatal nas relações de trabalho, uma vez que as primeiras leis de proteção passaram a contemplar não apenas as crianças, mas também as mulheres, reconhecendo a necessidade de proteção especial no ambiente laboral.

Durante o Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, ocorrido em Genebra, Suíça, Marx elaborou as “Instruções para Delegados do Conselho Geral Provisório”, objetivando impedir a exploração precoce e a garantia da formação integral dos indivíduos, com propostas que fariam as reformas sociais e trabalhistas, pautadas na organização e emancipação da classe operária. Por conseguinte:

Assim como Engels, Marx teceu considerações sobre condições de trabalho e instrução das crianças nas “Instruções aos delegados do Conselho Geral Provisório” durante o I Congresso da Associação Internacional dos trabalhadores, em Genebra. De forma explícita, o texto aborda questões como trabalho infantil, idade mínima para inserção na produção e carga horária relativa a cada período, condições de trabalho, trabalho manual, educação infantil, direito das crianças, aspectos “curriculares” da educação, dentre outros (Coletti, 2025, p. 36).

Assim, como Coletti, Manacorda (2025, p. 43) enfatiza que Marx e Engels reforçam “a tese de que, a partir de nove anos toda a criança deveria tornar um operário produtivo” e que propuseram a divisão em três classes ou grupos, acrescentando que o ensino pode começar antes do trabalho. Como mostra o seguinte trecho inserido nas “Instruções aos delegados do Conselho Geral Provisório:

Consideramos a tendência da indústria moderna para levar as crianças e jovens de ambos os sexos a cooperarem no grande trabalho da produção social como uma tendência progressiva, sã e legítima, embora sob o capital tenha sido distorcida numa abominação. Num estado racional da sociedade **qualquer criança que seja**, desde a idade dos 9 anos, deve tornar-se trabalhador produtivo da mesma maneira que todo o adulto saudável não deveria ser eximido da lei geral da natureza: Trabalhar para comer, e trabalhar não só com o cérebro, mas também, com as mãos.

No entanto, presentemente, nós temos apenas de tratar de crianças e jovens de ambos os sexos [pertencendo ao povo trabalhador. Devem ser divididos] em **três classes**, a serem tratadas de maneira diferente: a primeira classe englobando dos 9 aos 12; a segunda, dos 13 aos 15 anos; e a terceira compreendendo as idades dos 16 e 17 anos. Propomos que o emprego da primeira classe em qualquer oficina ou local de trabalho seja legalmente restringido a **duas** [horas]; a segunda classe a **quatro** [horas]; e o da terceira classe a **seis** horas. Para a terceira classe terá de haver um intervalo pelo menos de uma hora para refeições ou descontração.

Poderá ser desejável começar a instrução escolar elementar antes da idade de 9 anos; mas aqui tratamos apenas dos mais indispensáveis antídotos contra as tendências de um sistema social que degrada o operário a mero instrumento para a acumulação de capital, e que transforma pais, devido às suas necessidades, em proprietários de escravos, vendedores dos seus próprios filhos. O **direito** das crianças e dos jovens tem de ser feito valer. Eles não são capazes de agir por si próprios. É, no entanto, dever da sociedade agir em nome deles (Marx, 1983, p. 82-83).

Mas, com toda a resistência, as conquistas não tiveram efeitos reais, existindo apenas no papel, pois a classe dominante usava-se das artimanhas e de todos os instrumentos para burlar as leis. No que se trata do pensamento de Marx e Engels sobre a classe trabalhadora, Coletti (2025, p. 39) afirma que os autores concordavam que “há um quadro de ignorância e o analfabetismo entre os trabalhadores ingleses”, sendo causado pela recusa da burguesia em viabilizar os recursos necessários para que de fato ocorra o ensino, pois tinha medo de formar os trabalhadores, que seriam uma arma perigosa e causariam uma revolução.

Nesse contexto, investir na instrução da classe trabalhadora seria um gasto desnecessário e os trabalhadores não conseguiam aproveitar e não teriam rendimento escolar devido às condições precárias que viviam. Nesse ponto de vista, muitas famílias contribuíam com os patrões para burlar as leis e mantinham seus filhos trabalhando, pois na ausência do trabalho traria menos contribuições financeiras em casa. Nessa perspectiva:

Marx destaca ainda que a educação burguesa, em que as crianças permaneciam o dia todo na escola, se constituía numa jornada “improdutiva e prolongada, que aumentava inutilmente o trabalho docente e desperdiçava tempo, saúde e energia das crianças”, chegando a lhes ser prejudicial. Desta forma, levando em consideração todas as contradições do modo capitalista, o autor expressava, especialmente a partir d’O Capital, que “do próprio sistema fabril emergia o ‘germe da educação do futuro’ e que, diferentemente da educação burguesa, conjugaria o trabalho produtivo, com o ensino e a ginástica” (Coletti, 2025, p. 42).

Com a transformação profunda nos meios e modos de produção, provocada pelo avanço tecnológico, altera-se a forma como o trabalho é realizado, fazendo com que o trabalhador perca o controle sobre aquilo que produz, ao mesmo tempo em que se exige a especialização do trabalho. Nesse sentido, surgem escolas voltadas à formação de trabalhadores capazes de manejar as novas ferramentas de produção. Foi nesse contexto que emergiram as escolas politécnicas e agrícolas (Coletti, 2025). Esse mesmo autor ainda afirma que:

A partir desta compreensão, é possível perceber como Marx e Engels definiram a educação dual fornecida pela sociedade capitalista: uma propedêutica, intelectual, conteudista, técnica e tecnológica para a classe burguesa, que dominava o aspecto “espíritual” do processo produtivo; e uma elementar, moral e restritiva destinada à classe operária, encarregada do trabalho físico, enquanto acessório das máquinas que funcionavam de forma independente (Coletti, 2025, p. 44).

Nesse pressuposto, no pensamento de Marx e Engels, há dois tipos de educação, destinados para grupos diferentes. Uma com a função de preparar a burguesia para controlar o processo produtivo com planejamento, conhecimento e com ideologia dominante e a outra para formar trabalhadores que aceitem sua condição, sendo moldados para o trabalho físico, com jornadas extensivas de trabalho, de forma desumanizada e com pouca autonomia. Logo, a educação na sociedade capitalista não é neutra, pois mantém a estrutura de classes, preparando

a burguesia para continuar dominando e a classe operária para ser dominada, perpetuando a exploração e impedindo a emancipação dos trabalhadores.

Coletti (2025, p. 46) remete duas contribuições de Marx para a educação, de modo que a primeira foi apontar que “a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem” e a segunda para se referir ao “método de análise da realidade concreta”, que demonstra que ao elencar o debate educacional, deve-se “encontrar a sua essência, para além da aparência.

No ponto de vista marxista, Coletti afirma que a partir do momento em que o homem produz a sua história e “se relaciona, desenvolvem sua consciência e a necessidade de aprender e ensinar” (Coletti, 2025, p. 58), de modo a transmitir esses saberes para as próximas gerações. Assim, a educação é concreta no materialismo histórico dialético.

Coletti (2025, p. 64) afirma que:

Para Marx e Engels, o capitalismo, a burguesia criam as condições materiais para o surgimento de um novo modo de produção, mas também engendra as forças sociais que serão responsáveis por sua superação. Em outras palavras, o capitalismo carrega em si as sementes do comunismo.

Não é difícil compreender que, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, a burguesia intensifica a exploração do proletariado, o que contribui para o aumento de sua coesão enquanto classe. Explorados e empobrecidos, os trabalhadores tendem a se constituir como uma classe consciente, organizada e revolucionária, o que conduz a um conflito inevitável que resultará na queda da burguesia e no fim do sistema capitalista.

Coletti retorna ao pensamento de Marx e argumenta que “é preciso superar a combinação de trabalho apenas como ensino elementar” (2025, p. 67). Por meio do ensino elementar, o trabalhador se liberta da ignorância, lutando contra a sua exploração de modo a construir uma sociedade baseada na igualdade, com vista ao desenvolvimento unilateral, desenvolvendo todas as capacidades humanas. Assim:

Para Marx e Engels, a instrução deveria estar articulada ao trabalho produtivo útil e remunerado, a fim de derrubar as condições capitalistas de exploração e, por meio do trabalho físico, manual, intelectual e fabril, formar o homem unilateral sob diversas dimensões da vida (Coletti, 2025, p. 78).

Como apresenta no texto *Instruções para os Delegados dos Conselhos Gerais Provisório*:

Partindo deste ponto, dizemos que nenhum pai nem nenhum patrão deveria ser autorizado a usar trabalho juvenil, exceto quando combinado com educação.
Por educação entendemos três coisas:
Primeiramente: Educação mental.
Segundo: Educação física, tal como é dada em escolas de ginástica e pelo exercício militar.

Terceiro: Instrução tecnológica, que transmite os princípios gerais de todos os processos de produção e, simultaneamente, inicia a criança e o jovem no uso prático e manejo dos instrumentos elementares de todos os ofícios.

Um curso gradual e progressivo de instrução mental, gímnica e tecnológica deve corresponder à classificação dos trabalhadores jovens. Os custos das escolas tecnológicas deveriam ser em parte pagos pela venda dos seus produtos.

A combinação de trabalho produtivo pago, educação mental, exercício físico e instrução politécnica, elevará a classe operária bastante acima do nível das classes superior e média (Marx, 1983, p. 83-84).

Observa-se que Marx e Engels, ao defender a instrução para crianças, defendem a tese de que a formação do indivíduo deveria ocorrer tanto de forma geral como forma técnica, de modo a preparar o operário para atuar em todos os processos de produção, a fim de ter conhecimento do processo de produção igual antes da Revolução industrial.

Coletti (2025, p. 69), ao defender o pensamento de Marx e Engels sobre a educação, relembra “duas acepções sobre o trabalho produtivo”, a primeira, refere-se a qualquer trabalho que resulta em um produto, e a segunda, referente ao trabalho que é visto como mercadoria, que produz um valor e extrai a mais-valia. Nesta conjuntura, Marx e Engels defendem que a “educação da classe trabalhadora deveria unir ensino e trabalho produtivo, já que “o trabalho é como meio geral de reprodução humana”.

No *Programa de Gotha*, Marx formulou duas críticas centrais, entre elas a recusa da ideia de uma educação igual para todos, uma vez que esta se mantém condicionada pelas desigualdades sociais. Pois a:

1) Educação popular universal e igual sob incumbência do Estado. Escolarização universal obrigatória. Instrução gratuita.” Educação popular igual? O que se entende por essas palavras? Crê-se que na sociedade atual (e apenas ela está em questão aqui) a educação possa ser igual para todas as classes? Ou se exige que as classes altas também devam ser forçadamente reduzidas à módica educação da escola pública, a única compatível com as condições econômicas não só do trabalhador assalariado, mas também do camponês? “Escolarização universal obrigatória. Instrução gratuita.” A primeira existe na Alemanha, a segunda na Suíça [e] nos Estados Unidos, para escolas públicas. Que em alguns estados deste último também sejam “gratuitas” as instituições de ensino “superior” significam apenas, na verdade, que nesses lugares os custos da educação das classes altas são cobertos pelo fundo geral dos impostos. O mesmo vale, diga-se de passagem, para a “assistência jurídica gratuita” exigida no artigo 5. A justiça criminal é gratuita em toda parte; a justiça civil gira quase exclusivamente em torno de conflitos de propriedade, dizendo respeito, portanto, quase exclusivamente às classes proprietárias. Elas devem mover seus processos à custa do tesouro público? O parágrafo sobre as escolas devia ao menos ter exigido escolas técnicas (teóricas e práticas) combinadas com a escola pública. Absolutamente condenável é uma “educação popular sob incumbência do Estado”. Uma coisa é estabelecer, por uma lei geral, os recursos das escolas públicas, a qualificação do pessoal docente, os currículos etc. e, como ocorre nos Estados Unidos, controlar a execução dessas prescrições legais por meio de inspetores estatais, outra muito diferente é conferir ao Estado o papel de educador do povo! O governo e a Igreja devem antes ser excluídos de qualquer influência sobre a escola. No Império prussiano-alemão (e não se escapa da questão com o cômodo subterfúgio de que se trata de um “Estado futuro”; já vimos no que este consiste), é o Estado que, ao

contrário, necessita receber do povo uma educação muito rigorosa (Marx, 2012, p. 45-46).

Para Coletti (2025, p. 80):

Com o desaparecimento dessa divisão, a educação passaria a desempenhar um papel emancipador, permitindo que os jovens acompanhassem o sistema total de produção. Eles poderiam, assim, se alternar entre diferentes ramos produtivos, de acordo com as necessidades sociais ou suas inclinações pessoais. Desde os “Princípios do Comunismo”, Engels já indicava a importância da formação unilateral, a ser conquistada por meio da alternância de atividades que satisfaçam tanto os fins individuais quanto os coletivos.

A educação serviria como um instrumento para a nova construção de uma nova ordem social. No manifesto do partido Comunista, ocorrido às vésperas da Revolução de 1848, uma das medidas apresentada a construção de uma sociedade comunista, descrita por Marx e Engels, foi abolição no trabalho das crianças nas fábricas e uma educação pública e gratuita, como é praticado hoje, havendo uma combinação da educação com a produção material. Neste sentido, Marx e Engels defendem que todas as crianças tenham acesso à escola, independente da classe social e livre da influência da Igreja ou de interesses privados, promovendo valores coletivos, com pensamento crítico e desenvolvimento humano em todas as dimensões. Este seria um projeto essencial para a transformação da sociedade.

b) Por uma educação emancipatória

Como observa, na percepção de Marx, a educação é a parte da superestrutura da sociedade, que por meio das instituições escolares e práticas pedagógicas, reflete e reproduz as relações de produção existente, mantendo a ordem estabelecida, muitas vezes perpetuando desigualdades. “A escola, ao invés de ser um espaço de emancipação”, se torna um meio para a classe dominante limitar o acesso da classe trabalhadora ao “conhecimento crítico e instrumentalizando o ensino para atender as demandas do capital”. Marx, ao criticar o ensino burguês, “fundamentava a relação entre ensino e trabalho, defendendo a necessidade de uma formação unilateral, integrando a teoria e prática” (Santos, et. al. 2025, p. 4274).

Essa ideia de Marx remete a concepção de educação abordada por Paulo Freire, que apesar de não se declarar marxista, dialoga e se apropria de conceitos de Marx, adaptando ao seu tempo histórico, falando com a sua realidade e visão de mundo. Freire constrói uma pedagogia, visando a libertação do oprimido (classe trabalhadora, para Marx) de seu opressor (classe dominante, para Marx), em que o sujeito toma consciência da sua situação de oprimido, compreende as estruturas de opressão e se mobiliza para transformá-las. Assim, como cita Coletti (2025, p. 20), ao resgatar o contexto e o pensamento de Marx e Engels, que buscaram

compreender “as possibilidades concretas de sua superação por meio da ação consciente e organizada das classes trabalhadoras”. Neste sentido, Freire (1987) destaca a importância da práxis para a transformação, pois, sem ela, não é possível ocorrer a superação da contradição dessas classes.

Paulo Freire elaborou uma teoria pedagógica com base na realidade social de dominação e exploração e indicou vias para que as práticas pedagógicas contribuíssem com a emancipação humana. Ele aponta as consequências da pedagogia tradicional, que não questiona os problemas da realidade em que as pessoas vivem. Numa sociedade marcada pela relação entre opressores e oprimidos, em que os oprimidos introjetam a “sombra” dos opressores e passam a seguir suas pautas, observa-se o temor da liberdade, na medida em que esta, ao implicar a expulsão dessas sombras, exigiria que os próprios oprimidos preenchessem o “vazio” deixado por elas (Freire, 1987, p. 34). Nesse sentido, Marx e Engels já criticavam o ensino burguês, por compreenderem a educação como um instrumento de reprodução das relações de dominação de classe, como afirma Coletti (2025, p. 21):

Marx e Engels compreendiam os “avanços” dos ideais de modernidade, laicidade, racionalidade, cativados pela burguesia revolucionária de forma concomitante à sua dominação econômica, em contraponto ao modelo feudal. Contudo, defendiam ainda uma instrução pública, gratuita e laica, porém diferenciava sua proposta da burguesa, expondo, de forma enfática, que a formação unilateral do ser humano só poderia concretizar sob condições materiais adversas à capitalista.

Nota-se que, para Marx e Engels, a educação deixou de estar sob o controle da Igreja e passou ao domínio da burguesia, promovendo princípios educativos alinhados aos seus próprios interesses. Nesse contexto, a educação passou a especializar o indivíduo para o exercício de uma função específica, naturalizando a exploração e deixando de oferecer uma compreensão crítica e totalizante da realidade social. Posteriormente, Paulo Freire contesta essa pedagogia tradicional ao propor a pedagogia do oprimido. Segundo o autor, “a pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí e tem de ter, nos próprios oprimidos, que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos” (Freire, 1987, p. 40–41).

A *Pedagogia do Oprimido*, formulada por Paulo Freire, dialoga diretamente com a dialética marxiana da luta de classes, ressignificando-a na relação entre opressor e oprimido. Essa luta manifesta-se na contradição entre a burguesia — classe opressora, detentora dos meios de produção — e o proletariado, classe oprimida que vende sua força de trabalho. A classe burguesa impõe sua visão de mundo e, no interior das instituições escolares, promove a

chamada educação bancária, caracterizada pelo ato de depositar conhecimentos nos alunos sem lhes conceder voz ou participação crítica no processo educativo.

Nessa perspectiva, o aluno, enquanto sujeito oprimido, tem sua voz silenciada e é concebido como um agente passivo, recebendo uma formação voltada exclusivamente para atender às necessidades do capital. Essa forma de educação é alienante, pois, assim como em Marx a alienação corresponde à perda da essência humana no trabalho capitalista, em Freire a educação tradicional aliena o sujeito ao negar-lhe a condição de protagonista de sua própria formação. Para Freire, a educação deve constituir-se como um processo de humanização, capaz de recuperar a dignidade dos oprimidos. Nesse sentido, o autor afirma que os homens, enquanto produtores da realidade, por meio da práxis transformadora, são capazes de superar a realidade opressora, uma vez que essa transformação é tarefa histórica dos próprios homens (Freire, 1987).

A teoria da práxis, compreendida por Marx como a unidade indissociável entre teoria e prática, ocupa um lugar central no pensamento de Paulo Freire. Sua pedagogia não se limita à reflexão crítica — expressa no processo de conscientização —, mas envolve, sobretudo, a ação transformadora da realidade. Desse modo, a pedagogia tradicional encontra-se comprometida com um projeto de dominação social e de exploração econômica de classe, uma vez que não questiona a realidade social em que os sujeitos estão inseridos.

Como consequência, os oprimidos desenvolvem uma consciência ingênua da realidade social e das relações sociais que os envolvem. Esse processo nega a condição humana questionadora dos educandos. Quando submetidos a essa forma de educação, os oprimidos passam a negar a si mesmos enquanto sujeitos históricos, manifestando tal negação em determinadas características. A primeira delas consiste na introjeção da “sombra” dos opressores, isto é, na internalização dos valores e da visão de mundo da classe dominante. Nesse cenário:

Os oprimidos que introjetam a “sombra” dos opressores e seguem suas pautas temem a liberdade, na medida em que esta, implicando a expulsão desta sombra, exigiria destes que “preenchessem” o “vazio” deixado pela expulsão com outro “conteúdo” - de sua autonomia (Freire, 1987, p. 34).

A segunda característica implica o desenvolvimento de uma auto concepção de pessoas desvalidas, de modo que:

A autodesvalia é outra característica dos oprimidos. Resulta da introjeção que fazem da visão que deles têm os opressores. De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isso, terminam por se convencer de sua “incapacidade”. Falam de si como os que não sabem e do “doutor” como o que sabe

e a quem devem escutar. Os critérios do saber lhe são impostos são os convencionais (Freire, 1987, p. 50).

Estas duas características constituem os fundamentos da consciência ingênua da maioria dos oprimidos. Portanto, a educação libertadora parte do questionamento da realidade de opressão e também do desenvolvimento da consciência crítica sobre a realidade as relações sociais. Por isso, “a educação autêntica, que é humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 1987, p. 67).

A educação libertadora, portanto, não é apenas um processo de ensino-aprendizagem, mas um processo político e humano, que conduz o homem à sua formação unilateral, deixando-o de ser oprimido dentro do sistema, para se tornar sujeito de sua própria história, capaz de agir sobre o mundo e transformá-lo, da maneira que uma das ferramentas para a superação do capitalismo é a educação.

A educação libertadora, sendo dialética, histórica e materialista, é essencialmente coletiva. Ela nunca resulta do ato isolado de uma pessoa, mas é resultado de relações entre pessoas que aprendem e pessoas que ensinam. “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo. Os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987, p. 68). As relações dos seres humanos entre si, que devem ser dialogais, e, as relações deles com o mundo são componentes essenciais do processo educacional.

Tanto os seres humanos quanto o mundo — entendido como o contexto da vida — encontram-se em permanente movimento. Como afirma Freire, “o homem, como um ser inconcluso, consciente de sua inconclusão, está em permanente movimento de busca do ser mais” (Freire, 1987, p. 72). Nessa condição de inconclusão, a prática educativa exige que o diálogo se constitua como fundamento das relações entre docentes e discentes, compreendidos como sujeitos provisoriamente situados em seus papéis, em um mundo marcado por constantes transformações. Isso ocorre porque o ser humano é uma constituição histórica e móvel, não se encontrando jamais como um ente acabado ou definitivamente estabelecido.

Desse modo, a educação libertadora assume um caráter questionador tanto do ser humano quanto do contexto social em que a vida se desenvolve. Conforme destaca Freire, “a educação problematizadora, que não é fixismo reacionário, é futuridade revolucionária. Daí que seja profética e, como tal, esperançosa” (Freire, 1987, p. 73). Essa concepção de educação projeta-se para o futuro, orientando-se para a construção de um novo ser humano e de uma nova organização social, capaz de superar as formas de exploração do capitalismo e caminhar em direção a uma sociedade emancipada.

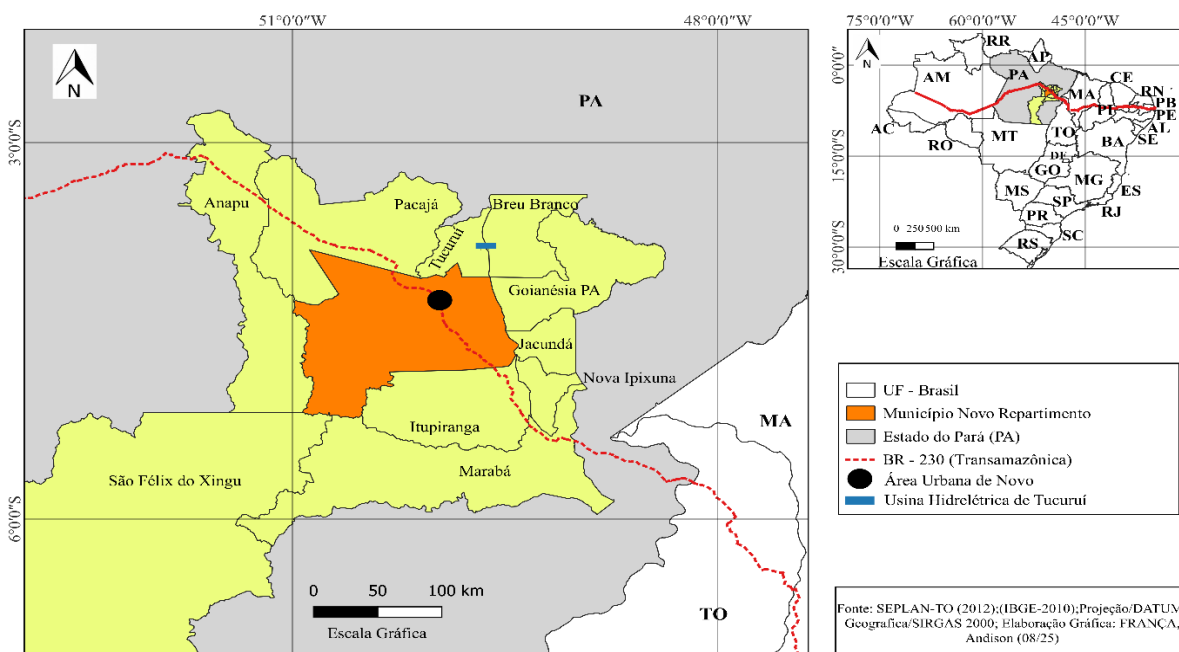
3 ESCOLA E TERRITÓRIO

3.1 Novo Repartimento/PA e as contradições do capital

a) A localização do município de Novo Repartimento

O município de Novo Repartimento foi criado através da Lei nº 5.702, de 13 de dezembro de 1991. A partir de então, foi desmembrado dos municípios de Tucuruí, Jacundá e Pacajá. Tem uma área territorial de 15.398,736 km e limita-se com os seguintes municípios: Tucuruí, Breu Branco, Goianésia do Pará, Jacundá, Nova Ipixuna, São Felix do Xingu, Itupiranga, Marabá e Pacajá, como detalha o mapa 1.

Mapa 1 - Mapa 1: Localização geográfica do município de Novo Repartimento/Pará

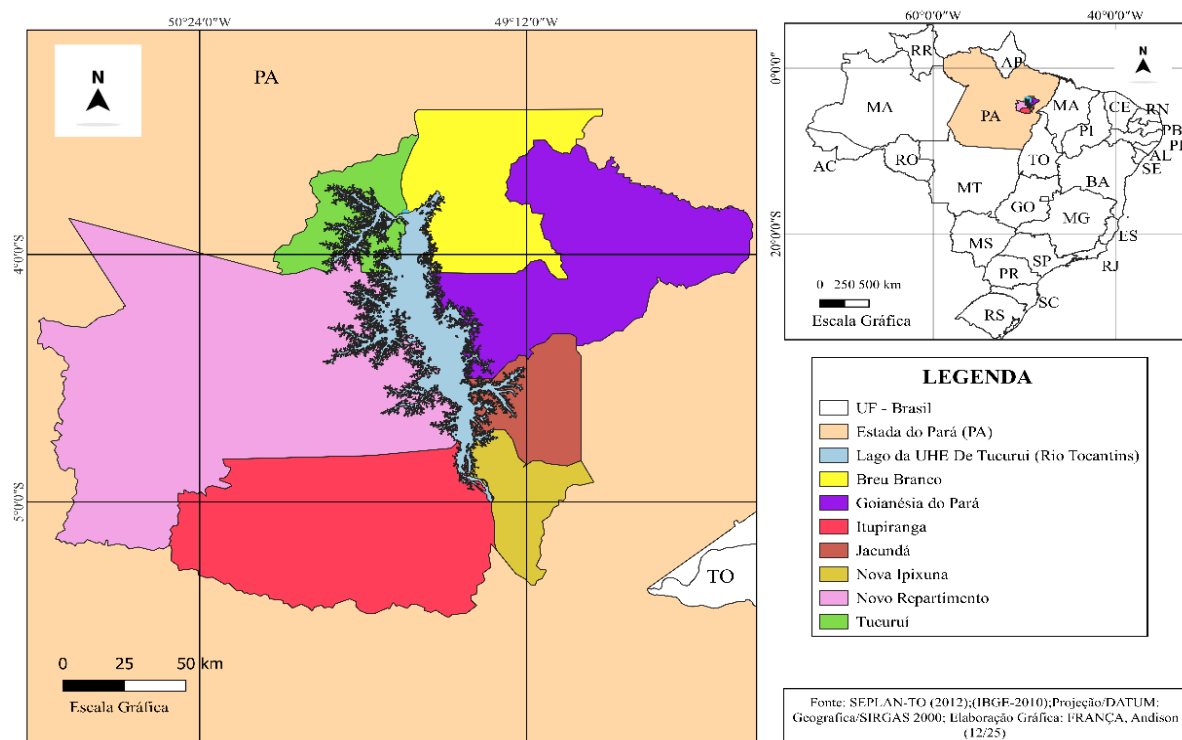


Fonte: SEPLAN-TO/IBGE-2010.

O município está localizado na região sudeste do Pará, ocupando 1,24% do território paraense e 38% da região de Integração a qual faz parte. O estado do Pará está localizado no norte do país, um dos estados que compõem a extensa floresta Amazônica. Está inserido na mesorregião de Marabá e integração de Tucuruí - área de influência do reservatório do Lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), e está a aproximadamente 510 km de distância da capital paraense. A sede municipal está à margem da Transamazônica e tem as seguintes coordenadas geográficas: uma latitude de 4° 19' 53" sul e longitude de 49° 47' 47" oeste.

O município está em uma região geográfica intermediária de Marabá e Tucuruí, nos encontros da BR 230 – Transamazônica e BR 422, facilitando o fluxo de pessoas e de mercadorias, como pode ser observado no mapa 2.

Mapa 2 - Lago da UHE e os municípios da região de integração



Fonte: SEPLAN/TO IBGE 2010.

O mapa acima mostra os municípios que formam a região de integração do lago de Tucuruí, formada no rio Tocantins, que atua como eixo central da região, interferindo diretamente na organização do território, na mobilidade e nas atividades econômicas. Observa-se que o município de Novo Repartimento é o maior em extensão territorial e tem uma grande área que foi atingida pela construção do lago artificial, que apesar da integração regional e o crescimento econômico, houve uma alteração do metabolismo social entre homem e natureza, acarretando conflitos sociais, desigualdades e contradições que serão abordados no tópico a seguir.

b) A origem do município e as contradições do capital

A origem do município de Novo Repartimento está diretamente ligada ao povo indígena Parakanã, à construção das rodovias BR-230/PA (Transamazônica) e BR-422/PA, bem como à implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT). Para compreender esse processo de

formação do município, torna-se necessário considerar esses fatores de maneira articulada, evidenciando sua relação com a lógica do capital e suas contradições.

O território atualmente ocupado pelo município era originalmente habitado pelos povos indígenas Parakanã, que já viviam na região antes do avanço do processo de ocupação. Segundo relatos de moradores e registros documentais, Repartimento era o nome de um rio que delimitava a reserva indígena e as terras do primeiro morador não indígena da região, o senhor Evaristo, que se estabeleceu nas proximidades do alojamento da empresa Mendes Júnior, responsável pela terraplanagem da BR-422/PA, rodovia que faria a ligação com a BR-230/PA.

Nesse contexto, o local passou a abrigar, posteriormente, moradores oriundos da Vila Velho Repartimento, área que foi inundada em decorrência da formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, entre os anos de 1974 e 1984. E, de acordo com Braga (2011, p. 1), durante a década de 1970 o Brasil vivenciava um período de intenso entusiasmo, fomentado pelo marketing do governo militar instaurado em 1964. Nesse contexto, o país recebia significativos investimentos estrangeiros e o regime difundia a imagem de um acelerado crescimento econômico por meio da divulgação de grandes obras públicas, com o objetivo de convencer a população da prosperidade nacional.

A rodovia Transamazônica, apresentada como uma dessas grandes obras, foi anunciada como responsável por levar a “redenção ao povo brasileiro, em especial ao Norte e Nordeste”. Os jornais da época estampavam o projeto político-econômico do governo militar, como aponta Braga (2011), fato que também pode ser constatado em matérias publicadas no jornal *Folha de São Paulo*, como a que trazia o título “Arrancada para conquistar o gigantesco mundo verde”, em referência à construção da rodovia Transamazônica, afirmando que:

O general Médici presidiu ontem no município de Altamira, no Estado do Pará, a solenidade de implantação, em plena selva, do mundo inicial da construção da grande rodovia Transamazônica, que cortará toda a Amazônia, no sentido Leste-Oeste, numa extensão de mais de 3.000 quilômetros e interligará esta região com o Nordeste. O presidente emocionado assistiu à derrubada de uma árvore de 50 metros de altura, no traçado da futura rodovia, e descerrou a placa comemorativa do início da construção (Folha de São Paulo:10/10/1970).

Percebe-se que a rodovia Transamazônica serviu aos interesses do capital, promovendo a entrada de grandes empresas agropecuárias, madeireiras e mineradoras na região amazônica. Árvore de 50 metros, por exemplo, não era apenas um elemento da paisagem natural, mas se tornou, e continua sendo um símbolo da subordinação da natureza à lógica do capital, da qual a população local não foi beneficiada.

A rodovia Transamazônica, celebrada pelo discurso oficial como símbolo do desenvolvimento nacional, representa, na realidade, a expansão do capitalismo para novas

fronteiras, a transformação da natureza em mercadoria e a manutenção da exploração das classes trabalhadoras, acompanhada da exclusão das populações locais. Isso ocorreu porque a construção da Transamazônica não atendeu às necessidades da maioria da população, mas teve como finalidade principal, garantir as condições de reprodução do capital. Assim, o autoritarismo do regime militar funcionou como instrumento de controle social, reprimindo a classe trabalhadora e silenciando as resistências aos projetos que beneficiavam a elite econômica.

Nesse contexto, a Rodovia Transamazônica (BR-230/PA) cortou, no início da década de 1970, o território de diversos povos indígenas, entre eles os Parakanã. Conforme apontam os estudos de Araújo (2018), esse povo indígena já havia passado por um processo histórico de divisão no final do século XIX, quando se constituíram dois grandes grupos: os Parakanã Ocidentais e os Parakanã Orientais. O primeiro grupo localiza-se entre os municípios de Novo Repartimento e Itupiranga e tinha como base de subsistência a horticultura, passando, gradualmente, a se especializar na atividade da caça. Ambos os grupos foram diretamente afetados pela implantação de dois grandes projetos (BR-230 e UHE) de infraestrutura na Amazônia. Nesse sentido:

Após a BR-230 outro grande empreendimento estatal afetou consideravelmente a vida deste povo. No final dos anos 1970 a Ditadura Brasileira iniciou as pesquisas para execução da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, finalizada em 1984. Os estudos de viabilidade da Central da Usina Hidrelétrica do Norte do País S/A (ELETRONORTE), empresa responsável pelo empreendimento, indicavam que a área do reservatório do rio Tocantins afetaria os Parakanã aldeados após a abertura da Transamazônica. Os Orientais e Ocidentais foram novamente denominados de Paratinga e Maroxewara (Araújo, 2018, p. 03):

Nesse sentido, Costa e Silva (2022, p. 79) apontam que “estes empreendimentos tiveram graves impactos sobre os modos de vida dos grupos indígenas, empurrando-os a deslocamentos compulsórios, conflitos e mortes, uma vez que passaram a ser vistos como empecilho ao desenvolvimento e ao progresso”.

A partir dessa perspectiva, percebe-se a permanência de uma visão etnocêntrica e eurocêntrica em relação aos povos originários. Os povos Parakanã, assim como os demais povos indígenas, “continuam sendo vistos como estorvo para a integração econômica e política do país”. Desse modo, observa-se que os grandes empreendimentos promovidos pelo Estado, muitas vezes orientados por uma lógica desenvolvimentista excludente, têm contribuído historicamente para a marginalização e para a violência contra os povos indígenas. Como afirmam Trindade e Ferraz (2023, p. 57):

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) em que a maior parte do grande valor de energia elétrica é direcionada para as empresas de beneficiamento do alumínio, ao mesmo tempo que sua construção inundou regiões que continham áreas indígenas, como o território Parakanãs.

Nesta dimensão, destaca o pensamento de Trindade e Ferraz (2023, p. 50), que relembram o pensamento de Marx, ao afirmarem que o capitalismo desenvolveu acumulação primitiva, com base na expropriação violenta de uma classe sobre a outra, na qual o Estado teve um papel fundamental nesse processo de desapropriação, separando o produtor dos meios de produção. Trindade e Ferraz (2023, p. 59) argumentam que o Estado contribui para a “efetivação da reprodução ampliada do capital, viabilizando e gerindo a força de trabalho, a terra e a infraestrutura necessária para esse processo. O uso da violência e da expropriação ocorre ainda hoje na Amazônia, favorecendo a classe dominante”. Nessa perspectiva, o Estado configura-se como “um instrumento a favor da acumulação” (p. 52), ao assegurar as condições materiais e institucionais indispensáveis à reprodução do capital. Ainda no pensamento de Trindade e Ferraz (2023, p. 46):

O capitalismo configurou em uma dinâmica de acumulação em escala espacial crescente, sendo que processos renovados de ciclos de produção de mais-valor avançam em novos espaços territoriais de reprodução, perfazendo uma dinâmica reprodutiva mundializada. A Amazônia constitui um destes espaços de fronteira de exploração capitalista, um território de expansão que sofreu diversas reconfigurações econômicas ao longo dos diversos ciclos desenvolvimento capitalista brasileiro.

Trindade e Ferraz (2023, p. 47-48), ao analisarem a expansão do território amazônico, identificam três fatores integrados à lógica do atual padrão de reprodução econômica brasileiro. O primeiro refere-se à centralidade da produção primário-exportadora, que gera elevados lucros à burguesia vinculada ao agronegócio. O segundo diz respeito às características extensivas desse modelo de produção agrária, o qual exige grande disponibilidade de terras, além de um regime climático favorável, marcado pela abundância de sol e água. Por fim, destaca-se o histórico de favorecimento do Estado brasileiro à concentração fundiária, de modo que esses fatores contribuem para o aprofundamento das desigualdades entre os produtores comerciais voltados ao mercado externo e os produtores camponeses e familiares, que produzem principalmente para a subsistência e para o abastecimento local.

Para Herrera, Moreira e Bezerra (2016), com a divisão internacional do trabalho, “coube aos países periféricos à produção de matérias-primas e alimentos que retroalimentavam o processo de acumulação das economias centrais”. Os autores, com apontamentos de Cano (2000), ainda destacam que esses países periféricos “enquanto colônia se remete à inserção

internacional precária e condicionada pela extração e apropriação do excedente produzido por parte da metrópole” (Herrera, Moreira e Bezerra, 2016, p. 212).

Com a Divisão Internacional do Trabalho, a natureza é transformada a pedidos do capital, surgindo novas configurações territoriais, “levando o desaparecimento das economias de subsistência para que novas modalidades produtivas pudessem aparecer”. Com os novos e grandes projetos para atender a demanda do capital, ocorre “a expulsão da população preexistente no lugar e a mobilização de mão de obra barata e disponível para os novos empreendimentos recém-chegados à região” (Pereira, 2022, p. 307). Trindade e Ferraz (2023, p. 55) continuam afirmando que:

A medida em que estes espaços representam grandes reservatórios de força de trabalho barata, também é interessante aos interesses da acumulação de capital explorá-los das mais diversas formas, seja por meio do estabelecimento das relações salariais, ou então pela subordinação de formas já existentes de produção que sejam funcionais aos interesses da acumulação.

Para Trindade e Ferraz (2023), desde o século XVII, a região amazônica vivenciou ciclos periódicos de extração de recursos naturais, participando ativamente do processo de acumulação primitiva do capital. Um desses ciclos foi o da borracha, impulsionado pela Revolução Industrial. Segundo os autores, entre o século XIX e o início do século XX, a região amazônica, rica em seringueiras, fornecia o látex que era transformado em borracha e integrado ao mercado internacional. Já ao longo do século XX, ainda com base nos registros dos autores acima citados, especialmente com a implementação de projetos de infraestrutura e a concessão de incentivos fiscais governamentais voltados à produção agrícola, abriu-se espaço para a consolidação da acumulação capitalista na Amazônia, intensificando sua integração ao mercado nacional e internacional por meio de aparatos tecnológicos e grandes investimentos.

Nessa conjuntura, Trindade e Ferraz (2023, p. 57) frisam que há três fatores básicos que integram o espaço de expansão da acumulação na Amazônia: “a terra como base de exploração agrária; o subsolo para a base de exploração mineral e fontes hídricas como base de exploração energética”. Desse modo, “a Amazônia passa a ser palco não apenas de disputa entre camponeses e capitalistas, mas sim um território de confronto entre capitalista” (Herrera; Moreira; Bezerra, 2016, p. 217), aumentando a exploração da população mais pobre.

Além disso, esse processo também contribuiu para a aceleração da urbanização, trazendo diversos imigrantes para a região Amazônica, como ocorreu no município de Novo Repartimento, que após os grandes projetos desenvolvidos na Amazônia, como a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) e da Rodovia Transamazônica (BR-230), impulsionados

pela política adotada pelo governo militar instaurado em 1964, período em que o governo recebia investimentos estrangeiros.

A construção da Rodovia Transamazônica foi apresentada pelo governo como portadora de esperança para a população brasileira, especialmente para os habitantes das regiões Norte e Nordeste. Esse discurso impulsionou um intenso fluxo migratório em direção à Amazônia, sobretudo para as áreas localizadas às margens da Transamazônica, com o objetivo de promover o povoamento da região por meio da atração de migrantes oriundos de outras partes do país. Como descreve Pereira (2022, p. 305), ao narrar as falas de um ex-trabalhador da empresa.

Diz ele que nasceu em Cametá – município localizado no Baixo Tocantins, no nordeste paraense – e aos três anos de idade mudou-se para Alcobaça. Aos 15, começou a trabalhar como ajudante de pedreiro, carpinteiro, feirante, estivador e balconista, mas foi em 1971 que saiu da cidade de Tucuruí, onde morava, para se aventurar em uma nova frente de trabalho. Era a abertura da Transamazônica, para onde se dirigiu e se empregou na referida empresa, desenvolvendo as atividades de topografia, assentamento de bueiros e pintura.

Como pode ser observado, os recém-chegados à região estavam em busca de trabalho e de melhores condições de vida, motivados pela “possibilidade de melhor salário e de acesso à terra, sonho de todo migrante recém-chegado à Transamazônica”. Muitos desses migrantes permaneceram na região, especialmente no período em que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) realizava o loteamento das terras, assentando famílias em lotes de aproximadamente 100 hectares (10 mil metros quadrados) nas proximidades da Vila Repartimento (Pereira, 2022, p. 306–307).

Esse processo contribuiu para o crescimento do povoado, com o surgimento dos primeiros pontos comerciais e a configuração de uma nova dinâmica territorial. Desse modo, “uma nova geografia regional se desenhava, levando ao desaparecimento das economias de subsistência para que novas modalidades pudessem aparecer”, interferindo diretamente nos modos de vida dos povos originários que já habitavam a região. Nesse contexto, na sociedade capitalista, a terra deixa de ser compreendida a partir de seu valor social e passa a assumir o valor de mercadoria (*Ibidem*). Por isso:

A transformação da terra e partir das relações no e pelo capital é sem dúvida uma das mais perversas mazelas do capitalismo, pois no momento em que a terra deixa de ter seu valor social e passa a ter valor de mercadoria a desestruturação social é algo marcante, ocorrendo a expropriação de inúmeras famílias. A terra que foi um dia bem social se transforma no principal meio de capital “esfolar” o trabalhador, devido ao excedente de força de trabalho, garantindo a baixo custo a mais-valia desejada (Herrera, Moreira e Bezerra, 2016, p. 217).

Como citam os autores, a terra tinha um valor social e comunitário, uma vez que, com a lógica do capital, a terra passou a ter valor monetário. Ao ser transformada em mercadoria,

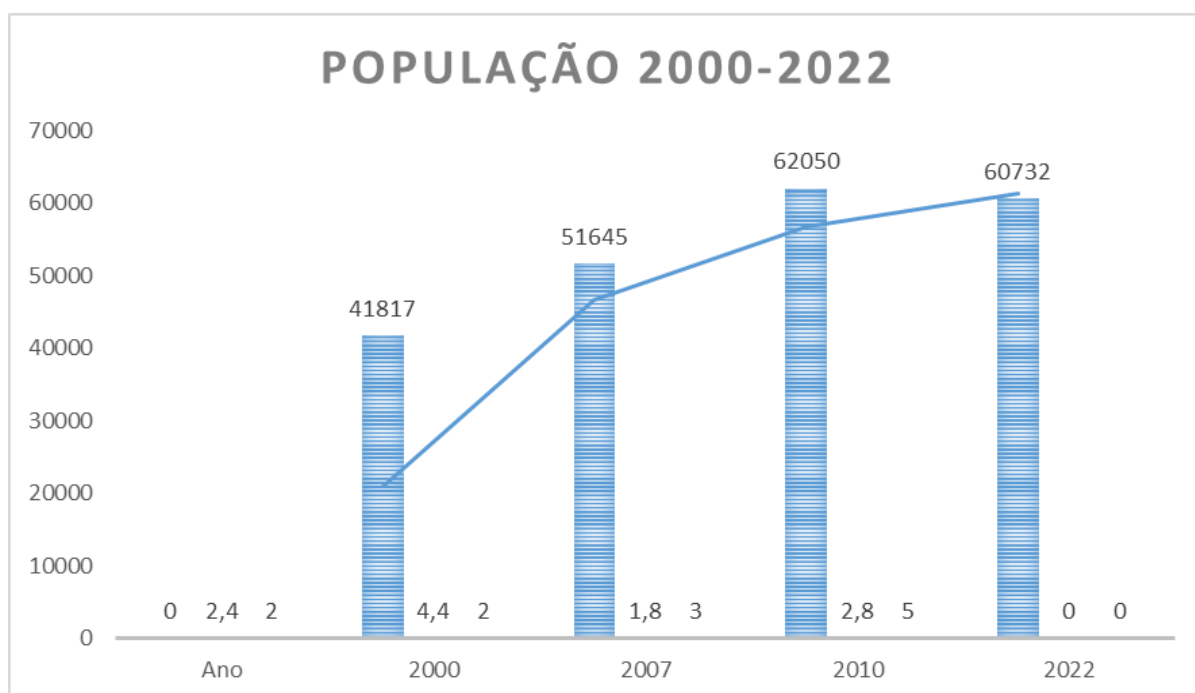
passa a ser usada para explorar trabalhadores e causar desestruturação social. Para Trindade e Ferraz (2023, p. 64) “a dinâmica do mercado de terras transforma a terra em ativo ou capital, ou seja, em instrumentos de acumulação, passível de valorização”. Esse processo pode ser diretamente relacionado à política de assentamentos promovida pelo INCRA na Amazônia, especialmente, a partir da década de 1970, com o intuito de ocupar a Amazônia e integrá-la ao mercado nacional e internacional, ignorando a existência de indígenas e extrativistas.

Trindade e Ferraz (2023, p. 65) reforçam que esse processo intensificou “a superexploração da mão de obra e os conflitos sociais pela posse da terra”. Como consequência, a terra passou a ser progressivamente valorizada, e muitos pequenos agricultores, inicialmente beneficiados com o acesso à terra, foram expulsos, endividados ou obrigados a vender suas propriedades, tornando-se, posteriormente, trabalhadores assalariados.

Para Trindade e Ferraz (2023, p. 61), os migrantes vinham do nordeste em virtudes dos períodos de seca, e os que vinham do Sul e Sudeste, por não terem condições de competir com a agricultura moderna, assim, se consolidaram nessas áreas, estabelecendo a criação de gado. Esses migrantes fixaram-se nas margens da transamazônica, formando agrovilas e pequenas cidades, como ocorreu no município de Novo Repartimento, onde a sede está localizada às margens da rodovia. No35

41578 último censo demográfico, ocorrido em 2022, a população é de 60.732, conforme mostrado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - População demográfico do município de Novo Repartimento/Pará 2000-2022



Fonte: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA. IBGE 2022.

Como pode ser observado no Gráfico 1, a população do município aumentou de forma significativa nas últimas décadas, impulsionada pela implantação de dois grandes projetos estruturantes, os quais produziram novas relações sociais e territoriais.

Nesse sentido, Trindade e Ferraz (2023, p. 64) destacam que, “nas dinâmicas atuais, a acumulação de capital é caracterizada, entre outras atividades, pela criação de gado, cuja expansão só é viabilizada pela derrubada da floresta. Assim, o desmatamento é associado a essas expansões”. Com o crescimento populacional, intensificou-se o uso do solo para a criação de gado, atividade que se consolidou como a principal base econômica do município.

Portanto, o município de Novo Repartimento expressa de forma nítida as contradições do capital: de um lado, a promessa de desenvolvimento econômico, impulsionada pelos projetos anteriormente mencionados; de outro, os efeitos da exploração intensiva dos recursos naturais e humanos, materializados na persistência da desigualdade, da pobreza e dos conflitos socioambientais.

No contexto da expansão do capitalismo na Amazônia, o município emerge a partir da implantação de grandes projetos econômicos — como hidrelétricas, mineração, agronegócio e abertura de estradas — que expropriam territórios indígenas, destroem modos de vida tradicionais e submetem a população local à lógica do mercado capitalista.

3.2 Relação do território da escola com a sociedade de classes

É fundamental discutir a relação entre o território da escola e a sociedade de classes, a fim de evidenciar as contradições sociais produzidas pelo avanço do capital na Amazônia. O território escolar não constitui um espaço isolado, mas é resultado das relações sociais e econômicas que estruturam o espaço no qual a escola está inserida. Portanto, a escola torna-se um ambiente que reflete e reproduz as desigualdades geradas pelo modelo capitalista de desenvolvimento regional.

Região marcada pela presença de grandes projetos, como usinas hidrelétricas, a expansão do agronegócio e a Rodovia Transamazônica, na qual uma parcela da população se beneficia dos investimentos e das oportunidades, enquanto a maioria enfrenta condições precárias de trabalho e dificuldades de acesso à educação e a outros direitos básicos.

Assim, as condições materiais e simbólicas presentes no ambiente escolar, resultam diretamente das relações de produção e das transformações impostas pelo modelo capitalista, que concentra renda, exclui populações tradicionais e precariza o acesso a direitos fundamentais, como a educação.

O Território resulta das relações de poder e de apropriação, sendo construindo socialmente por meio de disputa, leis, conflitos, identidades e interesses, como cita Santos (2005, p. 255-256), ao afirmar que:

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos suma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas.

O autor destaca que o território é constituído por formas, ou seja, por um conjunto físico composto por ruas, prédios e infraestruturas. Segundo Milton Santos, o “território usado” corresponde ao território apropriado por pessoas, instituições e empresas, de modo que, ao utilizá-lo, o espaço físico se transforma em um produto de relações de poder. A normatização do território ocorre por meio das ações humanas, expressas em leis, regras e decisões que regulam e controlam seu uso.

Nesse espaço, coexistem a fluidez virtual, produzida pelos objetos técnicos, como a informática, as redes e os sistemas de transporte e a fluidez real, criada pelas ações humanas, as quais são normatizadas por dispositivos legais e institucionais. Nesse contexto, o território configura-se como uma expressão concreta das relações de dominação, apropriação e uso instituídas na sociedade.

Santos (2005, p. 257-258) recorda que a dialética no território é atravessada por contradições produzidas pelas ações humanas, por meio das relações sociais. Destarte, Netto (2011) cita que a dialética é um movimento real e concreto da realidade e produzida por contradições internas da sociedade.

Santos (2005), por sua vez, afirma que, no território, as contradições aparecem e são típicas do capitalismo atual, que é globalizado, destacando como essas contradições se materializam no espaço, como se pode observar no excerto abaixo.

Afirma-se, ainda mais, a dialética no território e, ousaria dizer, a dialética do território já que usado o território é humano, podendo, desse modo, comportar uma dialética. Essa dialética afirma-se mediante um controle “local” da parcela “técnica” da produção e um controle remoto da parcela “técnica” da produção e um controle remoto da parcela política da produção. A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo controle sobre a porção de território que as rodeia. Este comando baseia-se na configuração técnica do território, em sua densidade técnica e, também, de alguma forma na sua densidade funcional a que podemos igualmente chamar densidade informacional. Já o controle distante, localmente realizado sobre a parcela política da produção, é feito por cidades mundiais e o seus “relais” nos territórios diversos. O resultado é a aceleração do processo de alienação dos espaços e dos homens do qual um componente é a enorme mobilidade

atual das pessoas: aquela máxima do direito romano, *ubis pedis ibi patria* (onde estão os pés aí está a pátria), hoje perde ou muda seu significado. Por isso também o direito local e o direito internacional estão se transformando, para reconhecer naqueles que não nasceram num lugar o direito de também intervir na vida política desse lugar (Santos, 2005, p. 257 e 258).

Como observa nas falas do próprio autor, as cidades locais e regionais podem controlar certos aspectos de produção, porque possuem infraestrutura, organização, economia e a capacidade de processar e usar as informações.

A parcela política da produção, mostra que, quem usa o território local, não é quem decide o que acontece nele, pois o controle político está nas cidades mundiais, nas corporações transnacionais, que estão mundializadas na lógica do capital, que pode ser como controle remoto.

Nessa conjuntura, Santos (2005) afirma que ocorre uma aceleração da alienação dos espaços e dos sujeitos, caracterizada pela perda dos vínculos com o lugar, pela perda do controle sobre o espaço em que se vive e pela separação entre aqueles que habitam o território e aqueles que decidem sobre ele.

Nesse processo de alienação, a população local perde o controle sobre o território que utiliza, uma vez que as decisões passam a ser tomadas externamente, subordinadas à lógica do capital global.

O autor recorre ainda à expressão *ubis pedis ibi patria* (“onde estão os pés, aí está a pátria”) para demonstrar a mudança de seu significado na contemporaneidade, visto que os trabalhadores passam a seguir os fluxos econômicos por meio das migrações internas, o que fragiliza identidades e vínculos territoriais, como ocorreu no processo de formação do município de Novo Repartimento, no Pará.

Desse modo, o direito e o território usado tornam-se cada vez mais globalizados, enquanto o controle político é exercido à distância, modificando as formas tradicionais de pertencimento e de exercício de direitos.

Santos ainda afirma que:

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo nacionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los. Daí o interesse de retomar a noção de espaço banal, isto é, o território de todos, frequentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns. Contrapõem-se, assim, o território todo e algumas de suas partes, ou pontos, isto é, as redes. Mas, quem produz, quem comanda, quem disciplina, quem normaliza, quem impõe uma racionalidade às redes é o Mundo. Esse mundo é o do mercado universal e dos governos mundiais. O FMI, o Banco Mundial, o GATT, as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte a pesquisa, fazem parte do governo mundial, que pretendem

implantar, dando fundamento à globalização perversa e aos ataques que hoje se fazem, na prática e na ideologia, ao Estado Territorial. (Santos, 2005, p.259)

Como se observa nos argumentos do autor, o espaço local - território vivido pelos habitantes, é invadido e moldado por normas e interesses globais que não se originam nesse espaço. No chamado espaço banal, onde o território é de todos e onde se concentram o cotidiano, o trabalho e as práticas sociais, estabelece-se uma contraposição às redes, entendidas como pontos seletivos do território criados para atender a interesses específicos do capital global, como lojas, grandes projetos e estradas.

Essas redes são controladas pelo sistema mundial do capital, que impõe normas, regulações e formas de uso do território. As instituições vinculadas a esse capitalismo global enfraquecem o Estado territorial e aceleram o processo de globalização perversa, aprofundando as desigualdades socioespaciais.

É relevante destacar que, no interior desse território, está a escola, a qual pode ser compreendida como um espaço apropriado por diferentes sujeitos e instituições, no qual se manifestam relações de poder, de identidade e de classe.

Em uma sociedade de classes, os processos educativos são atravessados por desigualdades históricas, de modo que a escola se configura, também, como um campo de disputa simbólica: nela se reproduzem valores dominantes, mas também se constroem possibilidades de resistência, ressignificação e emancipação. Conforme assinala Althusser, a escola participa ativamente da reprodução das desigualdades de classe.

Escola (mas também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensinam saberes práticos, mas, em moldes que asseguram a sujeição à ideologia dominante ou o manejo da prática desta. Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, não falando dos profissionais da ideologia (Marx) devem estar de uma maneira ou de outra penetrados desta ideologia, para desempenharem conscienciosamente a sua tarefa - quer de explorados (os proletários), quer de exploradores (os capitalistas), quer de auxiliares da exploração (os quadros), quer de p3Jpasda ideologia dominante (os seus funcionários) (Althusser, 1974, p. 22).

Althusser afirma que as instituições sociais ensinam saberes práticos que contribuem para a internalização da ideologia dominante. Esses aparelhos operam na formação de sujeitos capazes de ocupar posições específicas nas estruturas sociais, sendo importante destacar que a ideologia não atua apenas sobre os explorados, mas também sobre os agentes responsáveis por sua disseminação.

Para o autor, todos precisam estar impregnados pela ideologia dominante para desempenhar adequadamente suas funções dentro do sistema, garantindo sua legitimidade. Nesse sentido, Althusser destaca que não existe apenas um aparelho ideológico de Estado nas

formações capitalistas, mas vários, como o “aparelho escolar, o aparelho religioso, o aparelho familiar, o aparelho político, o aparelho sindical, o aparelho de informação, o aparelho cultural, entre outros” (Althusser, 1974, p. 57).

Assim, cada aparelho exerce uma função específica, evidenciando que a ideologia está presente em diversas dimensões da vida social, produzindo sujeitos ajustados às necessidades do modo de produção capitalista. Por isso que o espaço escolar, enquanto aparelho ideológico do Estado, não apenas transmite conteúdos formais, mas também produz e reproduz as relações sociais e a ideologia da classe dominante.

Essa estrutura de classe reflete-se diretamente na organização e no funcionamento das escolas, especialmente quando se observa a configuração de seus territórios, nos quais se materializam suas formas organizacionais e práticas pedagógicas. Nesse espaço, as relações de poder são legitimadas por meio de mecanismos como a disciplina, a pontualidade e a competitividade.

Diante desse contexto, destaca-se que o município de Novo Repartimento conta com apenas uma escola estadual de ensino médio: a ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PAPA PAULO VI, responsável por atender os jovens que ingressam nessa etapa da educação básica. Atualmente, a escola possui 2.305 alunos matriculados, dos quais 930 estudam no prédio-sede, localizado na Rua Bem-te-vi, s/n, quadra 24, lote A, no bairro Uirapuru, zona urbana do município.

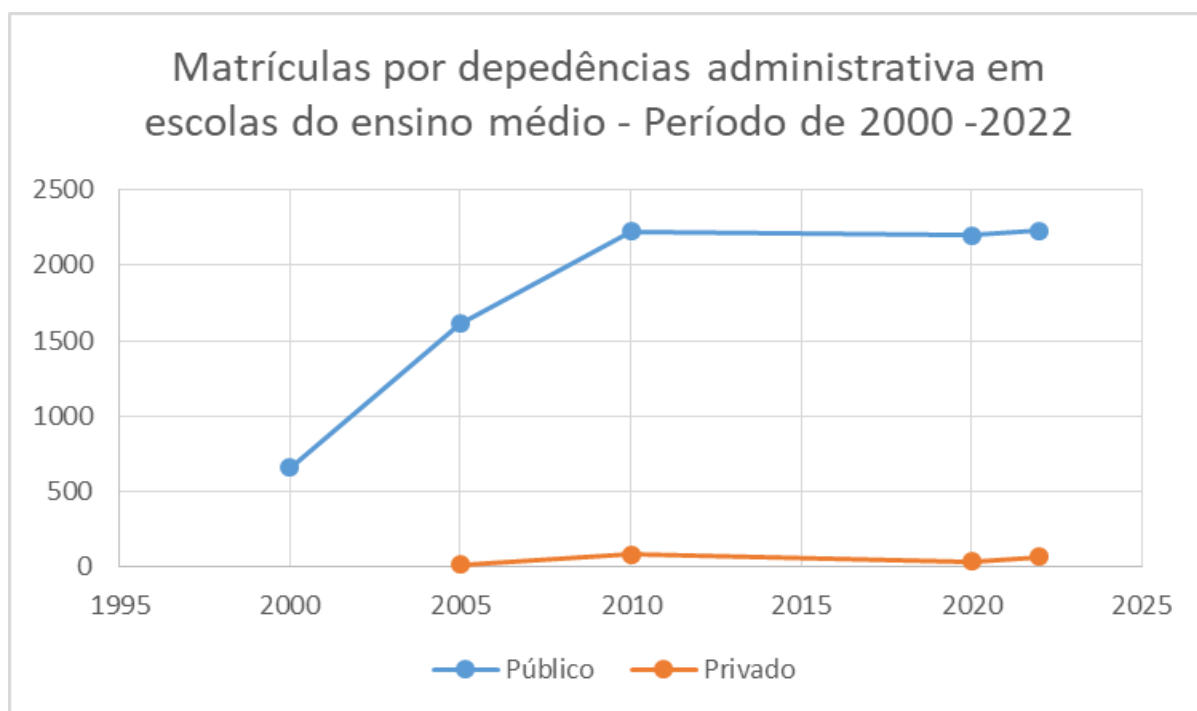
Os demais estudantes estão distribuídos em três anexos. O Anexo I, que atende 171 alunos e está localizado na Rua Palmas, s/n, bairro Vila Tucuruí, também na zona urbana de Novo Repartimento. O Anexo II, que conta com 874 alunos e atende, majoritariamente, jovens do campo, funcionando em diferentes vilas, em prédios municipais. Já o Anexo III possui 330 alunos e está localizado no distrito de Maracajá, a aproximadamente 51 km da sede do município.

Ressalta-se que o Anexo I é o objeto de maior destaque neste estudo, por ter sido o local de aplicação do questionário utilizado na avaliação do produto. Nesse anexo, funcionam quatro turmas: uma de 1ª etapa da Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma de 2ª etapa da EJA, uma turma de 2º ano e uma de 3º ano do ensino médio regular. Na sede da escola, as atividades ocorrem apenas nos turnos matutino e vespertino.

A Escola Estadual Papa Paulo VI é resultado de processos históricos, econômicos e sociais, sendo responsável por atender jovens que habitam tanto a zona urbana quanto rural do município. Embora tenha sido oficialmente construída em 2004, o ensino médio já existia

anteriormente na localidade, estando vinculado a escolas estaduais dos municípios de Tucuruí ou de Belém.

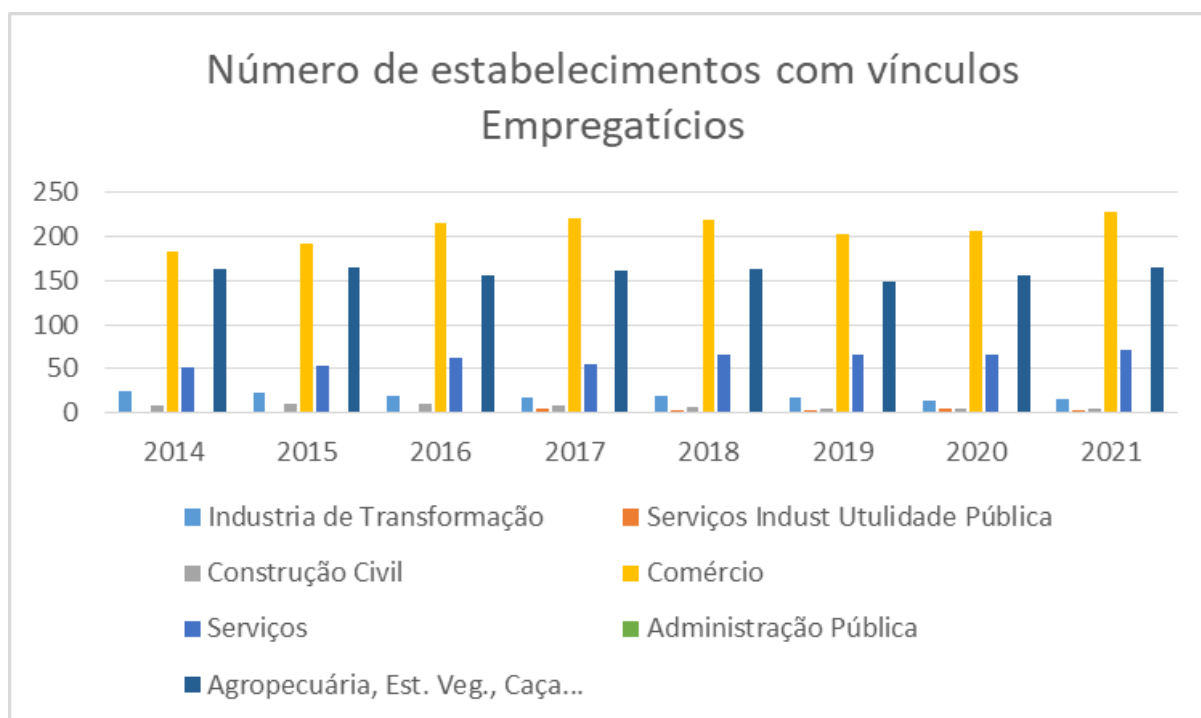
Gráfico 2 - Matrículas por dependências administrativas em escolas do ensino médio – Período de 2000-2022



Fonte: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA.

O Gráfico 2 evidencia que a maioria dos estudantes está matriculada na rede pública de ensino, o que corresponde, em grande medida, à classe trabalhadora, ao proletariado e a seus dependentes, que não dispõem de condições econômicas para custear a educação privada. Esse dado revela que se trata majoritariamente de uma população de baixa renda, que depende do Estado para ter acesso à escolarização e à formação necessária para a inserção no mercado de trabalho.

O reduzido número de matrículas na rede privada indica que esse segmento educacional permanece como um espaço seletivo, acessível principalmente às camadas mais abastadas da sociedade. Nesse sentido, observa-se que o ensino público expressa uma necessidade estrutural do capital de formar amplos contingentes de força de trabalho, enquanto a existência do ensino privado contribui para a reprodução das divisões de classe e para a manutenção dos privilégios da elite.

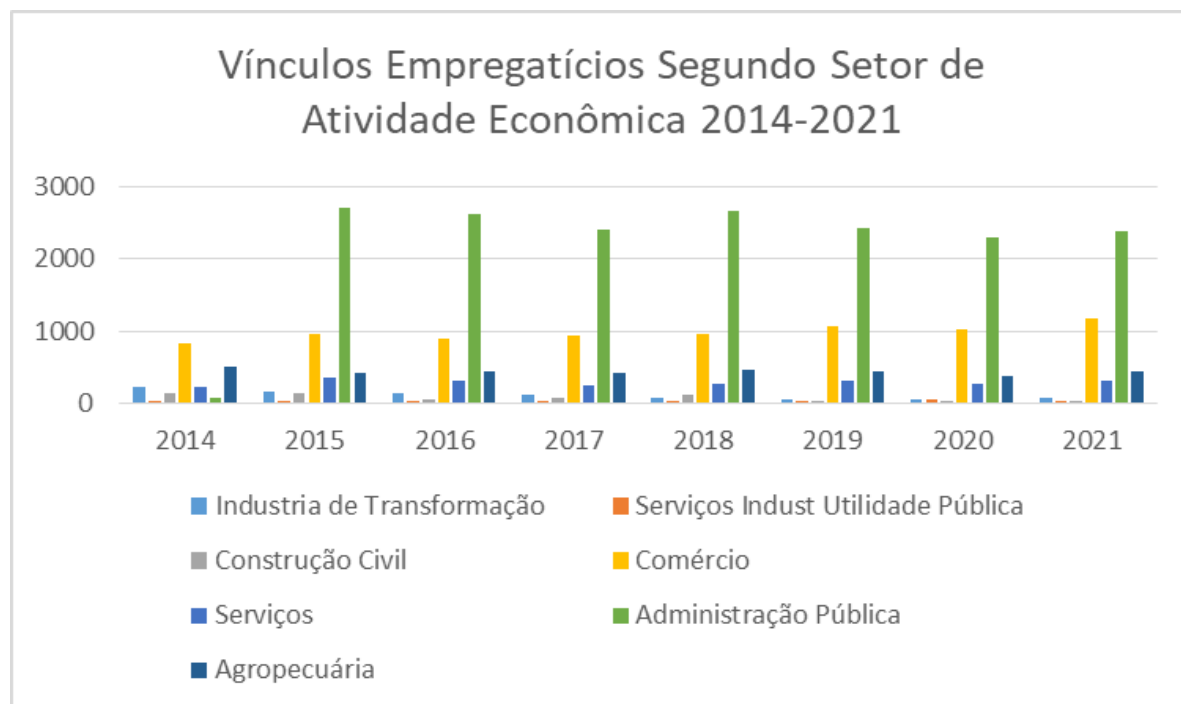
Gráfico 3 - Número de estabelecimentos com vínculos empregatícios

Fonte: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA.

O Gráfico 3 evidencia a quantidade de estabelecimentos com vínculos empregatícios em diferentes setores econômicos no município de Novo Repartimento, no período de 2014 a 2021. Nesse sentido, destaca-se que a organização econômica é determinante para a estrutura social de uma sociedade.

Observa-se que os setores de comércio, agropecuária e serviços concentram o maior número de estabelecimentos com vínculos empregatícios, seguidos pela agropecuária e extração vegetal e pela indústria de transformação. Esses dados indicam que a economia municipal está fortemente vinculada ao setor terciário, ao mesmo tempo em que evidencia o papel significativo da agropecuária, atividade associada à expansão do capitalismo na região e aos grandes projetos implantados na Amazônia.

Tal configuração revela características de um capitalismo periférico, marcado pela dependência do comércio e dos serviços, pela baixa industrialização e por relações de trabalho frequentemente atravessadas pela informalidade e pela precarização, resultando na reprodução da força de trabalho sob condições de exploração. De acordo com dados do Censo, o município apresenta 5.197 pessoas ocupadas, sendo que o salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2022, corresponde a 2,2 salários mínimos.

Gráfico 4 - Vínculos empregatícios segundo setor de atividade econômica 2014-2021

Fonte: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA.

Ao analisar o Gráfico 4, observa-se que a Administração Pública concentra o maior número de vínculos empregatícios, evidenciando que o Estado é o principal responsável pela manutenção dos empregos formais no município. Em seguida, destacam-se os setores de comércio e serviços, enquanto a agropecuária também aparece com participação relevante. Em contrapartida, nota-se a baixa expressividade do setor industrial, o que reforça a limitada industrialização da economia local.

4 METODOLOGIA

4.1 Como tratar o dicionário de Marx para os jovens do ensino médio

Este capítulo descreve a metodologia desenvolvida na realização desse trabalho, que consiste na construção de um dicionário didático-pedagógico dos principais conceitos de Karl Marx, destinado aos jovens alunos do ensino médio. Desse modo, o termo “tratar”, significa contextualizar e traduzir os conceitos de forma clara e objetiva e que possa ser compreendido e discutido com estes sujeitos, contribuindo para a formação da consciência crítica, permitindo que esses conceitos sejam assimilados de maneira significativa, relacionando-os à realidade concreta em que vivem.

O capítulo também descreve os fundamentos bibliográficos e as etapas do processo de elaboração e aplicação pedagógica do dicionário, adotando uma abordagem dialética materialista e emancipatória. Nessa perspectiva, a dialética é “o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visando alcançar a essência do objeto” (Netto, 2011, p. 22). Esse processo metodológico parte de uma concepção ontológica da realidade social, onde o papel do sujeito pesquisador é tratar o real como ele é, analisando o concreto sobre o concreto, desnaturalizando os problemas existentes na sociedade, ao mesmo tempo, dialogando com os princípios da pedagogia libertadora de Paulo Freire, que compreende o ato de ensinar como processo de mediação, no qual o educando é sujeito de apropriação e transformação do saber.

A observação também foi necessária para a obtenção de um resultado mais satisfatório e preciso, pois, segundo Gil, 2008, p. 100:

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. É, todavia, na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente. A observação é sempre utilizada nessa etapa, conjugada a outras técnicas ou utilizada de forma exclusiva. Por ser utilizada, exclusivamente, para a obtenção de dados em muitas pesquisas, e por estar presente também em outros momentos da pesquisa, a observação chega mesmo a ser considerada como método de investigação. A observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano.

Como enfatiza o autor, a observação é relevante para a pesquisa, pois contribui para uma análise crítica da realidade social e das práticas educativas, buscando compreender como os conceitos do pensamento marxista se manifestam na vida cotidiana dos sujeitos participantes da pesquisa, principalmente, no contexto da prática pedagógica da escola, onde estão inseridos. Portanto, a observação da realidade escolar possibilita uma análise concreta dos elementos

centrais do pensamento de Marx, tais como as relações sociais, a alienação, a ideologia e as contradições presentes no espaço educativo, contribuindo para uma leitura crítica da realidade vivenciada pelos estudantes.

Além do método dialético e a observação, foi utilizado a pesquisa bibliográfica, buscando arcabouços teóricos nas principais obras de Karl Marx, Friedrich Engels, Paulo José Netto, Marcelo Braz, Coletti e Paulo Freire, dentre outros autores. A pesquisa bibliográfica é definida por Souza et al. (2013, p. 16) como “uma busca sistemática de conhecimento sobre o assunto, abordando o que já foi produzido, planejado ou proposto por diferentes autores”. Dessa forma, a pesquisa realiza um confronto entre as perspectivas de diversos autores sobre o tema em análise. Ainda segundo Souza et al. (2013, p. 16), a pesquisa bibliográfica é “desenvolvida a partir de materiais já publicados, principalmente livros, artigos de periódicos e, atualmente, conteúdos disponíveis na Internet”. Isso é amplamente significativo nas opções de fontes informativas relacionadas ao tema.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (Gil, 2002, p. 45). Contudo, a pesquisa bibliográfica não apresenta apenas benefícios, como destaca Gil (2002, p. 45), ao afirmar que “frequentemente, as fontes secundárias fornecem dados ou coleções coletadas de maneira econômica. Dessa forma, um estudo baseado nessas fontes tende a replicar ou até mesmo ampliar esses equívocos”. Para evitar problemas desse tipo, Gil (2002, p. 45) enfatiza que os pesquisadores devem “certificar-se das condições em que os dados foram obtidos, examinar detalhadamente cada informação para identificar possíveis inconsistências ou contradições e recorrer a diferentes fontes, comparando- tão cuidadosamente”.

Sendo assim, percebe-se a importância da pesquisa bibliográfica para a construção do trabalho proposto. Após o levantamento bibliográfico, foram selecionados os conceitos que apresentam maior relevância pedagógica para o ensino médio. Cada conceito foi construído e analisado em sua gênese, sendo desenvolvido a partir dos estudos das obras de Marx e Engels, bem como das contribuições dos autores marxistas Netto e Braz (2008) e Netto (2011). Dessa forma, buscou-se garantir originalidade aos conceitos apresentados, uma vez que foram elaborados por meio de uma linguagem acessível aos jovens, sem perder o sentido crítico, relacionando-os a temas contemporâneos.

A escolha dos conceitos deu-se em razão da frequência com que esses termos aparecem nos livros didáticos da disciplina de Sociologia no ensino médio, em diferentes capítulos, com

ênfase naqueles destinados ao mundo do trabalho, ao trabalho e à sociedade, nos quais são abordados conceitos como classes sociais, modos de produção, trabalho, mais-valia, entre outros. Além disso, o estudo fundamenta-se no arcabouço teórico da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que orienta a organização e a regulamentação do sistema educacional brasileiro, que nos artigos 1º e 35º afirma que:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 35. III o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Observa-se, que os artigos citados reconhecem que a educação não é restrita somente para a sala de aula, mas abrange a vida social, cultural, no trabalho, nos movimentos sociais e na convivência humana. Sendo assim, um dicionário, que apresenta os conceitos de Marx, tem um papel importante na formação unilateral do indivíduo, por passar a compreender as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais na sociedade em que estão inseridos. Ao se depararem com conceitos, como trabalho alienado, ideologia, alienação, classes sociais, lutas de classes e consciência de classes, os indivíduos tornar-se-ão conscientes e serão capazes de se posicionar diante dos acontecimentos existentes na sociedade, de modo a colocar em prática as seguintes Competências Gerais Mobilizadas da BNCC:

(CG 5) Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

(CG 6) Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

(CG 7) Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

O dicionário também atende as competências específicas das áreas de Ciências Humanas e Sociais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Por meio da competência 3, por exemplo, o sujeito pode:

Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

Percebe-se a necessidade de levar o aluno a entender que, por meio do trabalho, o ser humano transforma a natureza e a si mesmo. Dessa forma, é necessário que entenda que o modo de produção capitalista intensifica a exploração dos recursos naturais, levando a degradação ambiental e a desigualdade social. Por isso a necessidade de fazer com o alunado reflita sobre o caráter histórico e social das relações com a natureza, estimulando-o a ter uma visão crítica e ética sobre o consumo, o desperdício e as formas de apropriação dos bens naturais.

A competência 4, por sua vez, permite ao aluno “analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades”. Os conceitos como modo de produção, trabalho, mais-valia, capital e alienação serão essenciais para levá-los a compreender a estrutura e o funcionamento das sociedades, de modo a analisar e comparar os modos de produção em diferentes sociedades e suas implicações nas relações humanas e sociais, entendendo que as relações de produção variam conforme o tempo histórico e influenciam diretamente na organização das sociedades e nas condições de vida.

O dicionário também está de acordo com o que se espera dos alunos amazônicos, descrito no Documento Curricular do Estado do Pará (DCE/PA), ao estabelecer que:

É possível contribuir para uma leitura crítica do contexto amazônico, bem como incorporar novos significados e sentidos aos projetos de vida dos estudantes, por meio da preparação, para o exercício da cidadania plena, do desenvolvimento do protagonismo juvenil, e consequentemente no (re)conhecimento dos jovens do Ensino Médio de sua condição de sujeitos éticos, políticos e que estão vinculados ontologicamente com o trabalho. Por isso, pode-se afirmar que são atores fundamentais na transformação social e histórica da Amazônia paraense.

Incentivar os aprendizes a pensar criticamente e criativamente, a partir de sua unilateralidade, a totalidade global e os lugares amazônicos a ponto de os mesmos refletirem e agirem sobre uma determinada realidade política, social, econômica, cultural, ambiental como sujeitos históricos e autônomos, é imprescindível na construção de um mundo melhor e com sentido no vivido e na vida destes jovens do ensino médio do Pará (p. 457).

Nota-se que o dicionário dialoga com as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio do Estado do Pará (DCE/PA), possibilitando aos jovens amazônicos uma leitura crítica da realidade social, econômica e ambiental dessa região, ao proporcionar ferramentas conceituais para a compreensão crítica das relações entre trabalho, natureza e capital na Amazônia. Nesse sentido, promove-se uma visão totalizante da realidade, permitindo que o estudante compreenda

que os territórios amazônicos são historicamente marcados pela exploração dos recursos naturais e do trabalho humano. A partir do momento em que os alunos se reconhecem como sujeitos históricos, tornam-se capazes de compreender e transformar suas realidades sociais e regionais, de maneira a atender as seguintes competências:

Competência 3 - Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

Competência 4 - Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades (DCE/ PA, 2024, 349-350).

Percebe-se que a competência 3 leva o aluno a compreender como os diferentes grupos humanos utilizam, transformam e impactam o meio ambiente por meio da produção, distribuição e consumo. Já a competência 4, leva-o a refletir como são as relações de produção, capital e trabalho e como constroem as relações sociais, materializam e transformam a sociedade. Portanto, entender os conceitos de Marx, que retratam a historicidade a partir das bases econômicas, atende não somente competências da BNCC, mas competências específicas do Documento Curricular do Estado.

4.2 Dicionário básico marxista para o ensino de sociologia no ensino médio

A partir do século XVIII, ocorreram grandes transformações sociais, econômicas e políticas decorrentes da Revolução Industrial e das revoluções burguesas, que marcaram profundas mudanças estruturais na sociedade, como a consolidação do capitalismo, a urbanização acelerada e a crescente divisão do trabalho, gerando diversos problemas sociais. Essas transformações criaram as condições para o desenvolvimento das Ciências Sociais, que passaram a buscar a explicação da nova sociedade emergente por meio de uma análise científica.

Nessa conjuntura, a nova ciência buscou compreender as formas de organização social e os conflitos que estavam emergindo. Para Netto (2011), a construção da teoria social de Marx contribuiu para o desenvolvimento da Sociologia como ciência, ao realizar uma análise materialista da história, segundo a qual as condições econômicas são determinantes para a estruturação da sociedade. Marx, juntamente com Friedrich Engels, explicou o funcionamento do capitalismo, apontando suas contradições internas, como a exploração da força de trabalho, as lutas de classes e a alienação do trabalhador, consolidando

a Sociologia enquanto ciência crítica e fornecendo instrumentos teóricos fundamentais para a compreensão da sociedade contemporânea.

Neste dicionário, são apresentados conceitos do pensamento marxista que buscam despertar, nos estudantes do ensino médio, a consciência acerca das contradições existentes nas relações sociais de produção, contribuindo para o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda das condições materiais e das estruturas de poder que sustentam as desigualdades sociais, bem como para a elaboração de possíveis ações voltadas à sua transformação. Desse modo, a proposta do dicionário é fornecer subsídios didáticos extras que estimulem os jovens estudantes à realização de debates, diálogos, reflexões e à produção de conhecimentos acerca dos verbetes apresentados, levando-os a explorar diferentes conteúdos da Sociologia e tornando-os capazes de desenvolver autonomia intelectual e protagonismo juvenil nas diversas situações da vida social.

A ideia de produzir um dicionário didático surgiu como uma das exigências do Mestrado Profissional em Ensino de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO, ofertado pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e pela instituição associada Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

No dicionário, os leitores encontrarão uma breve apresentação da trajetória de Karl Marx, destacando os principais momentos de sua vida, suas obras mais influentes e o impacto de suas ideias na filosofia, na economia, na política moderna e na compreensão da sociedade capitalista.

Karl Heinrich Marx nasceu em 5 de maio de 1818, em Tréveris, uma pequena cidade da Renânia que, à época, vivia sob o domínio do Reino da Prússia. Marx nasceu em uma família de origem judaica, pertencente à classe média, sendo o terceiro de nove filhos. Recebeu forte influência de seu pai, por quem nutria grande admiração, mantendo com ele frequentes diálogos de natureza filosófica.

Marx trabalhou como jornalista, atuando, entre outros periódicos, na *Gazeta Renana*, jornal que defendia ideias liberais, o que levou à sua censura e posterior fechamento. Durante sua atuação jornalística, Marx conheceu Friedrich Engels, com quem publicou a obra *Manifesto do Partido Comunista*, em 1848, às vésperas das revoluções europeias daquele ano, conhecidas como Primavera dos Povos. Na obra, Marx e Engels realizaram críticas ao capitalismo, analisando a história do movimento operário e enfatizando a necessidade de união da classe trabalhadora. Marx casou-se com Jenny von Westphalen, filha de um barão, com quem teve sete filhos, dos quais apenas três sobreviveram. Teve ainda um filho com Helena Demuth, militante socialista e empregada doméstica da família.

Em 1846, Marx e Engels publicaram a obra *A Ideologia Alemã*, na qual desenvolveram os fundamentos do materialismo histórico-dialético. Nessa obra, os autores realizaram uma crítica contundente ao pensamento de Hegel e aos idealistas alemães. Após o fechamento do jornal em que trabalhava, Marx mudou-se para Paris, onde passou a escrever diversos artigos para os *Anais Franco-Alemães*, publicados por seu amigo Arnold Ruge, defendendo pautas como a democracia e a emancipação política. Juntamente com Ruge, Marx fundou o *Anuário Franco-Alemão*, que logo foi censurado e fechado. Posteriormente, a pedido do governo prussiano, foi expulso da França e também da Bélgica. Mais tarde, estabeleceu-se em Londres, na Inglaterra, onde desenvolveu uma análise crítica da sociedade industrial, aproximando-se de organizações operárias e de sociedades comunistas.

Em 1867, Marx publicou o primeiro volume da obra *O Capital*, considerada sua principal obra, posteriormente organizada em três volumes. Nela, o autor realiza uma crítica ao capitalismo, analisando suas contradições e promovendo uma profunda transformação na maneira de compreender a história e diferentes áreas do conhecimento, especialmente a economia. Ao longo de suas obras, Marx desenvolveu conceitos filosóficos, econômicos e históricos fundamentais, que o tornaram uma referência até os dias atuais, contribuindo para uma análise crítica da sociedade contemporânea. Sua produção teórica enfatiza a divisão em classes sociais, a exploração da classe trabalhadora pela classe detentora dos meios de produção, bem como a crítica à ideologia e ao processo de alienação.

Após a breve apresentação da trajetória de Karl Marx, os verbetes são apresentados em ordem alfabética, conforme exposto a seguir.

❖ **Acumulação capitalista:** corresponde à reprodução ampliada do capital. No pensamento marxista, a acumulação não se refere apenas ao acúmulo de riqueza, mas ao processo próprio do modo de produção capitalista em que o capital se expande continuamente. Em sua essência, a acumulação ocorre por meio da reinversão da mais-valia (ou mais-valor), isto é, quando parte do valor produzido pelos trabalhadores e apropriado pelo capitalista não é totalmente consumida, sendo utilizada para adquirir novos meios de produção (máquinas e matérias-primas) e contratar mais força de trabalho.

Esse processo gera nova produção de mais-valia e sustenta a exploração do trabalho, constituindo um dos motores fundamentais do capitalismo. A busca permanente pela ampliação da mais-valia impulsiona a expansão da produção, intensifica a concorrência entre os capitalistas e contribui para o aumento das desigualdades sociais, com a crescente concentração da riqueza nas mãos de poucos.

❖ **Acumulação primitiva:** refere-se ao processo histórico que antecede o desenvolvimento do capitalismo. Trata-se de um conceito elaborado por Karl Marx para explicar a origem desse modo de produção, marcado pela separação do trabalhador dos meios de produção. Na sociedade mercantil simples, a produção estava organizada segundo a fórmula $M - D - M$ (mercadoria–dinheiro–mercadoria), em que a troca visava à satisfação de necessidades por meio do valor de uso e do valor de troca. Com o desenvolvimento do capitalismo, essa lógica transforma-se em $D - M - D'$ (dinheiro – mercadoria – dinheiro com mais dinheiro), quando a produção passa a ter como objetivo a valorização do capital.

Nesse processo, o capitalista compra mercadorias e força de trabalho para produzir mais valor, extraindo a mais-valia no processo produtivo. Marx apresenta como exemplo histórico o caso da Inglaterra, onde a acumulação primitiva envolveu: (1) a expulsão e perseguição de camponeses de suas terras; (2) a apropriação de bens da Igreja, contribuindo para a formação de grandes propriedades privadas; e (3) o uso da dívida pública e de bens estatais em benefício privado.

❖ **Alienação:** significa tornar algo alheio a alguém ou o ato de transferir o domínio de algo para outra pessoa. No pensamento marxista, alienação refere-se ao processo pelo qual o trabalhador se torna desconectado do produto de seu trabalho, de sua própria atividade produtiva, dos outros trabalhadores e de sua própria essência humana, tendo como consequência direta a desapropriação (alienação) do resultado do próprio trabalho por uma classe dominante.

Karl Marx analisou esse fenômeno ao explicar a separação do trabalhador em relação aos bens que produz, de modo que ele não se reconhece no produto criado, tornando-se estranho a si mesmo, aos outros e ao meio social. Nesse sentido, podem-se destacar três aspectos fundamentais da alienação: (1) em relação ao produto do trabalho, que aparece como algo alheio ao trabalhador; (2) no processo de produção, quando o trabalhador se torna estranho à própria atividade que realiza; e (3) na existência humana, quando o indivíduo deixa de se realizar plenamente como ser humano, passando a trabalhar apenas para garantir sua sobrevivência.

❖ **Burguesia:** é a classe social que reúne os indivíduos que detêm os meios de produção e o capital, como dinheiro, grandes propriedades de terra, máquinas e os meios necessários à produção de mercadorias, característica central da sociedade capitalista. Historicamente, a burguesia surge na Europa Ocidental, a partir do século XI, durante o processo de transição da Idade Média para a Idade Moderna, em meio à crise do feudalismo. Nesse período, desenvolveram-se pequenas cidades ao redor dos feudos, chamadas de burgos, onde viviam comerciantes e artesãos, posteriormente denominados burgueses.

Com a expansão das trocas comerciais e o fortalecimento das atividades mercantis, esse grupo acumulou riqueza e poder econômico, contribuindo para o enfraquecimento da ordem feudal e para o surgimento de uma nova classe dominante, que, associada ao Estado moderno, passou a defender interesses ligados à consolidação do capitalismo.

❖ **Capital financeiro:** refere-se aos recursos monetários disponíveis para investimentos, empréstimos e operações financeiras. No capitalismo, o movimento geral do capital pode ser representado pela fórmula $D - M$ (meios de produção + força de trabalho) – D' , na qual uma determinada quantidade de dinheiro é investida na compra de mercadorias e retorna ao seu proprietário acrescida de um valor maior.

Esse acréscimo resulta do processo produtivo, no qual os meios de produção somente se tornam efetivos por meio da ação da força de trabalho. No capital financeiro, os proprietários do dinheiro emprestam recursos aos capitalistas industriais ou produtivos, que organizam a produção e estabelecem a relação de trabalho com os trabalhadores.

Os financiadores, por sua vez, recebem juros ou rendimentos decorrentes desse processo, garantidos por contratos financeiros. Em determinadas situações, esses títulos financeiros passam a ser comprados e vendidos nos mercados financeiros, representando expectativas de ganhos futuros relacionados a mercadorias que ainda não foram produzidas. Por essa razão, parte do capital assume a forma de capital fictício, isto é, valores que existem como expectativa de valorização futura e não como riqueza já produzida.

❖ **Capitalismo:** é um sistema econômico e social, também denominado modo de produção capitalista, baseado na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado. Nesse sistema, os trabalhadores, proprietários apenas de sua força de trabalho, vendem-na em troca de salário, enquanto a produção está orientada pela busca do lucro e pela acumulação de capital.

O capitalismo surgiu na Europa Ocidental durante a transição da Idade Média para a Idade Moderna, em meio às transformações econômicas, sociais e políticas que marcaram esse período histórico. Para Karl Marx, o capitalismo vai além de um sistema econômico, constituindo-se como um modo de produção marcado por relações sociais de dominação e exploração. Nesse contexto, a sociedade encontra-se dividida em classes sociais antagônicas, principalmente a burguesia, detentora dos meios de produção, e o proletariado, que vende sua força de trabalho.

A produção da mais-valia, resultante da exploração do trabalho, possibilita a acumulação de riqueza, ao mesmo tempo em que contribui para a ampliação das desigualdades sociais. Assim, a concentração dos meios de produção em poucas mãos, associada ao constante

desenvolvimento técnico, tende a produzir crises econômicas e sociais recorrentes, como o desemprego, a precarização do trabalho e a pobreza em amplos setores da sociedade.

❖ **Classes sociais:** são agrupamentos de indivíduos que compartilham condições semelhantes de vida, trabalho e interesses sociais. No pensamento marxista, a sociedade capitalista é marcada pela existência de duas classes sociais fundamentais e antagônicas: a burguesia, proprietária dos meios de produção, e o proletariado, composto pelos trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salário, e outras classes.

Essas classes mantêm uma relação conflituosa, pois possuem interesses antagônicos e ocupam posições opostas no processo de produção. Nesse contexto, a burguesia busca criar e manter mecanismos econômicos, políticos e ideológicos que contribuam para a preservação de sua posição dominante na sociedade.

❖ **Comunismo:** deriva do latim *communis*, que significa aquilo que pertence a todos. Trata-se de uma corrente política e social revolucionária que ganhou força no século XIX, na Europa, defendendo a construção de uma sociedade igualitária, sem classes sociais e sem Estado, na qual a propriedade privada dos meios de produção é superada pela propriedade comum.

Karl Marx e Friedrich Engels não inventaram o comunismo, mas se identificaram com essa tradição de pensamento e a reformularam a partir de uma análise crítica da sociedade capitalista. Para eles, o comunismo representa um projeto histórico de superação da exploração e da dominação social, no qual os trabalhadores participam coletivamente das decisões sobre a produção e a distribuição da riqueza social. Nessa perspectiva, cada indivíduo contribui com suas capacidades e habilidades e recebe da coletividade aquilo que necessita para viver, em uma sociedade orientada pela cooperação e associação social.

❖ **Consciência de classe:** refere-se ao processo pelo qual os indivíduos reconhecem sua posição social, seus interesses comuns e passam a se organizar coletivamente para a defesa de seus direitos, por meio de associações políticas, como sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais.

Para Marx, a consciência de classe desenvolve-se quando os indivíduos compreendem as diferenças de interesses existentes entre as classes sociais e passam a agir politicamente em defesa de seus interesses coletivos. Nesse processo, constrói-se uma identidade social comum, na qual os indivíduos se reconhecem como pertencentes à classe em que estão inseridos na sociedade, buscando a união e a transformação das relações sociais marcadas pela exploração e pela dominação.

❖ **Contradição** - refere-se às relações de oposição existentes entre grupos ou frações sociais com interesses distintos. Essa situação gera tensões internas, nas quais elementos opostos coexistem dentro de um mesmo sistema e, ao entrarem em conflito, produzem transformações sociais. A contradição constitui uma categoria central da lógica dialética.

Na teoria marxista, o desenvolvimento do capitalismo é marcado pela presença de múltiplas contradições, que podem assumir caráter antagônico, especialmente entre as classes fundamentais do modo de produção. As mudanças sociais e o movimento da história são compreendidos como resultados dessas contradições. Para Marx, a principal contradição da sociedade capitalista ocorre entre o capital, representado pelos proprietários dos meios de produção, e o trabalho, representado pelo proletariado, que vende sua força de trabalho em troca de salário.

❖ **Dialética:** trata-se de um conceito filosófico que se refere a uma técnica de argumentação e raciocínio que busca a verdade por meio da troca de ideias e da resolução de contradições e antagonismos. Marx distinguiu-se de Hegel ao formular a dialética materialista. Hegel era idealista, isto é, procurava explicar a realidade a partir das ideias, concebendo o movimento da ideia como responsável pelo movimento da realidade.

Ao contrário, Marx concebe o movimento da realidade material como ponto privilegiado de partida e como elemento provocador das mudanças tanto na própria realidade quanto nas ideias (filosofia, ciência, literatura, artes e ideologias). No campo marxista, a dialética constitui um método de pesquisa que conduz o indivíduo ao conhecimento teórico por meio da análise do concreto em sua realidade concreta, de forma lógica e crítica, demonstrando o caráter científico da investigação.

O sujeito parte daquilo que é imediatamente perceptível e busca alcançar a essência dos fenômenos, desnaturalizando os problemas existentes na sociedade. Assim, a dialética ultrapassa o plano do que é visível, relacionando aparência e essência. Pode-se citar, como exemplo, a dialética da natureza, constantemente modificada pelas ações humanas, mas que, ao mesmo tempo, impõe limites e condições a essas transformações, gerando contradições. De um lado, o capitalista busca incessantemente expandir seus lucros por meio da exploração dos recursos naturais; de outro, a sobre-exploração desses recursos pode levar à destruição ambiental, afetando a própria continuidade do sistema capitalista.

❖ **Dinheiro:** é uma mercadoria que facilita a realização das relações de troca entre as demais mercadorias. Na sociedade capitalista, o dinheiro exerce três funções fundamentais: (1) unidade de medida do valor das mercadorias, expressa na relação entre valor e preço; (2) meio

de troca, atuando como equivalente geral; e (3) reserva de valor, possibilitando o entesouramento.

O dinheiro, enquanto equivalente geral, representa uma determinada quantidade de valor socialmente produzido e, no capitalismo, adquire relativa autonomia, aparentando possuir vida própria. Nesse processo, torna-se a forma mais fetichizada da mercadoria, pois as relações sociais entre as pessoas passam a se apresentar como relações entre coisas mediadas pelo dinheiro.

A distinção entre mercadoria e dinheiro na sociedade capitalista possibilita a continuidade da acumulação originária e favorece a concentração de riqueza nas mãos dos detentores do capital. O juro, por sua vez, constitui o preço pago pelo uso do dinheiro, sendo o mecanismo por meio do qual banqueiros e financistas cedem recursos financeiros ao Estado e a outros capitalistas.

❖ **Exército de reserva de trabalhadores ou exército industrial de reserva** – refere-se ao conjunto de trabalhadores desempregados ou subempregados em decorrência da dinâmica técnica, acumuladora e concentradora do capital. Essa população trabalhadora permanece disponível para ser incorporada ao processo produtivo conforme as necessidades do capital, ao mesmo tempo em que exerce pressão sobre os trabalhadores empregados, intensificando a concorrência entre eles. Dessa forma, o exército industrial de reserva contribui para conter reivindicações por aumento salarial e por melhores condições de trabalho e de vida.

❖ **Falsa consciência** - refere-se à ideia de que os indivíduos não percebem plenamente as reais condições de vida e os mecanismos de exploração e dominação que os afetam. Na falsa consciência, os membros da classe trabalhadora constroem representações mentais das relações sociais que ocultam ou obscurecem aspectos como subordinação, exploração e dominação presentes nessas relações. Esse conceito está diretamente relacionado às noções de ideologia e fetichismo, uma vez que contribui para a naturalização das desigualdades sociais.

❖ **Fetichismo da mercadoria** – ocorre quando as mercadorias passam a ser percebidas como possuidoras de valor e poder próprios, ocultando as relações sociais de trabalho e produção que as originaram. Na obra *O Capital*, Karl Marx desenvolve esse conceito como crítica ao modo de produção capitalista, no qual tudo tende a se transformar em mercadoria e as relações humanas passam a ser mediadas por coisas.

Nesse processo, ocorre uma separação entre o trabalhador e os meios de produção, e o valor das pessoas passa a ser associado ao possuir em detrimento do ser. Ao tratar do fetichismo, Marx aponta que esse fenômeno aliena o sujeito e coisifica as relações sociais, reduzindo o ser

humano à condição de mercadoria e fazendo com que os produtos do trabalho aparentem dominar seus próprios criadores.

Na sociedade capitalista, o fetichismo influencia a percepção de mundo, as relações sociais e o valor atribuído às coisas. O dinheiro aparece como a forma mais fetichizada da mercadoria, pois mascara as relações sociais de produção e parece possuir valor em si mesmo, quando, na realidade, representa trabalho social acumulado.

❖ **Formação econômica e social** – o conceito de formação econômica e social permite compreender tanto o que há de específico em cada sociedade quanto os elementos gerais que elas compartilham, articulando o particular e o universal do capitalismo, bem como a relação entre lógica e história. Marx concebe a sociedade como constituída por uma formação econômica e social composta pela coexistência de diferentes modos de produção, sendo que um deles se torna dominante e passa a caracterizar determinada formação social histórica.

Todo modo de produção estrutura-se a partir de duas classes sociais fundamentais: de um lado, a classe que detém os meios de produção (grandes propriedades de terra, máquinas, equipamentos, instalações e dinheiro); de outro, a classe que possui apenas sua força de trabalho. Nesse processo, a classe dominante apropria-se do trabalho excedente produzido pelos trabalhadores.

Em sociedades subordinadas ao modo de produção capitalista (MPC), podem coexistir modos de produção já superados historicamente pela revolução burguesa, bem como formas produtivas que se apresentam como alternativas e que tendem a superar o próprio capitalismo. Entre os modos de produção historicamente superados pelo MPC destacam-se o modo de produção escravista (MPE) e o modo de produção servil ou feudal (MPF). No MPE, as classes fundamentais são os senhores escravistas, grandes proprietários de terra, e os trabalhadores submetidos ao trabalho escravo.

No MPF, as classes fundamentais são os proprietários ou posseiros de terra, vinculados à aristocracia feudal, e os trabalhadores submetidos ao trabalho servil. Por outro lado, existem formas produtivas que podem constituir alternativas ao MPC, como o modo de produção camponês (MPCa) e o modo de produção cooperativista (MPCo).

No modo de produção camponês (Marx, 2013, p. 964), os produtores são, simultaneamente, proprietários dos meios de produção e trabalhadores, organizados, em geral, em unidades familiares, nas quais o trabalho e a apropriação dos produtos tendem a assumir caráter coletivo. Já no modo de produção cooperativista (Marx, 2013, p. 493–495), os trabalhadores associam-se e tornam-se também proprietários dos meios de produção, organizando a produção de forma coletiva.

❖ **Força de trabalho** – refere-se ao conjunto de aptidões, habilidades e capacidades físicas e mentais que um indivíduo possui para realizar determinada atividade produtiva. Em qualquer sociedade, os indivíduos desenvolvem capacidades de trabalho por meio das quais garantem sua sobrevivência.

A aplicação da força de trabalho corresponde à colocação dessas capacidades em ação no processo produtivo, o que implica dispêndio de energia física e mental por parte do trabalhador. Para Marx, o trabalho em atividade envolve o uso do corpo humano — cérebro, nervos e músculos —, cuja ação movimenta os meios de produção e resulta na produção de mercadorias.

❖ **Forças produtivas** – correspondem à articulação entre o trabalho humano e os meios e instrumentos utilizados na produção de riquezas. Para Marx, as forças produtivas são fundamentais para a compreensão da dinâmica histórica e do funcionamento dos diferentes modos de produção, incluindo o capitalismo. O desenvolvimento das forças produtivas impulsiona transformações sociais e cria condições para a superação de modos de produção baseados na exploração de classe.

❖ **Governo do proletariado** – refere-se ao período de transição entre o capitalismo e o comunismo, no qual o poder político é exercido pela classe trabalhadora. Nesse processo, o proletariado conquista o poder estatal e o utiliza em função dos interesses da classe trabalhadora e da transformação das relações sociais existentes.

Não se trata apenas da presença de trabalhadores em cargos de governo, mas da existência de condições materiais e políticas que permitam a organização do poder conforme os interesses de quem trabalha. Nesse sentido, o socialismo é compreendido como a forma histórica de governo dos trabalhadores orientada para a construção do comunismo.

❖ **Hegemonia** – refere-se à direção ou liderança exercida por um grupo (classe) social sobre outros. A hegemonia se efetiva quando um grupo ou conjunto de forças políticas consegue estabelecer predominância nas definições e implementações das políticas de Estado em determinado contexto histórico. No pensamento marxista, especialmente em Gramsci, a hegemonia ocorre por meio de processos políticos, culturais e ideológicos, nos quais os valores e interesses de um grupo social tornam-se generalizados e aceitos como universais.

Nesse processo, a relação entre estrutura e superestrutura é fundamental, pois a classe dominante exerce influência por meio das instituições, da cultura, das leis e dos aparelhos ideológicos, moldando crenças e visões de mundo. Na sociedade capitalista, essa hegemonia é exercida, predominantemente, pela burguesia sobre a classe trabalhadora.

❖ **Ideologia** - consiste em um conjunto de ideias, crenças e valores que orientam a visão de mundo de indivíduos ou grupos sociais, influenciando suas ações e práticas sociais. O termo foi utilizado pelo filósofo francês Antoine Destutt de Tracy, em 1801, para designar a “ciência das ideias”, entendida como o estudo da formação e da construção das ideias humanas a partir da relação do homem com o meio em que vive.

Karl Marx, entretanto, desenvolveu uma análise crítica do conceito, compreendendo a ideologia como um conjunto de representações que podem ocultar as reais condições sociais, econômicas e históricas, contribuindo para a manutenção das relações de dominação de classe. Nesse sentido, a ideologia pode atuar como instrumento de legitimação do poder da classe dominante. Um exemplo recorrente é a afirmação de que “todos são iguais perante a lei”, pois, embora a igualdade jurídica esteja prevista nas normas legais, as desigualdades sociais concretas dificultam o acesso efetivo de muitos indivíduos aos seus direitos.

❖ **Infraestrutura** - refere-se à base econômica da sociedade, constituída pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Para Marx, a infraestrutura é fundamental para a compreensão do desenvolvimento social e econômico, pois nela se organizam a produção da riqueza, a propriedade dos meios de produção e as relações materiais que condicionam, em grande medida, as formas políticas, jurídicas e ideológicas da sociedade.

❖ **Lumpemproletariado** – corresponde a uma camada social marginalizada, pouco integrada ao processo produtivo capitalista. O termo deriva do alemão *Lumpenproletariat*, formado por *Lumpen* (trapo, farrapo) e *Proletariat* (proletariado), sendo também associado às noções de subproletariado ou população marginal. Trata-se de grupos sociais marcados pela instabilidade econômica, desemprego crônico ou inserção precária no trabalho, que, segundo Marx, tendem a apresentar baixo nível de organização política e reduzida consciência de classe.

❖ **Lutas de classe** - refere-se ao conflito entre grupos sociais com interesses econômicos opostos no interior de uma determinada sociedade. Para Marx, é por meio das lutas de classes que as classes sociais se constituem historicamente, desenvolvendo consciência e interesses comuns entre os indivíduos que delas fazem parte.

Esse conceito é fundamental para a compreensão das mudanças sociais ao longo da história, uma vez que as principais transformações estruturais decorrem desses conflitos. No modo de produção capitalista, a luta de classes manifesta-se principalmente na oposição entre duas classes antagônicas: a burguesia, detentora dos meios de produção, e o proletariado, que possui apenas sua força de trabalho.

❖ **Mais-Valia ou Mais-Valor** – o valor de uma mercadoria é constituído pelos elementos necessários à sua produção, isto é, pelos meios de produção (dinheiro, máquinas, equipamentos,

matérias-primas e materiais auxiliares) e pela força de trabalho empregada. No modo de produção capitalista, os proprietários dos meios de produção contratam a força de trabalho por determinado tempo e remuneram o trabalhador por meio do salário.

Durante parte da jornada de trabalho, o trabalhador produz o valor equivalente à sua própria reprodução, ou seja, ao valor necessário para sua sobrevivência; essa parte é denominada por Marx de trabalho necessário. Entretanto, a jornada de trabalho excede esse tempo. A parcela da jornada que ultrapassa o trabalho necessário é denominada trabalho excedente, período em que o trabalhador produz valor além daquele correspondente ao seu salário. Esse valor adicional é o que Marx conceitua como mais-valia ou mais-valor. A mais-valia não se confunde com o lucro, mas corresponde ao trabalho não pago apropriado pelo capitalista.

É a partir dela que se originam diferentes formas de rendimento no capitalismo, como o lucro empresarial, os juros destinados ao capital financeiro e a renda da terra apropriada pelos proprietários fundiários. Ao vender sua força de trabalho, o trabalhador transfere ao capitalista o direito de utilizá-la no processo produtivo conforme as necessidades da produção.

A força de trabalho constitui uma mercadoria particular na sociedade capitalista, pois possui a capacidade de não apenas repor o valor gasto em sua própria compra, mas também de criar novo valor. O valor produzido excedente é apropriado pelo capitalista e acumulado sob a forma de capital. Assim, quanto maior a duração da jornada de trabalho ou a intensidade do trabalho, maior tende a ser o tempo disponível para a produção de mais-valia.

❖ **Mais-valia relativa (Mais-valor relativo)** – refere-se ao aumento da mais-valia obtido por meio da elevação da produtividade do trabalho, sem alteração proporcional da jornada de trabalho ou do salário. Para Marx, a mais-valia relativa surge quando o desenvolvimento tecnológico, a reorganização do processo produtivo e a intensificação do trabalho permitem que o trabalhador produza mais mercadorias em menos tempo.

Dessa forma, reduz-se o tempo de trabalho necessário à reprodução do salário, ampliando-se o tempo de trabalho excedente apropriado pelo capitalista, ainda que a jornada total permaneça formalmente a mesma.

❖ **Mais-valia absoluta (Mais-valor absoluto)** – corresponde ao aumento da mais-valia obtido pela ampliação da jornada de trabalho ou pela intensificação do ritmo de trabalho, sem aumento proporcional do salário. Nesse caso, o capitalista prolonga o tempo de trabalho excedente, fazendo com que o trabalhador produza mais valor do que aquele recebido em forma de remuneração. A diferença entre o valor produzido e o salário pago é apropriada pelo capitalista como mais-valia.

❖ **Materialismo histórico dialético** - constitui o método de análise desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels para compreender as sociedades e suas transformações ao longo da história a partir das condições materiais de produção e da luta de classes.

Segundo essa perspectiva, a existência social dos indivíduos e suas formas de organização dependem das condições materiais disponíveis em cada período histórico, isto é, das formas pelas quais os seres humanos produzem sua própria existência. Assim, os modos de produção e as relações sociais estabelecidas no processo produtivo influenciam as formas políticas, jurídicas e ideológicas da sociedade.

Marx parte da análise do concreto histórico, compreendendo o indivíduo como produto das condições sociais em que vive, mas também como agente capaz de transformá-las por meio de sua ação prática. O método dialético permite compreender a sociedade como um processo histórico marcado por contradições e transformações. Nesse sentido, Marx dialoga criticamente com Hegel, de quem retoma a noção de movimento dialético, porém invertendo seu caráter idealista ao situar a realidade material como fundamento das ideias; com Feuerbach, ao incorporar a crítica ao idealismo e enfatizar o caráter material da existência humana; e com os economistas clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, cujas análises sobre o valor-trabalho foram reelaboradas criticamente em sua teoria.

A partir desse método, Marx analisa historicamente diferentes formas de organização social, como as sociedades comunitárias primitivas, as sociedades escravistas, o feudalismo e o capitalismo, compreendendo-as como formas históricas específicas de organização da produção e das relações sociais, marcadas por conflitos e transformações estruturais.

❖ **Mercadoria** – no modo de produção capitalista, a produção é realizada predominantemente para o mercado. Dessa forma, o resultado do trabalho assume a forma de mercadoria, isto é, algo produzido para ser vendido. Para Marx, a mercadoria possui um duplo caráter: valor de uso e valor de troca.

O valor de uso refere-se à utilidade do bem para satisfazer necessidades humanas, enquanto o valor de troca expressa a relação quantitativa pela qual uma mercadoria pode ser trocada por outra no mercado. Em formas produtivas anteriores, nas quais a produção destinava-se principalmente ao consumo direto do produtor, predominava o valor de uso. No circuito M–D–M (mercadoria–dinheiro–mercadoria), o objetivo da troca é a obtenção de outra mercadoria para consumo.

No capitalismo, predomina o circuito D–M–D' (dinheiro–mercadoria–dinheiro acrescido), no qual o dinheiro é investido para gerar mais dinheiro por meio da exploração da força de trabalho e da produção de mais-valia. Nesse processo, o capitalista passa a controlar o

processo produtivo, e as relações sociais passam a ser mediadas pelas mercadorias, contribuindo para a reificação das relações humanas.

❖ **Proletariado** – refere-se ao conjunto de trabalhadores que não possuem meios de produção e, portanto, dependem da venda de sua força de trabalho em troca de salário para garantir sua sobrevivência. O termo tem origem na Roma Antiga, onde designava os indivíduos sem propriedades, cuja única riqueza eram seus filhos (*proles*). Marx ressignifica o conceito para designar a classe trabalhadora do capitalismo, caracterizada pela condição de assalariamento e pela posição estrutural de oposição à burguesia. Para Marx, o proletariado, ao desenvolver consciência de classe, pode constituir-se como sujeito histórico de transformação social.

❖ **Relações sociais de produção** – referem-se às formas pelas quais os indivíduos se organizam socialmente no processo de produção, especialmente às relações estabelecidas entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores que possuem apenas sua força de trabalho. Essas relações estão vinculadas à divisão social do trabalho e às formas históricas de organização da produção em cada sociedade.

Para Marx, as relações sociais de produção estruturam as desigualdades sociais e assumem maior intensidade no capitalismo, marcado pela oposição entre classes sociais antagônicas e pela ampliação das desigualdades decorrentes da apropriação privada do trabalho social.

❖ **Revolução** – refere-se a uma transformação profunda das estruturas econômicas, sociais e políticas de uma sociedade. Na perspectiva marxista, a revolução ocorre quando as contradições sociais, expressas na luta de classes — considerada o motor da história — atingem um grau elevado de tensão. No capitalismo, a revolução está associada à ação do proletariado que, ao desenvolver consciência de classe e organização política, torna-se capaz de transformar as relações sociais existentes e buscar sua emancipação.

❖ **Socialismo** – refere-se a um sistema político, social e econômico caracterizado pela propriedade social dos meios de produção, pela busca da igualdade social e pela distribuição mais equitativa dos recursos socialmente produzidos. Historicamente, o socialismo surge no contexto do movimento operário do século XIX, como crítica às desigualdades geradas pelo capitalismo e como projeto de sua superação. Em Marx e Engels, o socialismo é compreendido como um período histórico de transição entre o capitalismo e o comunismo, resultante das lutas de classes e da revolução proletária, no qual a classe trabalhadora assume o poder político e reorganiza as relações de produção.

❖ **Superestrutura** - refere-se ao conjunto de instituições políticas, jurídicas, religiosas, culturais e ideológicas existentes em uma sociedade. Para Marx, a superestrutura está relacionada à base econômica (infraestrutura), sendo influenciada pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Nesse sentido, a superestrutura contribui para legitimar e reproduzir as relações sociais existentes, frequentemente favorecendo a manutenção da dominação da classe dominante. Por isso, a superestrutura também é determinante para a reprodução do modo de produção.

❖ **Tempo de trabalho excedente** – corresponde ao período da jornada de trabalho em que o trabalhador produz valor além daquele necessário para a reprodução de sua força de trabalho. Para Marx, esse é o tempo em que o trabalho não é remunerado diretamente, sendo apropriado pelo capitalista sob a forma de mais-valia.

❖ **Tempo de trabalho necessário** – refere-se à parte da jornada de trabalho em que o trabalhador produz o valor equivalente ao seu salário, isto é, o valor necessário para a reprodução de sua força de trabalho em termos materiais, sociais e culturais. Trata-se, portanto, do tempo necessário à manutenção e reprodução do trabalhador.

❖ **Trabalho alienado** - ocorre quando o trabalhador não se reconhece no produto de seu trabalho nem possui controle sobre o processo produtivo. Na teoria da alienação desenvolvida por Karl Marx, essa condição resulta da divisão social do trabalho e da separação entre o trabalhador e os meios de produção, fazendo com que o produto do trabalho e sua distribuição sejam determinados pelos proprietários dos meios de produção. A alienação pode manifestar-se em diferentes modos de produção, como o tributário, o escravista, o servil e o assalariado, assumindo formas específicas conforme as relações sociais estabelecidas em cada contexto histórico.

❖ **Trabalho** - Refere-se à atividade física e intelectual realizada pelo ser humano em sua relação com a natureza, com o objetivo de criar, transformar ou produzir algo útil à vida, sendo remunerada ou não. No pensamento de Karl Marx, o trabalho constitui a atividade essencial e definidora do ser humano, distinguindo-o dos demais animais.

Enquanto os animais realizam suas atividades de forma instintiva, o ser humano projeta mentalmente aquilo que pretende produzir antes de sua realização material, atuando de forma consciente e racional sobre a natureza. Na perspectiva marxista, o trabalho consiste na transformação da matéria natural por meio da ação humana, utilizando ferramentas, conhecimentos e técnicas para produzir valores de uso, independentemente de estarem ou não associados a valores monetários.

Nesse processo, o ser humano apropria-se da natureza para satisfazer suas necessidades, transformando simultaneamente o meio em que vive, as relações sociais e a si próprio. Assim, o trabalho possui caráter social e constitui elemento fundamental da formação e transformação da vida humana em sociedade. Com o surgimento da propriedade privada e da divisão social do trabalho, o trabalhador passa a perder o controle sobre o processo produtivo, realizando apenas uma etapa da produção.

Essa separação entre o trabalhador, o produto e o processo de trabalho dão origem à exploração do trabalho e ao fenômeno da alienação, no qual o indivíduo deixa de se reconhecer no resultado de sua própria atividade. Nesse contexto, o trabalho deixa de constituir plenamente um meio de realização humana e passa a contribuir para a precarização das condições de existência do trabalhador, tornando-o mais vulnerável dentro das relações sociais capitalistas.

❖ **Transição para uma nova sociedade:** é a busca pela superação da sociedade dominada pelo Modo de Produção Capitalista (MPC), que emerge dos projetos socioeconômicos das classes e frações sociais exploradas pelos proprietários dos meios de produção.

O antagonismo de interesses entre capitalistas e trabalhadores leva os trabalhadores a desenvolver formas de organização e ação coletiva voltadas à solução de problemas sociais comuns. Nas sociedades estruturadas em classes sociais antagônicas, os governos tendem a expressar os interesses da classe dominante, formulando e implementando políticas que orientam o conjunto da sociedade.

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels apresentam o governo do proletariado em contraposição ao governo da burguesia, compreendendo-o como um período de transição no qual a classe trabalhadora assume o poder político. Nesse processo, o governo dos trabalhadores tende a implementar transformações nas estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais, o que pode gerar resistência por parte dos setores burgueses afetados por tais mudanças. Em razão desses interesses antagônicos, os conflitos sociais persistem durante o período de transição, exigindo a consolidação de medidas voltadas à reorganização das relações sociais e produtivas.

A superação do MPC, nessa perspectiva, estaria associada à construção do modo de produção comunista, entendido como uma forma de organização social na qual os meios de produção deixam de ser propriedade privada e passam a ser socialmente compartilhados, eliminando a divisão entre proprietários e não proprietários dos meios de produção.

Logo a seguir, aparecem os termos que compõem o produto técnico (dicionário com verbete da teoria marxista), o qual tem como objetivo apresentar, de forma clara, sintética e

conceitualmente fundamentada, os principais termos relacionados à teoria social marxista e à análise dos modos de produção.

A proposta consiste em oferecer ao leitor um instrumento de consulta rápida que auxilie na compreensão dos conceitos centrais, utilizados ao longo do texto principal, contribuindo para a leitura crítica e para o aprofundamento teórico. Os verbetes foram elaborados em linguagem objetiva, buscando preservar o rigor conceitual sem perder a acessibilidade, possibilitando que estudantes e leitores interessados compreendam as categorias fundamentais necessárias à análise das relações sociais, econômicas e históricas no capitalismo e em suas possibilidades de superação.

- ✚ **A formação econômica-social** – refere-se à forma histórica concreta pela qual os modos de produção se organizam em determinada sociedade, caracterizada pela presença de um modo de produção dominante que estrutura as relações econômicas, sociais e políticas, sobre modos de produção subordinados.
- ✚ **Acumulação primitiva** - processo histórico que antecede a consolidação do capitalismo, marcado por transformações econômicas, sociais e políticas que promoveram a concentração de terras, riquezas e meios de produção nas mãos de uma classe social restrita, criando as condições para o surgimento do trabalho assalariado.
- ✚ **Alienação** – processo pelo qual o trabalhador se torna separado do produto de seu trabalho, do processo produtivo, de sua própria atividade humana e das relações sociais, perdendo o controle sobre aquilo que produz.
- ✚ **Burguesia** – classe social composta pelos proprietários dos meios de produção, responsáveis pela organização da produção no modo de produção capitalista e pela apropriação do lucro gerado pelo trabalho assalariado.
- ✚ **Capital financeiro** – são os recursos monetário que um ou um grupo de indivíduos dispõem para investimentos e operações de uma empresa ou indivíduo em ações de empresas privadas, estatais ou de recursos públicos disponibilizados em títulos.
- ✚ **Capitalismo** – conjunto de recursos monetários destinados a investimentos e operações econômicas, envolvendo a aplicação de capitais em empresas, ações, títulos públicos e outras formas de valorização do capital.
- ✚ **Classes sociais** – agrupamentos de indivíduos que compartilham as mesmas condições de vida.
- ✚ **Comunismo** – organização social que torna tudo pertencente a todos, sem distinção de crenças, raças, classes.
- ✚ **Consciência de classe** – ocorre quando o indivíduo (ou um grupo de indivíduos) toma conhecimento de suas condições sociais, econômicas e culturais de vida, luta por seus direitos e combate a opressão.
- ✚ **Contradição** - refere-se à relação entre elementos constitutivos de uma sociedade que se encontram em oposição entre si. As contradições produzem tensões internas, como ocorre, por exemplo, entre os proprietários da força de trabalho e os proprietários dos meios de produção, tornando-se mais agudas no modo de produção capitalista.
- ✚ **Dialética** – técnica de argumentar e buscar a verdade, com base no raciocínio lógico relacionando ideias e as realidades sociais e históricas.
- ✚ **Dinheiro** – é uma mercadoria que exerce três grandes funções na sociedade do capital: a) equivalente geral; b) meio de pagamento; e, c) reserva de valor.
- ✚ **Exército de reserva de trabalhadores ou exército industrial de reserva** – refere-se ao conjunto de trabalhadores desempregados ou subempregados que, em razão da dinâmica de acumulação e das transformações produtivas do capital, permanecem disponíveis para o

mercado de trabalho, contribuindo para a manutenção de baixos salários e para a intensificação da exploração da força de trabalho no capitalismo.

- ✚ **Falsa Consciência** – distorção da realidade existente, fazendo com que as contradições de interesses não sejam percebidas claramente.
- ✚ **Fetichismo da mercadoria** – separa o homem do meio de produção, fazendo que as mercadorias sejam vistas sem que a sua origem produtiva esteja apresentada de maneira precisa.
- ✚ **Forças produtivas** – união do trabalho humano com os instrumentos utilizados na produção.
- ✚ **Força de trabalho** – aptidões, habilidades físicas e mentais do indivíduo para realizar determinada tarefa produtiva.
- ✚ **Governo do proletariado** – governo de transição da sociedade capitalista para a sociedade socialista, até chega à sociedade comunista.
- ✚ **Hegemonia** – superioridade de um grupo sobre outro, numa conjuntura específica de controle sobre a sociedade.
- ✚ **Ideologia** – conjunto de ideias, crenças e valores que orientam a visão de mundo de um grupo ou indivíduo.
- ✚ **Infraestrutura** – conjunto de elementos que constituem nas bases de produção de uma sociedade: dinheiro, forças produtivas, relações de produção, etc.
- ✚ **Superestrutura** – conjunto de instituições políticas, crenças, valores culturais, etc., que influenciam na gestão e na dominação social.
- ✚ **Lutas de classes** – conflitos entre grupos sociais, que se tonam classes sociais na defesa dos interesses próprios de cada uma destas frações sociais.
- ✚ **Lumpemproletariado** – é uma camada marginalizada e não está ligada a produção capitalista, estão com dificuldades sérias de obtenção de emprego de suas forças de trabalho.
- ✚ **Mais-Valia ou Mais-Valor** - é a parte do produto da força de trabalho, que é apropriada de forma gratuita pelo capitalista.
- ✚ **Mais-valia relativa** – é o valor a mais do que o necessário à sobrevivência do trabalhador, que o capitalista extorque dos trabalhadores, com a aplicação de formas de intensificação do exercício do trabalho, fazendo com que o trabalho necessário seja obtido com menor duração de tempo de trabalho.
- ✚ **Mais-valia absoluta** – é o valor a mais do que o necessário à sobrevivência do trabalhador, que o capitalista extorque dos trabalhadores com o aumento da jornada de trabalho, fazendo com que o trabalho excedente seja obtido com maior duração de tempo de trabalho.
- ✚ **Materialismo histórico dialético** – teoria social criada por Karl Marx para analisar as sociedades com os seus antagonismos e as mudanças sociais.
- ✚ **Mercadoria** – é o produto do trabalho, que é destinado ao mercado e assume, prioritariamente, a forma de valor de troca.
- ✚ **Proletariado** – indivíduos que são obrigados a vender a sua força de trabalho para sobreviver, pelo fato de não possuírem meios de produção.
- ✚ **Revolução** – mudança radical nas estruturas sociais e econômicas da sociedade.
- ✚ **Relações sociais de produção** – são as formas como estão estabelecidas as relações entre os proprietários da força de trabalho e os proprietários dos meios de produção.
- ✚ **Socialismo** – sistema político, social e econômico, que implementa formas de transição da sociedade capitalista para a sociedade comunista.
- ✚ **Tempo de trabalho excedente** – é exercido no período da jornada de trabalho, excedendo o tempo de trabalho correspondente ao salário.
- ✚ **Tempo de trabalho necessário** – é o período da jornada de trabalho, que corresponde ao salário pago pelo capitalista paga ao trabalhador, pelo emprego produtivo da força de trabalho.
- ✚ **Trabalho alienado** – é o trabalho que o operário realiza sob o comando de algum proprietário de meios de produção: um trabalho sob o comando alheio (de outra pessoa).

- ✚ **Trabalho** - qualquer atividade efetiva física e intelectual realizada pelo homem, com finalidade produtiva de bens.
- ✚ **Transição para uma nova sociedade** – processo histórico de mudança de um modo de produção para outro, decorrente das contradições sociais, econômicas e políticas existentes em determinada sociedade. No pensamento marxista, essa transição está associada à superação do modo de produção capitalista e à construção de uma sociedade socialista, considerada uma etapa histórica de transformação que, em perspectiva teórica, poderia conduzir ao modo de produção comunista.

Por último, apresentam-se sugestões de filmes e livros que poderão contribuir para a ampliação do conhecimento dos jovens estudantes acerca do pensamento marxista. Esses materiais foram selecionados por possibilitarem diferentes formas de aproximação com os conceitos discutidos, favorecendo a reflexão crítica e o aprofundamento teórico por meio de linguagens acessíveis e complementares ao texto principal, conforme apresentado a seguir.

Filme: Tempos modernos (1936) – filme de comédia dirigido e protagonizado por Charlie Chaplin, que retrata o contexto da Grande Depressão (crise de 1929) nos Estados Unidos da América. A longa-metragem apresenta uma crítica ao modo de produção taylorista-fordista, baseado na divisão social do trabalho, ao abordar a rotina exaustiva da classe trabalhadora em uma fábrica, marcada pela realização de tarefas repetitivas e pela perda de contato com o produto final e com a própria humanidade do trabalhador. Disponível no Prime Vídeo, Globoplay e YouTube.

Filme: A fuga das galinhas (2000) – filme clássico de animação em stop-motion, dirigido por Peter Lord e Nick Park, que conta a história de um grupo de galinhas que vive em uma granja em Yorkshire, na Inglaterra, e sofre opressão por parte de seus proprietários, Sr. e Sra. Tweedy. As galinhas vivem presas e são obrigadas a trocar sua força de trabalho (produção de ovos) pela própria sobrevivência. Quando os ovos deixam de ser rentáveis, os donos decidem mudar o negócio para a produção de tortas de frango, o que leva o grupo ao desespero. Sob a liderança da destemida Ginger, e incentivadas pela chegada do galo Rocky, as galinhas iniciam um plano de fuga. Disponível no Prime Vídeo e Globoplay.

Filme: A vida de insetos (1998) – filme que retrata a história de Flick, uma formiga desajustada e cheia de ideias, que acidentalmente destrói a comida que sua colônia deveria entregar a um bando de gafanhotos, liderado por Hopper, como forma de tributo. A colônia vive sob exploração, sendo responsável pela produção, enquanto os gafanhotos se apropriam do trabalho alheio por meio da força e da ameaça. Diante dessa situação, para salvar a colônia, Flick parte em busca de insetos guerreiros, mas acaba recrutando um grupo de insetos de circo que, juntos, lutam pela libertação da colônia. Disponível no Prime Vídeo e YouTube.

Filme: O jovem Marx (2017) – sob a direção de Raoul Peck, o filme retrata o período entre 1842 e 1848, momento em que Karl Marx conhece Friedrich Engels e inicia com ele uma parceria intelectual e uma amizade duradoura. A obra enfatiza também as relações dos dois com suas companheiras - Jenny von Westphalen e Mary Burns, evidenciando o importante papel que essas mulheres desempenharam em suas trajetórias. O cenário destaca a Europa industrial do século XIX, marcada pela exploração da classe trabalhadora e pela efervescência de novas ideias revolucionárias, apresentando as origens do pensamento marxista, o papel da luta de classes, a crítica ao capitalismo industrial nascente e a colaboração intelectual entre Marx e Engels. Disponível no Prime Vídeo e YouTube.

Ademais, serão apresentadas abaixo algumas obras que contribuem para a ampliação da compreensão do pensamento marxista, abordando desde introduções conceituais até análises históricas e interpretações contemporâneas da teoria de Karl Marx. As leituras sugeridas possibilitam ao estudante, aprofundar o conhecimento acerca das categorias fundamentais do marxismo, da formação da classe trabalhadora e das transformações do capitalismo ao longo do tempo, constituindo-se como referências importantes para o estudo crítico da sociedade.

As principais obras sugeridas para aprofundamento do estudo são: *Marx: uma introdução*, de Jorge Grespan (2021); *Marx: uma biografia em quadrinhos*, de Anne Simon e Corinne Maier (2018); *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*, de Marcelo Badaró Mattos (2019); *Modo de produção mundial e processo civilizatório: os horizontes históricos do capitalismo em Marx*, de Alex Fiúza de Mello (2001); e *Socialismo: a sociedade do futuro*, de Marcos Panzera (2017).

Quanto ao produto técnico, fruto deste estudo, é importante frisar que o dicionário, na perspectiva marxista, será um instrumento importante na formação dos estudantes do Ensino Médio, ao oferecer ferramentas conceituais e metodológicas que possibilitem compreender e atuar no mundo social, estimulando a reflexão crítica e o incentivo à participação ativa nos diferentes segmentos da sociedade.

Dessa maneira, o dicionário pretende constituir-se como um guia sucinto para a compreensão dos conceitos básicos do pensamento de Karl Marx, contribuindo para a análise da sociedade contemporânea. Os verbetes nele contidos são apresentados de maneira acessível, com linguagem clara, a fim de facilitar a interpretação da teoria marxista.

4.3 Procedimento metodológico para aplicação do dicionário na turma do ensino médio

Após a construção do dicionário, foi necessário que os alunos do Ensino Médio pudessem conhecê-lo e avaliá-lo. A aplicação do formulário ocorreu ao longo de duas semanas, nos dias de terça-feira e quinta-feira, pois eram os únicos dias em que a turma contava com três aulas consecutivas. Nesse sentido, a turma escolhida foi a da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que estuda no Anexo I da Escola Estadual de Ensino Médio Papa Paulo VI, instituição situada na zona urbana do município de Novo Repartimento.

O Anexo I funciona nas dependências da Escola Municipal de Ensino Fundamental O Bosque, localizada na Rua Palmas, s/n, Bairro Vila Tucuruí. Durante o período diurno, a escola municipal atende alunos da rede municipal do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e, no período noturno, o espaço é cedido para o atendimento de alunos que cursam o Ensino Médio.

Desde o princípio da elaboração do produto e das análises bibliográficas, especialmente dos livros didáticos, sentiu-se a necessidade de aplicar o material a alunos do turno noturno, por se tratar de estudantes que, na maioria das vezes, já se encontram inseridos no mercado de trabalho e conciliam suas atividades laborais com os estudos. Essa característica tornou o grupo especialmente relevante para a aplicação do material, uma vez que as discussões sociológicas, fundamentadas em conceitos marxistas, poderiam ser diretamente relacionadas às suas experiências cotidianas de trabalho e de vida em sociedade.

A apresentação do dicionário e a aplicação do formulário ocorreram no mês de setembro de 2025, contando com a presença de 23 alunos, a maioria jovens entre 18 e 20 anos, conforme apresentado no Quadro 01. Atualmente, no Anexo I, funcionam quatro turmas no período noturno, sendo elas: 1ª e 2ª etapas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e 2º e 3º anos do Ensino Médio Regular.

Das quatro turmas em funcionamento, apenas a turma da 1ª etapa da EJA possuía horários disponíveis para a apresentação do dicionário e para a avaliação do trabalho proposto. Assim, a aplicação do produto educacional ocorreu no referido mês, com a participação de 23 estudantes, cujas idades variavam entre 18 e 45 anos. Cada estudante recebeu uma cópia impressa do dicionário, possibilitando o acesso individual ao material durante a atividade.

Após a distribuição do dicionário para cada aluno, realizou-se a exposição do material, iniciando-se pela apresentação geral e pela parte introdutória, na qual se destacou quem foi Karl Marx e a importância de sua teoria para a compreensão da sociedade contemporânea.

Em um segundo momento, ocorreu a apresentação dos verbetes, iniciando pelo método desenvolvido por Karl Marx, o materialismo histórico-dialético, seguindo-se a ordem em que

os conceitos aparecem no dicionário. Durante essa etapa, os alunos foram orientados a analisar o conteúdo com atenção, podendo fazer anotações, destacar conceitos e registrar dúvidas ao longo da leitura. Essa atividade teve como objetivo não apenas apresentar o vocabulário marxista de forma acessível, mas também estimular o pensamento crítico, favorecendo a compreensão das relações sociais e econômicas discutidas na disciplina de Sociologia a partir da realidade vivenciada pelos próprios estudantes.

Após essa etapa, foi proposto um formulário de identificação, avaliação e reflexão, por meio do qual os estudantes puderam expressar suas compreensões, percepções e interpretações sobre o conteúdo estudado. Todos os alunos receberam um formulário impresso, contendo, na primeira parte, a identificação dos pesquisados, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 1 - Questões de identificação dos alunos participantes da pesquisa

1	Identificação do pesquisado
2	Idade:
3	Trabalha: sim () Não ()
4	Caso sim: Qual é a remuneração? () Menos de um salário mínimo () Entre 1 salário mínimo e 2 salários mínimos () Mais de dois salários mínimos
5	Trabalha de carteira assinada: () Sim () Não
6	Onde trabalha: () Supermercado () Lojas () Bancos () Autônomo () Outros (as): _____

Fonte: Elaboração da autora

A primeira parte do formulário buscou averiguar a inserção dos alunos na sociedade de classes, por meio da identificação do gênero, da idade e da informação sobre o exercício ou não de atividade laboral. Esses dados possibilitaram avaliar o ingresso precoce dos jovens no mercado de trabalho e/ou a ausência de trabalho formal, situação que pode indicar a existência do chamado exército industrial de reserva, conceito marxista que se refere à massa de trabalhadores disponíveis no mercado e que contribui para a pressão sobre os salários e para o aumento da exploração do trabalho.

Além disso, buscou-se identificar os estudantes que conciliam trabalho e estudo. Outras questões, como faixa de remuneração, existência de vínculo formal de trabalho e local de atuação profissional, permitiram analisar o grau de formalização ou precarização das relações de trabalho vivenciadas pelos participantes, possibilitando uma leitura sociológica das suas condições de inserção no mundo do trabalho.

Em relação ao quadro 02, seus itens levarão o aluno a analisar a estrutura do dicionário, os verbetes, dar sugestões. Nessa etapa, haverá uma análise crítica do produto, pois será averiguado se o dicionário pode atuar como recurso didático-pedagógico, formativo e crítico, analisando a qualidade e o impacto que poderá ocorrer na formação dos participantes e orientar aprimoramentos futuros.

Quadro 2 - Questões de avaliação do dicionário.

7	Com que frequência você utiliza dicionários (impresso ou online)? ☐ Diariamente ☐ Algumas vezes por semana ☐ Algumas vezes por mês ☐ Raramente ☐ Nunca
8	Quais características você considera mais importantes em um bom dicionário? (Pode marcar mais de uma opção ou descrever) ☐ Clareza nas definições ☐ Exemplos nos verbetes ☐ Etimologia ☐ Informações gramaticais ☐ Organização ☐ Atualização constante ☐ Abrangência de vocabulário ☐ Facilidade na linguagem utilizada ☐ Outro (especifique):
9	Qual foi sua primeira impressão do dicionário? ☐ Muito Positiva ☐ Positiva ☐ Neutra ☐ Negativa ☐ Muito Negativa Comentários:
10	Avalie o dicionário o, usando a escala de 1 (Ruim) a 5 (Excelente) enquanto a facilidade de uso. Facilidade de uso: 1 Ruim (☐) 2 Regular (☐) 3 Bom (☐) 4 Ótimo (☐)

	5 Excelente () Comentários
11	As definições e informações contidas no dicionário foram úteis para você? () Sim, totalmente relevante e útil. () Em grande parte relevante e útil. () Razoavelmente relevante e útil. () Pouco relevante ou útil. () Não relevante ou útil. Comentários:
12	Os verbetes são fáceis de entender? 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () Comentários:
13	O que achou dos recursos adicionais? () Sim, e são muito úteis. () Sim, são úteis. () Sim, mas poderiam ser melhores. () Poucos recursos ou não foram úteis. () Não gostou dos recursos adicionais. Comentários:
14	O que você mais gostou do dicionário?
15	O que você acha que precisa melhorar ou poderia ser diferente? Seja mais específico possível.
16	Você recomendaria este dicionário a um colega ou amigo? 1) () Definitivamente não recomendaria. 2) () Talvez. 3) () Definitivamente recomendaria. 17) Você acha que o dicionário contribuiu e/ou contribuirá para a sua formação
17	Você acha que o dicionário contribuiu ou contribuirá para a sua formação profissional? () Sim () Não
18	Você acha que o dicionário contribuiu ou contribuirá para a sua formação pessoal? () Sim () Não
19	Você tem alguma sugestão de acréscimo ao dicionário? () Não () Sim Qual (is):
20	Você conseguiu entender o significado dos conceitos apresentados no dicionário? () Sim () Não
21	O dicionário ajudou você a pensar de forma diferente sobre a sociedade em que vive? () Sim () Não Comentários:
22	Algum verbete contido no dicionário fez você refletir sobre sua realidade, sua escola ou sua família? () Sim () Não

	Comentários: ---
--	------------------

Fonte: Elaboração da autora

Portanto, o objetivo da aplicação do formulário não foi apenas avaliar o desempenho individual dos alunos, mas também observar a recepção dos conceitos apresentados e as possíveis dificuldades de compreensão. As observações, anotações e comentários dos estudantes serviram como base para ajustes na linguagem e na organização do dicionário. Essa etapa reforçou o caráter dialético da metodologia adotada, na medida em que o material não foi imposto aos participantes, mas construído em diálogo com os sujeitos da aprendizagem.

5 ANÁLISE E RESULTADOS

Neste capítulo, descreve-se a análise e apresentam-se os resultados da aplicação do produto na turma escolhida. Os resultados evidenciam o perfil dos alunos participantes e da coordenação pedagógica que participou direta e indiretamente do processo de aplicação. Algumas análises aqui apresentadas foram realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa, como a percepção de práticas consideradas autoritárias no âmbito da equipe pedagógica que atua no Anexo I.

Observou-se que a atuação da coordenação pedagógica apresentou limitações quanto à abertura ao diálogo, configurando uma prática de caráter antidialógico. Tal situação pode ser relacionada ao pensamento de Paulo Freire (1987), para quem a ausência do diálogo contribui para processos de opressão, restringindo não apenas dimensões econômicas e culturais, mas também o direito à fala e à expressão dos sujeitos.

De modo semelhante, essa realidade remete à interpretação de Althusser (1974), ao afirmar que a escola pode funcionar como Aparelho Ideológico do Estado, responsável pela transmissão de saberes em moldes que asseguram a reprodução da ideologia dominante, na medida em que os indivíduos inseridos na instituição atuam sob a influência dessas estruturas ideológicas. Nessa conjuntura, o funcionamento do aparelho ideológico se materializa por meio de práticas institucionais e mecanismos simbólicos que podem reforçar posições hierárquicas e comportamentos disciplinares, contribuindo para a naturalização de relações de subordinação entre alunos e professores.

Por meio da observação, foi constatado que os alunos participantes da pesquisa eram, em sua maioria, pardos e negros, utilizavam uniformes escolares e demonstravam sinais de cansaço, relatando estarem com sono e exaustos em razão da rotina diária de trabalho e estudo. Todos os alunos presentes receberam uma cópia impressa do dicionário, possibilitando a leitura individual do material.

Durante esse momento, foram orientados a realizar anotações e registrar dúvidas, caso julgassem necessário. A maior parte dos estudantes realizou a leitura de forma silenciosa, observando o conteúdo do dicionário desde a parte introdutória até os verbetes apresentados e, após a exposição, responderam ao formulário de avaliação.

No momento da aplicação do formulário, observou-se maior interesse e envolvimento por parte dos alunos com idade superior a 30 anos, enquanto os alunos mais jovens responderam às questões de forma mais rápida e com menor interação com o material. Tal diferença de postura pode ser interpretada à luz das discussões teóricas sobre ideologia e formação social,

indicando possíveis influências das condições sociais e das experiências de vida na forma como os estudantes se relacionam com conteúdo de caráter crítico.

Nesse cenário, evidencia-se que parte da juventude está mais voltada para práticas escolares que exigem rapidez e execução mecânica de tarefas, em função das exigências escolares relacionadas ao cumprimento de atividades, o que pode limitar momentos de reflexão mais aprofundada. Por sua vez, os alunos mais velhos demonstraram maior consciência acerca da importância das atividades escolares, associada às suas experiências de vida e trajetórias pessoais. Esse cenário permite observar como a ideologia pode penetrar nas práticas escolares, influenciando o modo como os indivíduos se relacionam com o conhecimento.

A forma como os estudantes mais jovens e os mais velhos lidaram com o dicionário remete às concepções de educação bancária e educação libertadora discutidas por Freire (1987). Na educação bancária, os estudantes tendem a ser condicionados ao cumprimento de tarefas, sem o estabelecimento de diálogo crítico com o conhecimento; já na educação libertadora, a reflexão e a experiência de vida contribuem para que o espaço educativo e as atividades escolares sejam compreendidos como possibilidades de análise crítica da realidade social.

Para mostrar os dados e o perfil dos alunos da turma, foi necessário demonstrar por meio de um quadro, especificando o sexo, idade, trabalho, vínculo empregatício, local de trabalho e a remuneração. Os dados obtidos demonstram a característica dos alunos e a relação com a sociedade de classes.

Quadro 3 - Perfil social, etário e ocupacional dos estudantes participantes.

Sujeitos	Sexo	Idade	Trabalha	Com ou sem carteira assinada	Local de trabalho	Remuneração
Aluno 1	Masculino	21 anos	Sim	Sim	Outros	Entre 1 e 2 salários mínimos
Aluno 2	Masculino	22 anos	Sim	Não	Autônomo	Menos de um salário mínimo
Aluno 3	Feminino	45 anos	Sim	Não	Outros	Menos de um salário mínimo
Aluno 4	Masculino	20 anos	-	-	-	-

Aluno 5	Masculino	18 anos	Sim	Não	Prefeitura	Entre 1 e 2 salários mínimos
Aluno 6	Masculino	18 anos	Sim	Não	Outros	Menos de um salário mínimo
Aluno 7	Feminino	20 anos	Sim	Não	Lash designer	Entre um e 2 salários mínimos
Aluno 8	Masculino	19 anos	Sim	Não	Oficina de moto	Entre um e 2 salários mínimos
Aluno 9	Feminino	19 anos	Sim	Não	Babá	Menos de um salário mínimo
Aluno 10	Feminino	-	Sim	Não	Outros	Menos de um salário mínimo
Aluno 11	Masculino	19 anos	Não	-	-	-
Aluno 12	Masculino	28 anos	Sim	Sim	Supermercado	Entre um e 2 salários mínimos
Aluno 13	Feminino	24 anos	Sim	Não	Outros	Entre um e 2 salários mínimos
Aluno 14	Masculino	20 anos	Sim	Sim	Supermercado	Entre um e 2 salários mínimos
Aluno 15	Feminino	40 anos	Sim	Não	Prefeitura	Entre um e 2 salários mínimos
Aluno 16	Feminino	36 anos	Não	-	-	-
Aluno 17	Masculino	18 anos	Sim	Não	Ajudante	Entre um e 2 salários mínimos
Aluno 18	Feminino	46 anos	Sim	Não	Babá	-

Aluno 19	Masculino	19 anos	Sim	Não	Outros	Menos de um salário mínimo
Aluno 20	Feminino	-	Sim	Não	Loja	Entre um e 2 salários mínimos
Aluno 21	Feminino	22 anos	Sim	Não	Conveniência	Entre um e 2 salários mínimos
Aluno 22	Masculino	24 anos	Sim	Não	Servente de pedreiro	Entre um e 2 salários mínimos
Aluno 23	Masculino	20 anos	Não	-	-	-

Fonte: Elaboração a partir dos dados obtidos por pesquisa da autora

Como mostra o Quadro 03, a maioria dos alunos possui idade entre 18 e 20 anos e afirmou trabalhar sem carteira assinada, recebendo entre um e dois salários mínimos, sendo que alguns relataram rendimentos inferiores a um salário mínimo.

Esses jovens trabalhadores não estão apenas cursando o ensino médio, mas também inseridos no mercado de trabalho, predominantemente em condições de informalidade, com baixa remuneração e ausência de direitos trabalhistas.

Tal cenário pode ser compreendido como uma característica da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo, marcada pela fragilização das garantias sociais e pela intensificação das formas de exploração da força de trabalho. No contexto da sociedade capitalista analisada por Marx, esses indivíduos vendem sua força de trabalho como meio de sobrevivência, uma vez que não são proprietários dos meios de produção. Dessa forma, o processo produtivo possibilita a apropriação, pelos proprietários dos meios de produção, do valor excedente gerado pelo trabalho, intensificando a produção de mais-valia (ou mais-valor), isto é, a extração de valor além daquele necessário à reprodução da força de trabalho.

Vale destacar que os sujeitos pesquisados evidenciam que a remuneração recebida, em muitos casos, não possibilita a superação das condições de vulnerabilidade econômica, uma vez que os rendimentos tendem a cobrir apenas as necessidades imediatas de sobrevivência, dificultando a formação de reservas financeiras ou a melhoria das condições materiais de vida.

Nesse contexto, observa-se que a baixa remuneração contribui para a manutenção das desigualdades sociais, enquanto a classe trabalhadora, da qual os estudantes fazem parte,

permanece em situação de dependência econômica. Outro aspecto relevante refere-se aos alunos que afirmaram exercer atividades autônomas, pois, embora o trabalho autônomo possa ser percebido como expressão de liberdade e independência, esses trabalhadores continuam subordinados à lógica do mercado, na medida em que necessitam vender sua força de trabalho ou seus produtos para garantir a própria subsistência.

Nesse sentido, a escola, por vezes, apresenta limites para atuar como espaço efetivo de transformação social, podendo reproduzir práticas pedagógicas que não problematizam as relações sociais existentes. Conforme afirma Freire (1987, p. 66), “a educação como prática de dominação mantém a ingenuidade dos educandos e sua acomodação ao mundo de opressão”.

Ao tratar das relações de gênero e da divisão social do trabalho, observa-se que algumas alunas destacaram exercer atividades como babá e lash designer, ocupações relacionadas aos setores do cuidado e da estética, historicamente associados ao trabalho feminino.

Essas atividades, em muitos casos, apresentam baixos níveis de remuneração, ausência de proteção trabalhista e reduzido reconhecimento social, evidenciando a permanência de desigualdades de gênero no interior da sociedade capitalista. Nesse contexto, a divisão sexual do trabalho contribui para a desvalorização e invisibilização do trabalho feminino, mantendo mulheres em posições socialmente subordinadas.

Dessa forma, pode-se compreender que o capitalismo se apropria dessas desigualdades históricas, reforçando estruturas que contribuem para a manutenção de relações desiguais de trabalho. Assim, a amostra analisada expressa características presentes no capitalismo contemporâneo, como a inserção precoce de jovens da classe trabalhadora no mercado de trabalho, a predominância da informalidade, a insuficiência salarial, a ausência de direitos trabalhistas e a concentração em ocupações precárias e socialmente desvalorizadas.

Ao avaliar o uso do dicionário, observou-se que a maioria dos alunos demonstrou interesse e concordou que essa ferramenta é relevante para o ensino de Sociologia. Quando questionados sobre a frequência de utilização de dicionários impressos ou online, apenas um aluno afirmou utilizá-lo com frequência; sete alunos declararam utilizá-lo raramente; três afirmaram utilizá-lo uma vez por semana; dois, uma vez por mês; e dez alunos relataram nunca fazer uso do dicionário.

Nota-se que a baixa utilização desse recurso, considerado uma ferramenta importante para a construção do conhecimento, pode ser compreendida como reflexo de uma estrutura educacional que tende a preparar os indivíduos para a reprodução do sistema capitalista, e não para a emancipação humana.

Nesse sentido, a pouca frequência de uso do dicionário dialoga com o pensamento de Althusser (1974), ao compreender a escola como um aparelho ideológico do Estado que, em determinadas práticas pedagógicas, não estimula o uso de instrumentos capazes de favorecer o desenvolvimento do pensamento crítico.

O dicionário, compreendido como um instrumento de emancipação, pode facilitar o acesso à linguagem, à crítica e ao conhecimento. Além disso, contribui para a promoção da práxis, que, para Freire (1987, p. 67), consiste na “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo”, sendo por meio dessa reflexão crítica dos oprimidos que se torna possível a transformação da realidade opressora.

Nessa perspectiva, Marx defende uma formação humana omnilateral, que possibilite ao indivíduo desenvolver plenamente suas potencialidades, superando as condições de opressão impostas pela divisão social do trabalho. No entanto, em uma educação orientada pelos interesses burgueses, o dicionário tende a ser esquecido e desvalorizado não por acaso, mas porque o sistema educacional não incentiva a autonomia do pensamento nem o uso de recursos que favoreçam a formação crítica no ambiente escolar.

Ao serem questionados sobre quais características consideram mais importantes em um bom dicionário, os alunos apontaram a clareza nas definições, a organização, a facilidade da linguagem utilizada e a presença de informações gramaticais. Além disso, afirmaram que a primeira impressão geral do dicionário foi positiva.

Um dos alunos destacou: “eu achei muito interessante”, enquanto outros afirmaram “gostei do conteúdo” e “gostei muito de ler”. Observa-se, portanto, a ocorrência de depoimentos espontâneos que evidenciam pontos positivos do material, ressaltando as características mais valorizadas pelos estudantes em um bom dicionário.

Quadro 4 - Avalie o dicionário, usando a escala de 1 (ruim) a 5 (Excelente) enquanto a facilidade de uso.

Ruim	1
Regular	7
Bom	5
Ótimo	2
Excelente	5
Preferiram não responder	3

Fonte: Elaboração a partir dos dados obtidos por pesquisa da autora

Ao serem questionados se as definições e informações contidas no dicionário foram úteis, a maioria dos alunos respondeu afirmativamente. Um dado que chamou atenção foi o caso de um aluno que, embora tenha afirmado inicialmente que o dicionário era ruim, posteriormente reconheceu que as definições e informações apresentadas eram relevantes para sua vida e que os verbetes eram fáceis de compreender.

Da mesma forma, os demais participantes também afirmaram que os verbetes eram de fácil entendimento, destacando a organização como um dos principais aspectos positivos do material. Esses resultados demonstram que a estrutura e a construção do dicionário podem despertar nos sujeitos um novo olhar sobre sua utilidade no processo de aprendizagem.

Ao solicitar aos alunos que avaliassem os recursos adicionais, foram obtidas as seguintes respostas, conforme o quadro abaixo.

Quadro 5 - o que achou dos recursos adicionais.

Sim, são úteis	17
Sim, mas poderiam ser melhores	2
Poucos recursos e não foram úteis	1

Fonte: Elaboração a partir dos dados obtidos por pesquisa a autora

Ao serem convidados a fazer comentários, os estudantes preferiram não expor seus pensamentos, demonstrando que muitos jovens não possuem familiaridade com o uso de dicionários, evidenciada pela baixa participação espontânea nas perguntas abertas, pela presença de contradições em algumas respostas e pela limitada manifestação de senso crítico ao apontar melhorias e sugestões.

Assim, quando questionados sobre o que precisava melhorar ou poderia ser diferente, a maioria optou por não responder, havendo apenas um aluno que sugeriu a ampliação das explicações nos verbetes.

Quadro 6 - Você recomendaria este dicionário a um colega e amigo?

Definitivamente não recomendaria	2
Talvez	11
Definitivamente recomendaria	10

Fonte: Elaboração a partir dos dados obtidos por pesquisa da autora

O Quadro 06 demonstra que apenas dois alunos afirmaram que não recomendariam o dicionário, enquanto a maioria respondeu que talvez recomendaria ou que definitivamente o recomendaria. Esses dados evidenciam a validade e a relevância do dicionário como material de apoio acessível aos jovens estudantes.

Ao serem questionados sobre a contribuição do dicionário para sua formação profissional, somente um aluno respondeu negativamente, enquanto os demais reconheceram sua contribuição.

Apesar de muitos estudantes não possuírem o hábito de utilizar o dicionário, observa-se o reconhecimento de sua utilidade e importância para a formação pessoal e profissional. Esse resultado sugere que, quando expostos a instrumentos que promovem o acesso ao conhecimento, os sujeitos tendem a ampliar sua compreensão da realidade, demonstrando interesse que pode ser potencializado por práticas pedagógicas mais sistemáticas.

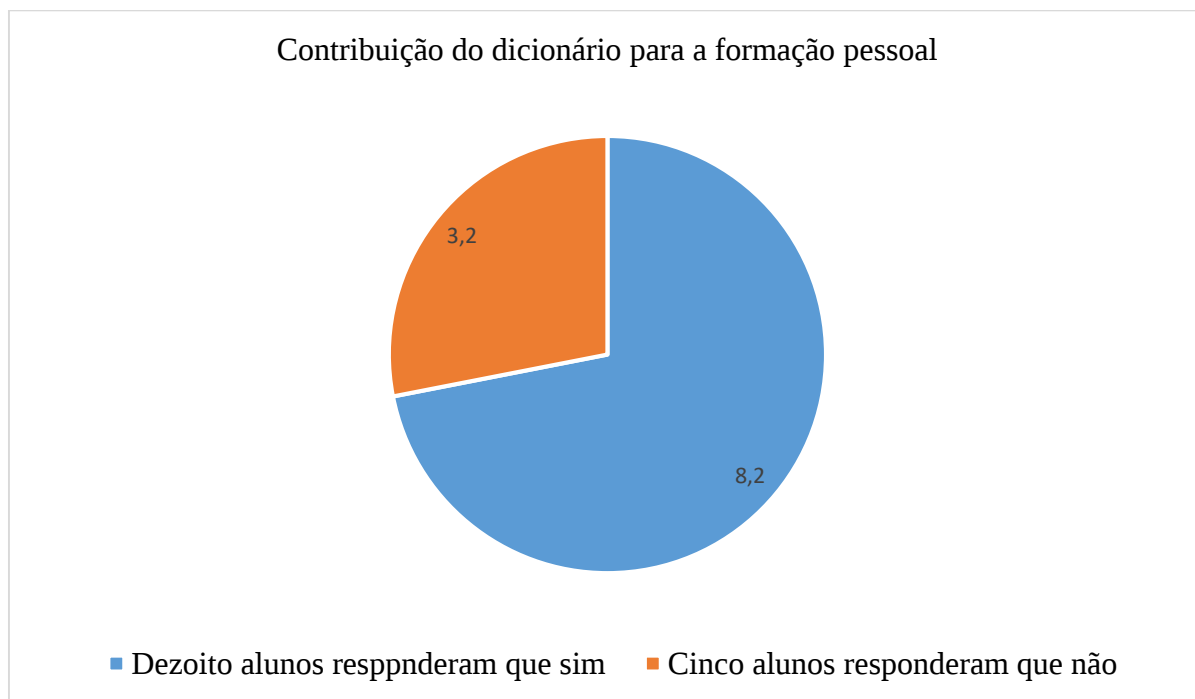
Nesse sentido, a aparente contradição entre considerar o dicionário pouco atrativo e, ao mesmo tempo, reconhecer sua importância pode ser interpretada à luz das discussões sobre alienação e ideologia presentes na vida cotidiana, que muitas vezes dificultam uma análise crítica imediata dos instrumentos de aprendizagem.

Ainda assim, o reconhecimento de sua relevância aponta para possibilidades de transformação, indicando que o uso do dicionário, enquanto recurso didático-pedagógico, pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico.

Assim, compreende-se que a educação crítica, de caráter dialético, ao invés de limitar-se à transmissão de conteúdos, pode favorecer a problematização das condições materiais e sociais, possibilitando avanços na formação consciente dos estudantes.

O gráfico a seguir apresenta os resultados obtidos a partir do questionamento realizado aos estudantes acerca da contribuição do uso do dicionário para a sua formação pessoal. O objetivo desse levantamento foi identificar a percepção dos alunos sobre a relevância desse instrumento no processo de aprendizagem e no desenvolvimento individual, considerando sua utilização como recurso didático-pedagógico.

A análise desses dados permite compreender em que medida os estudantes reconhecem o dicionário como um elemento capaz de ampliar o acesso ao conhecimento e favorecer a construção de saberes significativos no contexto escolar.

Gráfico 5 - Contribuição do dicionário para a formação pessoal.

Fonte: Elaboração a partir dos dados obtidos por pesquisa da autora.

Como demonstra o gráfico, a maioria dos alunos reconhece a contribuição do dicionário para sua formação pessoal, indicando que esse instrumento favorece o acesso ao conhecimento e pode contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico. Nesse sentido, o uso do dicionário possibilita a ampliação da compreensão da realidade, permitindo reflexões sobre aspectos relacionados à ideologia e à alienação, conceitos centrais na teoria marxista.

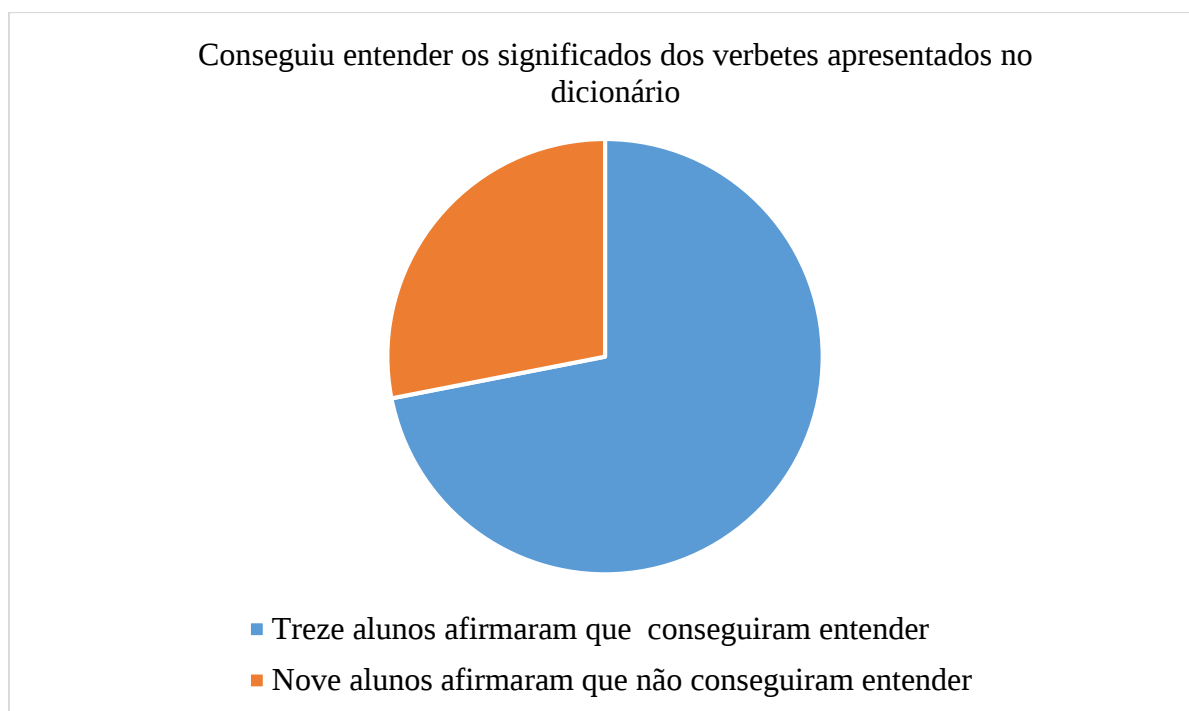
Por outro lado, a minoria que afirmou não perceber essa contribuição pode indicar limites relacionados às condições sociais e educacionais que, em determinados contextos, dificultam o acesso e a valorização do conhecimento como prática emancipatória.

Observa-se ainda que, ao serem questionados sobre a contribuição do dicionário para a formação profissional, as respostas apresentaram semelhanças em relação à formação pessoal, havendo apenas uma divergência, possivelmente associada à falta de atenção ou à interpretação distinta do questionamento.

O gráfico a seguir apresenta os resultados referentes à compreensão dos estudantes em relação aos significados dos verbetes apresentados no dicionário utilizado na atividade. O objetivo desse levantamento foi identificar em que medida o material possibilitou a compreensão dos conceitos trabalhados, bem como avaliar a clareza das definições e sua adequação ao nível de entendimento dos alunos.

A análise desses dados permite refletir sobre a eficácia do dicionário como recurso didático-pedagógico e sobre os desafios envolvidos no processo de mediação do conhecimento por meio desse instrumento.

Gráfico 6 - Você conseguiu entender os verbetes apresentados no dicionário.



Fonte: Elaboração a partir dos dados obtidos por pesquisa da autora.

Observa-se, no Gráfico 6, que a maioria dos alunos afirmou ter conseguido compreender os verbetes apresentados no dicionário. Essa compreensão pode estar relacionada às experiências escolares acumuladas e à valorização do espaço educativo por parte dos estudantes, especialmente entre aqueles com maior vivência escolar.

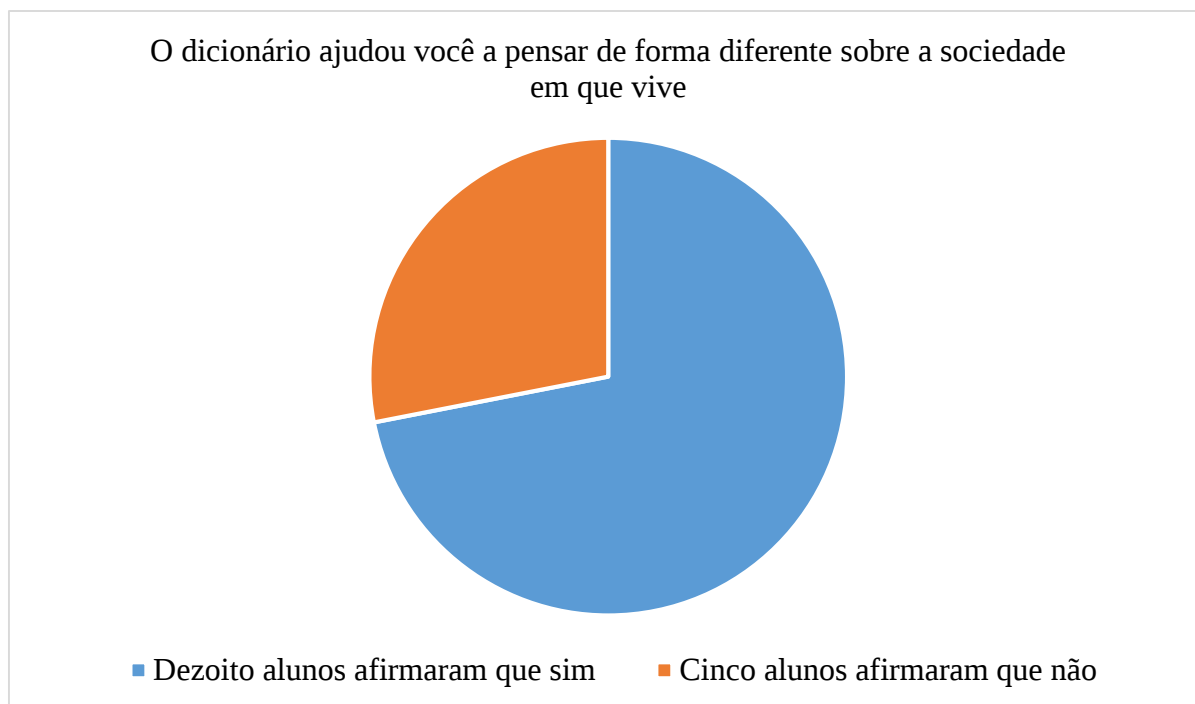
Por outro lado, a parcela dos alunos que afirmou não ter compreendido os verbetes pode indicar limites relacionados às condições materiais, culturais e pedagógicas em que o conteúdo foi apresentado, uma vez que a interpretação dos conceitos depende das formas de mediação didática e das experiências prévias dos sujeitos.

À luz da perspectiva marxista, essa dificuldade pode ser compreendida também em relação aos processos de alienação presentes na vida cotidiana, que influenciam a forma como os indivíduos interpretam e se apropriam do conhecimento. Destaca-se ainda que o tempo reduzido para a apresentação, leitura e interpretação dos verbetes pode ter influenciado as respostas dos alunos, constituindo um fator relevante para a análise dos resultados.

O próximo gráfico apresenta a percepção dos alunos sobre a influência do dicionário na forma como pensam sobre a sociedade em que vivem. A investigação buscou compreender se

a utilização desse recurso contribuiu para ampliar a reflexão crítica dos estudantes acerca do contexto social ao seu redor. Sendo assim, os dados a seguir indicam a proporção de alunos que sentiram ou não que o dicionário provocou uma mudança em sua compreensão da sociedade.

Gráfico 7 - O dicionário ajudou você a pensar de forma diferente sobre a sociedade em que vive?



Fonte: Elaboração a partir dos dados obtidos por pesquisa da autora.

Observa-se que, ao questionar os alunos sobre se algum verbete do dicionário, possibilitando-os a refletir sobre sua realidade, a escola ou a família, a maioria respondeu afirmativamente, embora não tenha indicado quais verbetes. Esses resultados indicam que o dicionário foi percebido como um recurso útil para estimular a reflexão sobre a sociedade em que vivem.

Embora os dados não especifiquem recomendações ou efeitos de longo prazo, é possível inferir que o uso de instrumentos como o dicionário pode contribuir para uma prática educativa mais crítica, na qual os estudantes passam a compreender melhor seu contexto social e as diferentes formas de poder e desigualdade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto e considerando o objetivo geral do trabalho - construir um dicionário básico de categorias marxistas para jovens do ensino médio, com o intuito de promover o engajamento social e o pensamento crítico, pode-se inferir que a elaboração desse instrumento reafirma a importância de fortalecer o ensino crítico da Sociologia na Educação Básica.

Essa necessidade torna-se ainda mais evidente em sociedades historicamente marcadas pela colonização, que favoreceram o surgimento e a manutenção das desigualdades sociais, os conflitos territoriais e a consolidação de um capitalismo periférico caracterizado pela intensa exploração de recursos naturais e da força de trabalho.

Nesse contexto, o dicionário propõe a introdução da teoria marxista de forma acessível, crítica e contextualizada, permitindo que os estudantes desenvolvam uma leitura crítica da realidade e compreendam as contradições do capitalismo presentes no cotidiano, além de identificar as diferentes formas de dominação existentes nas estruturas sociais.

Em suma, o primeiro objetivo específico permitiu compreender a consolidação da sociedade capitalista por meio do materialismo histórico dialético, evidenciando que os modos de produção são resultados de processos históricos marcados pela relação entre o homem e a natureza. Essa relação constitui a base material, determinando toda forma de sociabilidade do ser humano como ser social.

Nas sociedades pré-capitalistas, o metabolismo social homem/natureza era direto: o trabalho humano interagiu com as condições naturais, e o homem retirava da natureza apenas o necessário para sua subsistência, de forma coletiva, sem pensar na acumulação de riquezas. Com o surgimento do excedente de produção, passaram a existir produtos além da subsistência, apropriados pelo senhor.

Assim, a relação entre homem e natureza tornou-se mediada pelo trabalho forçado, e a força de trabalho do homem passou a ser apropriada por outro. Esse fator foi determinante para o estabelecimento das sociedades de classes, pois a apropriação desigual permitiu a existência e a manutenção de uma classe dominante.

O estudo sobre a historicidade material da sociedade permitiu compreender a organização social, econômica e cultural desde as sociedades primitivas até as sociedades capitalistas, além de refletir sobre uma possível sociedade pós-capitalista, visando a superação do capitalismo, o fim da alienação e a construção de uma sociedade comunista.

Com o surgimento do capitalismo, ocorreu uma ruptura metabólica entre o homem e a natureza: a natureza, que antes era de uso comum, passou a ser apropriada por indivíduos privados, intensificando a exploração dos recursos naturais e da força de trabalho humana. Essa nova configuração social e econômica consolidou uma divisão social do trabalho em que o homem, antes proprietário dos meios de produção, passou a vender sua força de trabalho.

A análise da historicidade revela que a educação, desde a sociedade primitiva, desempenhava um papel central na formação dos indivíduos. Nas sociedades pré-capitalistas, o processo educativo ocorria de forma informal, por meio da observação, e tinha como objetivo a sobrevivência.

Sob a ótica marxista, a educação nas sociedades capitalistas integra a superestrutura e cumpre funções duplas: por um lado, reproduz práticas pedagógicas que atendem aos interesses da classe dominante; por outro, pode promover práticas transformadoras voltadas para a emancipação humana, quando orientada por uma concepção crítica da realidade.

Diante disso, o segundo objetivo específico visa estimular os sujeitos amazônicos a interpretar a sociedade em que vivem a partir do pensamento marxista, promovendo o conhecimento crítico sobre seu território e as transformações socioambientais. Para isso, foi relevante resgatar a história do surgimento do município em que esses sujeitos estão inseridos.

As buscas bibliográficas indicaram que a formação do município está vinculada à lógica do capital e atende a interesses globais. O município surgiu a partir de dois grandes projetos: a Rodovia Transamazônica e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que resultaram na reconfiguração do território, marcada por desapropriações e deslocamentos dos povos originários, destruição da natureza e expansão do agronegócio. Esses processos determinaram uma nova organização social, econômica e cultural na região.

Dessa forma, a escola emerge como um espaço atravessado por desigualdades, conflitos e relações de poder. O estudante amazônico, ao interpretar esse território a partir dos conceitos de Karl Marx, poderá compreender esses processos históricos e intervir nas transformações socioambientais, adotando práticas emancipadoras e defendendo uma sociedade mais justa, além de um meio ambiente protegido das pressões do capitalismo.

Ao avaliar o terceiro objetivo, que consistiu na aplicação do dicionário para o ensino da crítica marxista sobre a sociedade capitalista, especialmente entre sujeitos que vivem em territórios amazônicos, constatou-se a existência de grandes desafios. Eles envolveram desde a escolha dos verbetes, buscando criar um dicionário que atendesse às especificidades dos jovens amazônicos, até a elaboração do material conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), as competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as competências do

Documento Curricular do Estado do Pará (DCE/PA). Dessa forma, o dicionário foi construído com uma linguagem acessível, conectando os conceitos ao cotidiano dos estudantes, com exemplos e expressões que retratam a vida social, econômica e territorial da Amazônia. O material também contextualiza a sociedade capitalista nos âmbitos local, nacional e global, revelando suas origens e as formas como suas contradições se manifestam na sociedade atual.

Nesse contexto, durante a aplicação do dicionário, surgiram diversos desafios que podem ter influenciado os resultados e análises obtidos. Um dos principais foi o tempo disponível para apresentação e aplicação do dicionário e do formulário: seriam necessários períodos maiores, mas as atividades ocorreram apenas em duas semanas, devido à disponibilidade das turmas.

Foi possível aplicar o material apenas na turma 1ª EJA, pois havia horários vagos. Esse cenário reflete, também, a presença da ideologia dominante no ambiente escolar, já que a coordenação pedagógica e alguns professores não reconheceram a importância do trabalho acadêmico. Além disso, a turma de jovens e adultos é composta por estudantes que conciliam atividades laborais com os estudos. Muitos relataram estar cansados após longo dia de trabalho, o que dificultou uma análise mais precisa das respostas. Esses desafios evidenciam como as características da sociedade capitalista influenciam e moldam as práticas escolares, afetando tanto o tempo quanto a dedicação dos estudantes.

Logo, retornando ao último objetivo específico, afirma-se que o dicionário pode contribuir para a formação da consciência crítica sobre os processos de exploração e dominação existentes na sociedade capitalista, marcada pelo predomínio do modo de produção capitalista. A escola apresenta duas percepções de educação.

Por um lado, a coordenação pedagógica demonstra ser autoritária. Uma vez que, a ação autoritária corrobora para a manutenção da ideologia da classe dominante e influencia diretamente os comportamentos dos estudantes. Por outro lado, o uso de instrumentos pedagógicos como o dicionário permite à escola exercer práticas pedagógicas transformadoras, especialmente em ambientes com indivíduos de diferentes idades, como as turmas de jovens e adultos. O dicionário se torna, assim, um instrumento de compreensão e transformação da realidade, possibilitando que o ensino vá além da imposição, descrição e repetição, promovendo a participação ativa e crítica dos estudantes.

A escola, quando adota uma percepção de educação bancária, contribui para a manutenção do capitalismo periférico, como ocorre no município de Novo Repartimento. A maioria dos participantes da pesquisa são trabalhadores que vivem na informalidade. Os poucos que possuem empregos formais recebem salários que apenas garantem sua sobrevivência.

Esses jovens vivem em condições de superexploração e vulnerabilidade, especialmente os grupos historicamente subalternizados, como negros e mulheres. Assim, constata-se que o dicionário é relevante para o ensino de Sociologia, pois, apesar da predominância da ideologia dominante, a maioria dos alunos destacou que o material contribuiu tanto para sua formação pessoal como para a formação profissional, e afirmaram que o recomendariam aos amigos.

Portanto, diante da complexidade dos conceitos sociológicos e de sua importância para a formação crítica, o dicionário básico de categorias marxistas, voltado para o Ensino Médio, torna-se uma estratégia valiosa para os estudantes na construção do conhecimento, fortalecendo sua capacidade de analisar a sociedade e atuar como transformadores. Esse instrumento pedagógico permite aos alunos desenvolver habilidades e competências próprias do pensamento crítico, compreendendo as dinâmicas das classes sociais, analisando as desigualdades e questionando a ideologia dominante, consolidando-se como uma ferramenta indispensável para o ensino de Sociologia e para a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERENCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Trad. Joaquim Jose de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1974.

ARAUJO, R. W. Transformações na territorialidade indígena parakanã. **XXXV Encontro Estadual de Geografia: “A diversidade da Geografia e a Geografia da Diversidade nas Primeiras Décadas do Século VVI”**. Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018. Disponível em: <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/EEG/article/view/10463/6673>. Acesso em 08 de setembro de 2025.

ANDERSON, P. “L’État absolutiste I – l’europe de l’ouest”. In. Pinsky, J. **Modos de produção na antiguidade**. São Paulo: Global, 1982, p. 99-111.

BARBOSA, C. **Professores na obra O capital**: fundamentos da concepção dialética da educação. Maringá: Viseu, 2024a.

_____. “Uma crítica à teoria da economia política de William Jevons: as implicações teóricas na ciência e no ensino”. In. Dickmann, I. (Org.). **Rosa dos ventos**. Vol. 1. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2024b, p. 52-76.

BRAGA, M. M. M. BR 230: “**Nordestinos na rota transamazônica (1970-1974)**”. Disponível em <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856587bfc19d46d3614fb5e3fc2ce6743a62e1.pdf>. Acesso em 08 de setembro de 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de Antropologia Política. 5ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

COLETTI, E. S. **Reflexões sobre o pensamento educacional de Marx e Engels**. 1ª ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2025.

COSTA, R. de N. L. da; NASCIMENTO, A. S.; SILVA, K. “**A transformação histórica do território e o reinventar dos Parakanã do Tocantins**”. ETHNOSCIENTIA – ano 2007, número 03 - 2022 - [ISSN: 2448-1998]. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=rm&ogbl#sent/KtbxLvCDZBbjHzPXjDvVqGdJKNLsdDxMg?projector=1&messagePartId=0.1>. Acesso em 08 de setembro de 2025.

PARÁ. **Documento Curricular do Estado do Pará – Etapa Ensino Médio**. Volume II. Belém: SEDUC-PA, 2021.

ENGELS, F. “Origem da família, da propriedade privada e do Estado”. In. Marx & Engels. **Obras escolhidas em três tomos**. Tomo III. Lisboa: Avante, 1985, p. 213-377.

FERNANDES, F. **A função da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Globo, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 22ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Folha de São Paulo. São Paulo, 1970. Disponível em <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em 08 de setembro de 2025.

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA. **Relatório dos Perfis Econômicos Vocacionais dos Municípios Paraenses 2024** - Novo Repartimento, Região de Integração Lago de Tucuruí – Organização: Instituto Ágata, Belém – PA disponível em https://pevpa.fapespa.pa.gov.br/Revistas_2024/LAGODETUCURUI/PEV2024_LAGOTUCURUI_NOVOREPARTIMENTO.pdf Acesso em 08 de janeiro de 2026.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

HERRERA J. A.; MOREIRA, R. P.; BEZERRA, T. S. L. “A Amazônia: expansão do capital e Apropriação dos recursos naturais”. In. **Revista Brasileira De Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12 n. 2 (2016). Disponível em <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2319>. Acesso em 08 de setembro de 2025.

LOPES, A. de P. C. **Sociologia da Educação**. Teresina: EDUFPI/CEAD/UFPI, 2010.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MANACORDA, M. A. **História da Educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2007.

MARX, K. “Instruções para os delegados do Conselho Geral provisório. As questões gerais”. In. MARX, K & ENGELS, F. **Obras escolhidas em três tomos**. Tomo II. Lisboa: Avante, 1983, p. 79-88.

_____. *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858*: esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I. **O processo de produção do capital**. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro II. **O processo de circulação do capital**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro III. **O processo global da produção capitalista**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. “Carta de Marx a Kugelmann”. In. MARX, K & ENGELS, F. **Obras escolhidas em três tomos**. Tomo II, Lisboa: Avante, 1983, p. 455-456.

_____. “Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório. As diferentes questões”. In: MARX, Karl; ENGELS, F. **Obras escolhidas em três tomos**. Tomo II. Lisboa: Avante, 1983. p. 79-88.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K & ENGELS, F. **O manifesto Comunista**. Tradução: Maria Lúcia Como. 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

MAUSS, M. “Ensaio sobre a dádiva”. In. Idem. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: COSAC NAIFY, 2023a, p. 47-181.

NETTO, J. P. e BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo SP: Cortez, 2008.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo SP: Expressão popular, 2011.

PEREIRA, J. C. M. “Cidade e hidrelétrica na Amazônia brasileira: espaço e memória entre o “velho” e o “novo” Repartimento (Pará)” In. **Novos Cadernos NAEA**. V. 25, n. 2, 2022. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/10535>. Acesso em 08 de setembro de 2025.

SAES, D. **A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, M. O retorno do território. En: **OSAL: Observatório Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun.2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, et. al. **Marx e a escola** – o lugar da escola na perspectiva marxista da educação. Revista Aracê. São José dos Pinhais, v.7, n.1, p.4460-4487, 2025

SOUZA, et. al. **Manual de orientações para projetos de pesquisa**. Novo Hamburgo: FESLSVC, 2013.

TOMAZI, N. D. **Pressupostos e origem da Sociologia. Curso de Especialização em ensino de Sociologia**: nível médio: módulo 2. – Cuiabá, MT: Central de texto, Vários autores, 2013.

TRINDADE, J. R. B. e FERRAZ, L. P. “Acumulação por espoliação e atividade agropecuária na Amazônia brasileira”. In. **Revista da sociedade brasileira de economia política**, 2023 disponível em <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/1051>. Acesso em 08 de setembro de 2025.

APÊNDICE

Questionário para Aplicação do Produto

1) Identificação do pesquisado: _____

2) Idade: _____

3) Trabalha:

☐ Sim

☐ Não

4) Caso sim, qual é a remuneração?

☐ Menos de um salário mínimo

☐ Entre 1 e 2 salários mínimos

☐ Mais de 2 salários mínimos

5) Trabalha com carteira assinada:

☐ Sim

☐ Não

6) Onde trabalha:

☐ Supermercado

☐ Lojas

☐ Bancos

☐ Autônomo

☐ Outros (especifique): _____

7) Com que frequência você utiliza dicionários (impresso ou online)?

☐ Diariamente

☐ Algumas vezes por semana

☐ Algumas vezes por mês

☐ Raramente

☐ Nunca

8) Quais características você considera mais importantes em um bom dicionário?

(Pode marcar mais de uma opção ou descrever)

☐ Clareza nas definições

☐ Exemplos nos verbetes

☐ Etimologia

☐ Informações gramaticais

☐ Organização

☐ Atualização constante

☐ Abrangência de vocabulário

☐ Facilidade na linguagem utilizada

☐ Outro (especifique): _____

9) Qual foi sua primeira impressão geral do dicionário?

☐ Muito positiva

☐ Positiva

☐ Neutra

- ☐ Negativa
- ☐ Muito negativa

Comentários:

10) Avalie o dicionário usando a escala de 1 (Ruim) a 5 (Excelente) quanto à facilidade de uso:

- 1 Ruim ☐
- 2 Regular ☐
- 3 Bom ☐
- 4 Ótimo ☐
- 5 Excelente ☐

Comentários:

11) As definições e informações contidas no dicionário foram úteis para você?

- ☐ Sim, totalmente relevante e útil
- ☐ Em grande parte relevante e útil
- ☐ Razoavelmente relevante e útil
- ☐ Pouco relevante ou útil
- ☐ Não relevante ou útil

Comentários:

12) Os verbetes são fáceis de entender?

- 1 ☐
- 2 ☐
- 3 ☐
- 4 ☐
- 5 ☐

Comentários:

13) O que achou dos recursos adicionais?

- ☐ Sim, e são muito úteis
- ☐ Sim, são úteis
- ☐ Sim, mas poderiam ser melhores
- ☐ Poucos recursos ou não foram úteis
- ☐ Não gostei dos recursos adicionais

Comentários:

14) O que você mais gostou no dicionário?

Comentários:

15) O que você acha que precisa melhorar ou poderia ser diferente?

Seja o mais específico possível.

16) Você recomendaria este dicionário a um colega ou amigo?

- ☐ Definitivamente não recomendaria
- ☐ Talvez
- ☐ Definitivamente recomendaria

17) Você acha que o dicionário contribuiu e/ou contribuirá para a sua formação profissional?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Comentários:

18) Você acha que o dicionário contribuiu para a sua formação pessoal?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Comentários:

19) Você tem alguma sugestão de acréscimo ao dicionário?

- ☐ Não
- ☐ Sim

Qual(is):

20) Você conseguiu entender o significado dos conceitos apresentados no dicionário?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Comentários:

21) O dicionário ajudou você a pensar de forma diferente sobre a sociedade em que vive?

- ☐ Sim
- ☐ Não

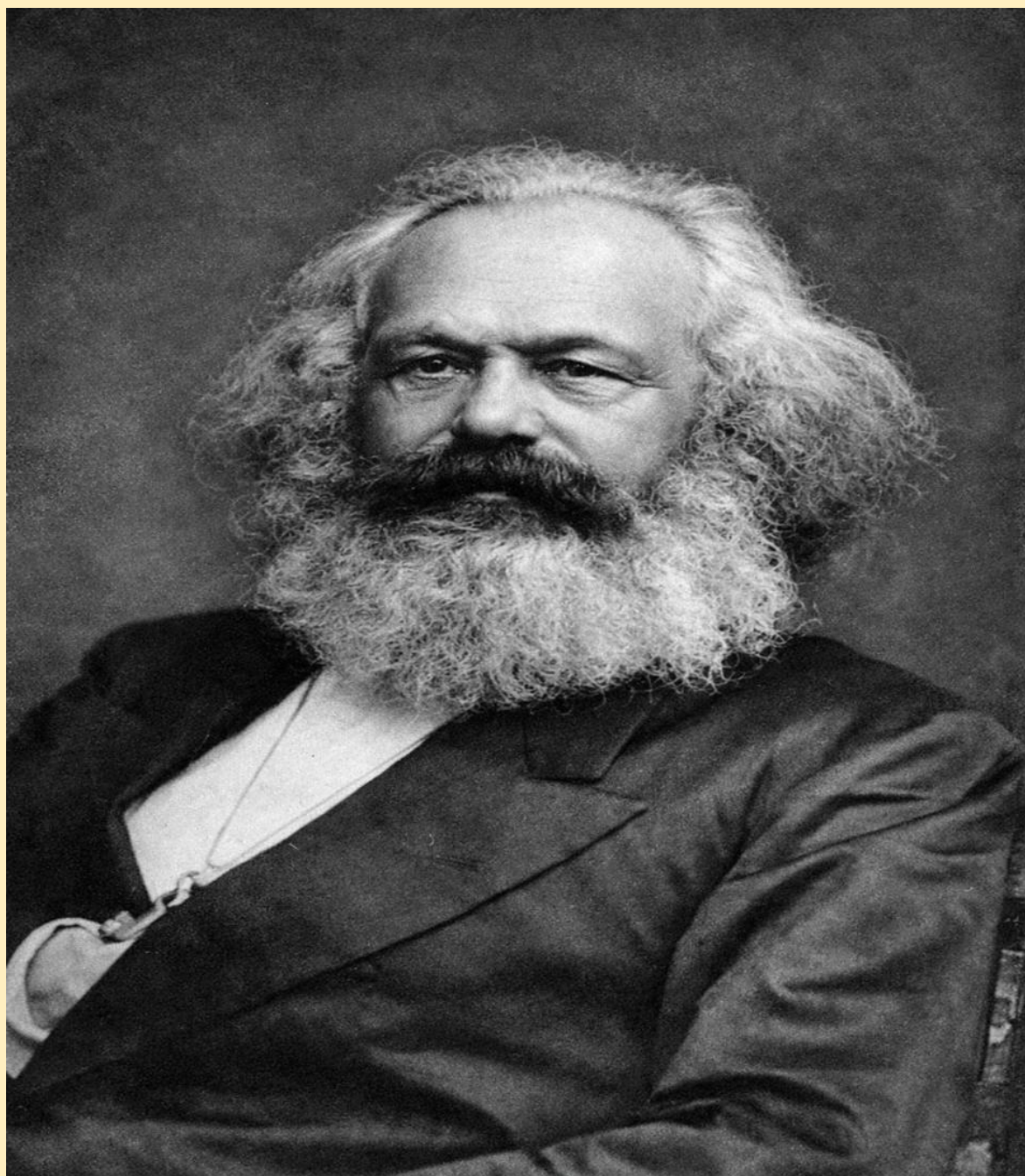
Comentários:

22) Algum verbete contido no dicionário fez você refletir sobre sua realidade, sua escola ou sua família?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Comentários:

***DICIONÁRIO BÁSICO MARXISTA PARA O
ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO***



Marabá-Pará

2026

FICHA TÉCNICA

AUTORA: Rosana da Conceição da Silva

ORIENTAÇÃO: Prof.^o Dr.^o Cloves Barbosa

DIGITAÇÃO E FORMATAÇÃO: Rosana da Conceição da Silva

COORD. DO PROFSOCIO NA UNIFESSPA: Prof. Dr. Armando Wilson Tafner Júnior

APOIO: CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

APRESENTAÇÃO

A partir do século XVIII, ocorreram grandes transformações sociais, econômicas e políticas decorrentes da Revolução Industrial e da Revolução Burguesa, que marcaram profundas mudanças estruturais na sociedade, como a consolidação do capitalismo, a urbanização acelerada e a crescente divisão do trabalho, gerando diversos problemas sociais. Essas mudanças criaram condições para o desenvolvimento das Ciências Sociais, voltadas a explicar a nova sociedade que estava surgindo com base na análise científica.

Nesta conjuntura, a nova ciência buscou compreender as formas de organização e os conflitos que emergiam. Para Netto (2011), a construção da teoria social de Marx contribuiu para a consolidação da Sociologia como ciência, ao propor uma análise materialista da história, na qual as condições econômicas são determinantes para a estruturação da sociedade.

Juntamente com Friedrich Engels, Marx explicou o funcionamento do capitalismo, apontando suas contradições internas, como a exploração da força de trabalho, as lutas de classe e a alienação do trabalhador, consolidando a Sociologia enquanto ciência crítica e fornecendo instrumentos teóricos fundamentais para compreender a sociedade atual.

Neste dicionário, são apresentados conceitos do pensamento marxista capazes de despertar, nos estudantes do ensino médio, a consciência sobre as contradições existentes nas relações sociais de produção. Assim, eles poderão desenvolver uma compreensão mais profunda das condições materiais e das estruturas de poder que sustentam as desigualdades sociais, além de refletir sobre possíveis ações transformadoras.

Desse modo, a proposta do dicionário é fornecer um subsídio didático extra, que estimule os jovens a realizar debates, diálogos e reflexões acerca dos verbetes apresentados, permitindo explorar diversos conteúdos de Sociologia, de modo a desenvolver autonomia intelectual e protagonismo juvenil nas diversas situações de sua vida social.

A ideia de produzir um dicionário didático surgiu como uma das exigências do Mestrado Profissional em Ensino de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO, ofertado pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e pela instituição associada Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

A orientação deste estudo foi do Prof. Dr. Cloves Barbosa, cuja experiência e dedicação contribuíram para que os objetivos fossem alcançados e todos os obstáculos

superados, resultando em um trabalho acessível aos alunos do Ensino Médio, na disciplina de Sociologia.

No dicionário, os leitores encontrarão uma breve história de Karl Marx, destacando os principais momentos de sua vida, suas obras mais influentes e o impacto de suas ideias na filosofia, na economia, na política moderna e na compreensão da sociedade capitalista.

Em seguida, estão os verbetes em ordem alfabética, produzidos com base na pesquisa bibliográfica de obras de Karl Marx e Friedrich Engels, bem como de Paulo José Netto (2011), Paulo José Netto e Marcelo Braz (2007), além de análises da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento Curricular do Estado do Pará (DCE/PA).

Após a formulação, os verbetes foram apreciados e avaliados por alunos da turma de 1ª EJA, anexo I, da Escola Papa Paulo VI, localizada na zona urbana do município de Novo Repartimento/Pará, por meio de leitura e aplicação de formulário com perguntas abertas e fechadas.

O dicionário também contém recursos adicionais, como um glossário resumido, no qual cada conceito é explicado de maneira clara e objetiva, servindo como instrumento de referência imediata e facilitando a leitura e o entendimento do texto principal. Por fim, são apresentadas sugestões de filmes e livros para ampliar os conhecimentos dos jovens estudantes acerca do pensamento marxista.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
1.1 Karl Marx	6
2 VERBETES EM ORDEM ALFABÉTICA.....	8
3 GLOSSÁRIO RESUMIDO.....	22
4 SUGESTÕES DE FILMES SOBRE A TEMÁTICA.....	25
5 SUGESTÕES DE LEITURAS PARA AMPLIAR OS CONHECIMENTOS.....	27
6 CONCLUSÃO.....	28
7 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	29

1 INTRODUÇÃO

Um dicionário, na perspectiva marxista, é um recurso crucial para a formação dos estudantes do Ensino Médio, oferecendo ferramentas conceituais e metodológicas para compreender e atuar no mundo social, promovendo reflexão crítica e incentivando a participação ativa nos diferentes segmentos da sociedade.

O dicionário pretende servir como um guia sucinto para a compreensão dos conceitos básicos do pensamento de Marx, facilitando a análise da sociedade contemporânea. Os verbetes contidos nele são apresentados de maneira acessível, com linguagem que favorece a interpretação da teoria marxista.

1.1 Karl Marx

Karl Heinrich Marx nasceu em 5 de maio de 1818, em Tréveris, uma cidade da Renânia, que vivia sob o domínio da Prússia, então parte do território que viria a formar a Alemanha. Marx nasceu em uma família de classe média, descendente de rabinos, sendo o terceiro de nove filhos. Desde cedo, recebeu forte influência de seu pai, a quem admirava e com quem mantinha diálogos filosóficos.

Trabalhou como jornalista, destacando-se no jornal *Gazeta da Renânia*, que defendia ideias liberais e acabou sendo censurado e fechado. Durante sua atuação jornalística, conheceu Friedrich Engels, com quem publicou, em 1848, o *Manifesto Comunista*, às vésperas da Revolução de 1848 na Europa, conhecida como “Primavera dos Povos”. Na obra, Marx e Engels criticam duramente o capitalismo, apresentam a história do movimento operário e enfatizam a necessidade da união da classe trabalhadora.

Marx casou-se com Jenny von Westphalen, filha de um barão, com quem teve sete filhos, dos quais apenas três sobreviveram. Também teve um filho com Helena Demuth, militante socialista e empregada doméstica da família.

Em 1846, Marx e Engels publicaram *A Ideologia Alemã*, obra que aborda os conceitos do materialismo histórico-dialético e apresenta críticas contundentes ao pensamento de Hegel e aos idealistas alemães. Após ser expulso de seu país por suas atividades políticas, Marx mudou-se para Paris, onde escreveu diversos artigos para o jornal *Anais Franco-Alemães*, publicado por seu amigo Arnold Ruge, defendendo pautas como a democracia. Junto com Ruge, fundou a revista *Anuário Franco-Alemão*, que também foi censurada e fechada.

A pedido da Alemanha, Marx foi expulso da França e da Bélgica, passando posteriormente a morar em Londres, onde realizou análises críticas sobre a sociedade industrial, associou-se à sociedades comunistas e a movimentos de trabalhadores, consolidando-se como revolucionário.

Em 1867, Marx publicou o primeiro volume de sua obra mais importante, *O Capital*, que se tornaria uma trilogia. Nela, ele analisa criticamente o capitalismo, suas contradições e mecanismos de exploração, provocando uma revolução na maneira de pensar a história e a economia.

Ao longo de suas obras, Marx abordou conceitos filosóficos, econômicos e históricos, consolidando-se como referência para uma análise crítica da sociedade contemporânea, enfatizando a divisão de classes, a exploração da classe trabalhadora pelos detentores dos meios de produção, a ideologia dominante e a alienação social.

2 VERBETES EM ORDEM ALFABÉTICA

❖ **Acumulação capitalista:** corresponde à reprodução ampliada do capital. No pensamento marxista, a acumulação não se refere apenas ao acúmulo de riqueza, mas ao processo próprio do modo de produção capitalista em que o capital se expande continuamente. Em sua essência, a acumulação ocorre por meio da reinversão da mais-valia (ou mais-valor), isto é, quando parte do valor produzido pelos trabalhadores e apropriado pelo capitalista não é totalmente consumida, sendo utilizada para adquirir novos meios de produção (máquinas e matérias-primas) e contratar mais força de trabalho. Esse processo gera nova produção de mais-valia e sustenta a exploração do trabalho, constituindo um dos motores fundamentais do capitalismo. A busca permanente pela ampliação da mais-valia impulsiona a expansão da produção, intensifica a concorrência entre os capitalistas e contribui para o aumento das desigualdades sociais, com a crescente concentração da riqueza nas mãos de poucos.

❖ **Acumulação primitiva:** refere-se ao processo histórico que antecede o desenvolvimento do capitalismo. Trata-se de um conceito elaborado por Karl Marx para explicar a origem desse modo de produção, marcado pela separação do trabalhador dos meios de produção. Na sociedade mercantil simples, a produção estava organizada segundo a fórmula $M - D - M$ (mercadoria–dinheiro–mercadoria), em que a troca visava à satisfação de necessidades por meio do valor de uso e do valor de troca. Com o desenvolvimento do capitalismo, essa lógica transforma-se em $D - M - D'$ (dinheiro–mercadoria–mais dinheiro), quando a produção passa a ter como objetivo a valorização do capital. Nesse processo, o capitalista compra mercadorias e força de trabalho para produzir mais valor, extraíndo a mais-valia no processo produtivo. Marx apresenta como exemplo histórico o caso da Inglaterra, onde a acumulação primitiva envolveu: (1) a expulsão e perseguição de camponeses de suas terras; (2) a apropriação de bens da Igreja, contribuindo para a formação de grandes propriedades privadas; e (3) o uso da dívida pública e de bens estatais em benefício privado.

❖ **Alienação:** significa tornar algo alheio a alguém ou o ato de transferir o domínio de algo para outra pessoa. No pensamento marxista, alienação refere-se ao processo pelo qual o trabalhador se torna desconectado do produto de seu trabalho, de sua própria atividade produtiva, dos outros trabalhadores e de sua própria essência humana. Karl Marx analisou esse fenômeno ao explicar a separação do trabalhador em relação aos bens

que produz, de modo que ele não se reconhece no produto criado, tornando-se estranho a si mesmo, aos outros e ao meio social. Nesse sentido, podem-se destacar três aspectos fundamentais da alienação: (1) em relação ao produto do trabalho, que aparece como algo alheio ao trabalhador; (2) no processo de produção, quando o trabalhador se torna estranho à própria atividade que realiza; e (3) na existência humana, quando o indivíduo deixa de se realizar plenamente como ser humano, passando a trabalhar apenas para garantir sua sobrevivência.

❖ **Burguesia:** é a classe social que reúne os indivíduos que detêm os meios de produção e o capital, como dinheiro, grandes propriedades de terra e os meios necessários à produção de mercadorias, característica central da sociedade capitalista. Historicamente, a burguesia surge na Europa Ocidental, a partir do século XI, durante o processo de transição da Idade Média para a Idade Moderna, em meio à crise do feudalismo. Nesse período, desenvolveram-se pequenas cidades ao redor dos feudos, chamadas de burgos, onde viviam comerciantes e artesãos, posteriormente denominados burgueses. Com a expansão das trocas comerciais e o fortalecimento das atividades mercantis, esse grupo acumulou riqueza e poder econômico, contribuindo para o enfraquecimento da ordem feudal e para o surgimento de uma nova classe dominante, que, associada ao Estado moderno, passou a defender interesses ligados à consolidação do capitalismo.

❖ **Capital financeiro:** refere-se aos recursos monetários disponíveis para investimentos, empréstimos e operações financeiras. No capitalismo, o movimento geral do capital pode ser representado pela fórmula $D - M$ (meios de produção + força de trabalho) – D' , na qual uma determinada quantidade de dinheiro é investida na compra de mercadorias e retorna ao seu proprietário acrescida de um valor maior. Esse acréscimo resulta do processo produtivo, no qual os meios de produção somente se tornam efetivos por meio da ação da força de trabalho. No capital financeiro, os proprietários do dinheiro emprestam recursos aos capitalistas industriais ou produtivos, que organizam a produção e estabelecem a relação de trabalho com os trabalhadores. Os financiadores, por sua vez, recebem juros ou rendimentos decorrentes desse processo, garantidos por contratos financeiros. Em determinadas situações, esses títulos financeiros passam a ser comprados e vendidos nos mercados financeiros, representando expectativas de ganhos futuros relacionados a mercadorias que ainda não foram produzidas. Por essa razão, parte do

capital assume a forma de capital fictício, isto é, valores que existem como expectativa de valorização futura e não como riqueza já produzida.

❖ **Capitalismo:** é um sistema econômico e social, também denominado modo de produção capitalista, baseado na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado. Nesse sistema, os trabalhadores, proprietários apenas de sua força de trabalho, vendem-na em troca de salário, enquanto a produção está orientada pela busca do lucro e pela acumulação de capital. O capitalismo surgiu na Europa Ocidental durante a transição da Idade Média para a Idade Moderna, em meio às transformações econômicas, sociais e políticas que marcaram esse período histórico. Para Karl Marx, o capitalismo vai além de um sistema econômico, constituindo-se como um modo de produção marcado por relações sociais de dominação e exploração. Nesse contexto, a sociedade encontra-se dividida em classes sociais antagônicas, principalmente a burguesia, detentora dos meios de produção, e o proletariado, que vende sua força de trabalho. A produção da mais-valia, resultante da exploração do trabalho, possibilita a acumulação de riqueza, ao mesmo tempo em que contribui para a ampliação das desigualdades sociais. Assim, a concentração dos meios de produção em poucas mãos, associada ao constante desenvolvimento técnico, tende a produzir crises econômicas e sociais recorrentes, como o desemprego, a precarização do trabalho e a pobreza em amplos setores da sociedade.

❖ **Classes sociais:** são agrupamentos de indivíduos que compartilham condições semelhantes de vida, trabalho e interesses sociais. No pensamento marxista, a sociedade capitalista é marcada pela existência de duas classes sociais fundamentais e antagônicas: a burguesia, proprietária dos meios de produção, e o proletariado, composto pelos trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salário. Essas classes mantêm uma relação conflituosa, pois possuem interesses contraditórios e ocupam posições opostas no processo de produção. Nesse contexto, a burguesia busca criar e manter mecanismos econômicos, políticos e ideológicos que contribuam para a preservação de sua posição dominante na sociedade.

❖ **Comunismo:** deriva do latim *communis*, que significa aquilo que pertence a todos. Trata-se de uma corrente política e social revolucionária que ganhou força no século XIX, na Europa, defendendo a construção de uma sociedade igualitária, sem classes sociais e sem Estado, na qual a propriedade privada dos meios de produção é superada. Karl Marx e Friedrich Engels não inventaram o comunismo, mas se identificaram com essa tradição

de pensamento e a reformularam a partir de uma análise crítica da sociedade capitalista. Para eles, o comunismo representa um projeto histórico de superação da exploração e da dominação social, no qual os trabalhadores participam coletivamente das decisões sobre a produção e a distribuição da riqueza social. Nessa perspectiva, cada indivíduo contribui com suas capacidades e habilidades e recebe da coletividade aquilo que necessita para viver, em uma sociedade orientada pela cooperação social.

❖ **Consciência de classe:** refere-se ao processo pelo qual os indivíduos reconhecem sua posição social, seus interesses comuns e passam a se organizar coletivamente para a defesa de seus direitos, por meio de associações políticas, como sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais. Para Marx, a consciência de classe desenvolve-se quando os indivíduos compreendem as diferenças de interesses existentes entre as classes sociais e passam a agir politicamente em defesa de seus interesses coletivos. Nesse processo, constrói-se uma identidade social comum, na qual os indivíduos se reconhecem como pertencentes à classe em que estão inseridos na sociedade, buscando a união e a transformação das relações sociais marcadas pela exploração e pela dominação.

❖ **Contradição** - refere-se às relações de oposição existentes entre grupos ou frações sociais com interesses distintos. Essa situação gera tensões internas, nas quais elementos opostos coexistem dentro de um mesmo sistema e, ao entrarem em conflito, produzem transformações sociais. A contradição constitui uma categoria central da lógica dialética. Na teoria marxista, o desenvolvimento do capitalismo é marcado pela presença de múltiplas contradições, que podem assumir caráter antagônico, especialmente entre as classes fundamentais do modo de produção. As mudanças sociais e o movimento da história são compreendidos como resultados dessas contradições. Para Marx, a principal contradição da sociedade capitalista ocorre entre o capital, representado pelos proprietários dos meios de produção, e o trabalho, representado pelo proletariado, que vende sua força de trabalho em troca de salário.

❖ **Dialética:** trata-se de um conceito filosófico que se refere a uma técnica de argumentação e raciocínio que busca a verdade por meio da troca de ideias e da resolução de contradições e antagonismos. Marx distinguiu-se de Hegel ao formular a dialética materialista. Hegel era idealista, isto é, procurava explicar a realidade a partir das ideias, concebendo o movimento da ideia como responsável pelo movimento da realidade. Ao contrário, Marx concebe o movimento da realidade material como ponto privilegiado de partida e como elemento provocador das mudanças tanto na própria realidade quanto

nas ideias (filosofia, ciência, literatura, artes e ideologias). No campo marxista, a dialética constitui um método de pesquisa que conduz o indivíduo ao conhecimento teórico por meio da análise do concreto em sua realidade concreta, de forma lógica e crítica, demonstrando o caráter científico da investigação. O sujeito parte daquilo que é imediatamente perceptível e busca alcançar a essência dos fenômenos, desnaturalizando os problemas existentes na sociedade. Assim, a dialética ultrapassa o plano do que é visível, relacionando aparência e essência. Pode-se citar, como exemplo, a dialética da natureza, constantemente modificada pelas ações humanas, mas que, ao mesmo tempo, impõe limites e condições a essas transformações, gerando contradições. De um lado, o capitalista busca incessantemente expandir seus lucros por meio da exploração dos recursos naturais; de outro, a sobre-exploração desses recursos pode levar à destruição ambiental, afetando a própria continuidade do sistema capitalista.

❖ **Dinheiro:** é uma mercadoria que facilita a realização das relações de troca entre as demais mercadorias. Na sociedade capitalista, o dinheiro exerce três funções fundamentais: (1) unidade de medida do valor das mercadorias, expressa na relação entre valor e preço; (2) meio de troca, atuando como equivalente geral; e (3) reserva de valor, possibilitando o entesouramento. O dinheiro, enquanto equivalente geral, representa uma determinada quantidade de valor socialmente produzido e, no capitalismo, adquire relativa autonomia, aparentando possuir vida própria. Nesse processo, torna-se a forma mais fetichizada da mercadoria, pois as relações sociais entre as pessoas passam a se apresentar como relações entre coisas mediadas pelo dinheiro. A distinção entre mercadoria e dinheiro na sociedade capitalista possibilita a continuidade da acumulação originária e favorece a concentração de riqueza nas mãos dos detentores do capital. O juro, por sua vez, constitui o preço pago pelo uso do dinheiro, sendo o mecanismo por meio do qual banqueiros e financistas cedem recursos financeiros ao Estado e a outros capitalistas.

❖ **Exército de reserva de trabalhadores ou exército industrial de reserva** – refere-se ao conjunto de trabalhadores desempregados ou subempregados em decorrência da dinâmica técnica, acumuladora e concentradora do capital. Essa população trabalhadora permanece disponível para ser incorporada ao processo produtivo conforme as necessidades do capital, ao mesmo tempo em que exerce pressão sobre os trabalhadores empregados, intensificando a concorrência entre eles. Dessa forma, o

exército industrial de reserva contribui para conter reivindicações por aumento salarial e por melhores condições de trabalho e de vida.

❖ **Falsa consciência** - refere-se à ideia de que os indivíduos não percebem plenamente as reais condições de vida e os mecanismos de exploração e dominação que os afetam. Na falsa consciência, os membros da classe trabalhadora constroem representações mentais das relações sociais que ocultam ou obscurecem aspectos como subordinação, exploração e dominação presentes nessas relações. Esse conceito está diretamente relacionado às noções de ideologia e fetichismo, uma vez que contribui para a naturalização das desigualdades sociais.

❖ **Fetichismo da mercadoria** - ocorre quando as mercadorias passam a ser percebidas como possuidoras de valor e poder próprios, ocultando as relações sociais de trabalho e produção que as originaram. Na obra *O Capital*, Karl Marx desenvolve esse conceito como crítica ao modo de produção capitalista, no qual tudo tende a se transformar em mercadoria e as relações humanas passam a ser mediadas por coisas. Nesse processo, ocorre uma separação entre o trabalhador e os meios de produção, e o valor das pessoas passa a ser associado ao possuir em detrimento do ser. Ao tratar do fetichismo, Marx aponta que esse fenômeno aliena o sujeito e coisifica as relações sociais, reduzindo o ser humano à condição de mercadoria e fazendo com que os produtos do trabalho aparentem dominar seus próprios criadores. Na sociedade capitalista, o fetichismo influencia a percepção de mundo, as relações sociais e o valor atribuído às coisas. O dinheiro aparece como a forma mais fetichizada da mercadoria, pois mascara as relações sociais de produção e parece possuir valor em si mesmo, quando, na realidade, representa trabalho social acumulado.

❖ **Formação econômica e social** - o conceito de formação econômica e social permite compreender tanto o que há de específico em cada sociedade quanto os elementos gerais que elas compartilham, articulando o particular e o universal do capitalismo, bem como a relação entre lógica e história. Marx concebe a sociedade como constituída por uma formação econômica e social composta pela coexistência de diferentes modos de produção, sendo que um deles se torna dominante e passa a caracterizar determinada formação social histórica. Todo modo de produção estrutura-se a partir de duas classes sociais fundamentais: de um lado, a classe que detém os meios de produção (grandes propriedades de terra, máquinas, equipamentos, instalações e dinheiro); de outro, a classe que possui apenas sua força de trabalho. Nesse processo, a

classe dominante apropria-se do trabalho excedente produzido pelos trabalhadores. Em sociedades subordinadas ao modo de produção capitalista (MPC), podem coexistir modos de produção já superados historicamente pela revolução burguesa, bem como formas produtivas que se apresentam como alternativas e que tendem a superar o próprio capitalismo. Entre os modos de produção historicamente superados pelo MPC destacam-se o modo de produção escravista (MPE) e o modo de produção servil ou feudal (MPF). No MPE, as classes fundamentais são os senhores escravistas, grandes proprietários de terra, e os trabalhadores submetidos ao trabalho escravo. No MPF, as classes fundamentais são os proprietários ou posseiros de terra, vinculados à aristocracia feudal, e os trabalhadores submetidos ao trabalho servil. Por outro lado, existem formas produtivas que podem constituir alternativas ao MPC, como o modo de produção camponês (MPCa) e o modo de produção cooperativista (MPCo). No modo de produção camponês (Marx, 2013, p. 964), os produtores são, simultaneamente, proprietários dos meios de produção e trabalhadores, organizados, em geral, em unidades familiares, nas quais o trabalho e a apropriação dos produtos tendem a assumir caráter coletivo. Já no modo de produção cooperativista (Marx, 2013, p. 493–495), os trabalhadores associam-se e tornam-se também proprietários dos meios de produção, organizando a produção de forma coletiva.

❖ **Força de trabalho** – refere-se ao conjunto de aptidões, habilidades e capacidades físicas e mentais que um indivíduo possui para realizar determinada atividade produtiva. Em qualquer sociedade, os indivíduos desenvolvem capacidades de trabalho por meio das quais garantem sua sobrevivência. A aplicação da força de trabalho corresponde à colocação dessas capacidades em ação no processo produtivo, o que implica dispêndio de energia física e mental por parte do trabalhador. Para Marx, o trabalho em atividade envolve o uso do corpo humano (cérebro, nervos e músculos) , cuja ação movimenta os meios de produção e resulta na produção de mercadorias.

❖ **Forças produtivas** – correspondem à articulação entre o trabalho humano e os meios e instrumentos utilizados na produção de riquezas. Para Marx, as forças produtivas são fundamentais para a compreensão da dinâmica histórica e do funcionamento dos diferentes modos de produção, incluindo o capitalismo. O desenvolvimento das forças produtivas impulsiona transformações sociais e cria condições para a superação de modos de produção baseados na exploração de classe.

❖ **Governo do proletariado** – refere-se ao período de transição entre o capitalismo e o comunismo, no qual o poder político é exercido pela classe trabalhadora. Nesse processo, o proletariado conquista o poder estatal e o utiliza em função dos interesses da classe trabalhadora e da transformação das relações sociais existentes.

Não se trata apenas da presença de trabalhadores em cargos de governo, mas da existência de condições materiais e políticas que permitam a organização do poder conforme os interesses de quem trabalha. Nesse sentido, o socialismo é compreendido como a forma histórica de governo dos trabalhadores orientada para a construção do comunismo.

❖ **Hegemonia** – refere-se à direção ou liderança exercida por um grupo social sobre outros. A hegemonia se efetiva quando um grupo ou conjunto de forças políticas consegue estabelecer predominância nas definições e implementações das políticas de Estado em determinado contexto histórico. No pensamento marxista, especialmente em Gramsci, a hegemonia ocorre por meio de processos políticos, culturais e ideológicos, nos quais os valores e interesses de um grupo social tornam-se generalizados e aceitos como universais. Nesse processo, a relação entre estrutura e superestrutura é fundamental, pois a classe dominante exerce influência por meio das instituições, da cultura, das leis e dos aparelhos ideológicos, moldando crenças e visões de mundo. Na sociedade capitalista, essa hegemonia é exercida, predominantemente, pela burguesia sobre a classe trabalhadora.

❖ **Ideologia** - consiste em um conjunto de ideias, crenças e valores que orientam a visão de mundo de indivíduos ou grupos sociais, influenciando suas ações e práticas sociais. O termo foi utilizado pelo filósofo francês Antoine Destutt de Tracy, em 1801, para designar a “ciência das ideias”, entendida como o estudo da formação e da construção das ideias humanas a partir da relação do homem com o meio em que vive. Karl Marx, entretanto, desenvolveu uma análise crítica do conceito, compreendendo a ideologia como um conjunto de representações que podem ocultar as reais condições sociais, econômicas e históricas, contribuindo para a manutenção das relações de dominação de classe. Nesse sentido, a ideologia pode atuar como instrumento de legitimação do poder da classe dominante. Um exemplo recorrente é a afirmação de que “todos são iguais perante a lei”, pois, embora a igualdade jurídica esteja prevista nas normas legais, as desigualdades sociais concretas dificultam o acesso efetivo de muitos indivíduos aos seus direitos.

- ❖ **Infraestrutura** - refere-se à base econômica da sociedade, constituída pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Para Marx, a infraestrutura é fundamental para a compreensão do desenvolvimento social e econômico, pois nela se organizam a produção da riqueza, a propriedade dos meios de produção e as relações materiais que condicionam, em grande medida, as formas políticas, jurídicas e ideológicas da sociedade.
- ❖ **Lumpemproletariado** – corresponde a uma camada social marginalizada, pouco integrada ao processo produtivo capitalista. O termo deriva do alemão *Lumpenproletariat*, formado por *Lumpen* (trapo, farrapo) e *Proletariat* (proletariado), sendo também associado às noções de subproletariado ou população marginal. Trata-se de grupos sociais marcados pela instabilidade econômica, desemprego crônico ou inserção precária no trabalho, que, segundo Marx, tendem a apresentar baixo nível de organização política e reduzida consciência de classe.
- ❖ **Lutas de classe** - refere-se ao conflito entre grupos sociais com interesses econômicos opostos no interior de uma determinada sociedade. Para Marx, é por meio das lutas de classes que as classes sociais se constituem historicamente, desenvolvendo consciência e interesses comuns entre os indivíduos que delas fazem parte. Esse conceito é fundamental para a compreensão das mudanças sociais ao longo da história, uma vez que as principais transformações estruturais decorrem desses conflitos. No modo de produção capitalista, a luta de classes manifesta-se principalmente na oposição entre duas classes antagônicas: a burguesia, detentora dos meios de produção, e o proletariado, que possui apenas sua força de trabalho.
- ❖ **Mais-Valia ou Mais-Valor** – o valor de uma mercadoria é constituído pelos elementos necessários à sua produção, isto é, pelos meios de produção (dinheiro, máquinas, equipamentos, matérias-primas e materiais auxiliares) e pela força de trabalho empregada. No modo de produção capitalista, os proprietários dos meios de produção contratam a força de trabalho por determinado tempo e remuneram o trabalhador por meio do salário. Durante parte da jornada de trabalho, o trabalhador produz o valor equivalente à sua própria reprodução, ou seja, ao valor necessário para sua sobrevivência; essa parte é denominada por Marx de trabalho necessário. Entretanto, a jornada de trabalho excede esse tempo. A parcela da jornada que ultrapassa o trabalho necessário é denominada trabalho excedente, período em que o trabalhador produz valor além daquele correspondente ao seu salário. Esse valor adicional é o que Marx conceitua como mais-valia ou mais-valor. A mais-valia não se confunde com o lucro, mas corresponde ao

trabalho não pago apropriado pelo capitalista. É a partir dela que se originam diferentes formas de rendimento no capitalismo, como o lucro empresarial, os juros destinados ao capital financeiro e a renda da terra apropriada pelos proprietários fundiários. Ao vender sua força de trabalho, o trabalhador transfere ao capitalista o direito de utilizá-la no processo produtivo conforme as necessidades da produção. A força de trabalho constitui uma mercadoria particular na sociedade capitalista, pois possui a capacidade de não apenas repor o valor gasto em sua própria compra, mas também de criar novo valor. O valor produzido excedente é apropriado pelo capitalista e acumulado sob a forma de capital. Assim, quanto maior a duração da jornada de trabalho ou a intensidade do trabalho, maior tende a ser o tempo disponível para a produção de mais-valia.

❖ **Mais-valia relativa (Mais-valor relativo)** – refere-se ao aumento da mais-valia obtido por meio da elevação da produtividade do trabalho, sem alteração proporcional da jornada de trabalho ou do salário. Para Marx, a mais-valia relativa surge quando o desenvolvimento tecnológico, a reorganização do processo produtivo e a intensificação do trabalho permitem que o trabalhador produza mais mercadorias em menos tempo. Dessa forma, reduz-se o tempo de trabalho necessário à reprodução do salário, ampliando-se o tempo de trabalho excedente apropriado pelo capitalista, ainda que a jornada total permaneça formalmente a mesma.

❖ **Mais-valia absoluta (Mais-valor absoluto)** – corresponde ao aumento da mais-valia obtido pela ampliação da jornada de trabalho ou pela intensificação do ritmo de trabalho, sem aumento proporcional do salário. Nesse caso, o capitalista prolonga o tempo de trabalho excedente, fazendo com que o trabalhador produza mais valor do que aquele recebido em forma de remuneração. A diferença entre o valor produzido e o salário pago é apropriada pelo capitalista como mais-valia.

❖ **Materialismo histórico dialético** - constitui o método de análise desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels para compreender as sociedades e suas transformações ao longo da história a partir das condições materiais de produção e da luta de classes. Segundo essa perspectiva, a existência social dos indivíduos e suas formas de organização dependem das condições materiais disponíveis em cada período histórico, isto é, das formas pelas quais os seres humanos produzem sua própria existência. Assim, os modos de produção e as relações sociais estabelecidas no processo produtivo influenciam as formas políticas, jurídicas e ideológicas da sociedade. Marx parte da análise do concreto histórico, compreendendo o indivíduo como produto das condições sociais em que vive,

mas também como agente capaz de transformá-las por meio de sua ação prática. O método dialético permite compreender a sociedade como um processo histórico marcado por contradições e transformações. Nesse sentido, Marx dialoga criticamente com Hegel, de quem retoma a noção de movimento dialético, porém invertendo seu caráter idealista ao situar a realidade material como fundamento das ideias; com Feuerbach, ao incorporar a crítica ao idealismo e enfatizar o caráter material da existência humana; e com os economistas clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, cujas análises sobre o valor-trabalho foram reelaboradas criticamente em sua teoria. A partir desse método, Marx analisa historicamente diferentes formas de organização social, como as sociedades comunitárias primitivas, as sociedades escravistas, o feudalismo e o capitalismo, compreendendo-as como formas históricas específicas de organização da produção e das relações sociais, marcadas por conflitos e transformações estruturais.

❖ **Mercadoria** – no modo de produção capitalista, a produção é realizada predominantemente para o mercado. Dessa forma, o resultado do trabalho assume a forma de mercadoria, isto é, algo produzido para ser vendido. Para Marx, a mercadoria possui um duplo caráter: valor de uso e valor de troca. O valor de uso refere-se à utilidade do bem para satisfazer necessidades humanas, enquanto o valor de troca expressa a relação quantitativa pela qual uma mercadoria pode ser trocada por outra no mercado. Em formas produtivas anteriores, nas quais a produção destinava-se principalmente ao consumo direto do produtor, predominava o valor de uso. No circuito M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria), o objetivo da troca é a obtenção de outra mercadoria para consumo. No capitalismo, predomina o circuito D-M-D' (dinheiro-mercadoria-dinheiro acrescido), no qual o dinheiro é investido para gerar mais dinheiro por meio da exploração da força de trabalho e da produção de mais-valia. Nesse processo, o capitalista passa a controlar o processo produtivo, e as relações sociais passam a ser mediadas pelas mercadorias, contribuindo para a reificação das relações humanas.

❖ **Proletariado** – refere-se ao conjunto de trabalhadores que não possuem meios de produção e, portanto, dependem da venda de sua força de trabalho em troca de salário para garantir sua sobrevivência. O termo tem origem na Roma Antiga, onde designava os indivíduos sem propriedades, cuja única riqueza eram seus filhos (*proles*). Marx ressignifica o conceito para designar a classe trabalhadora do capitalismo, caracterizada pela condição de assalariamento e pela posição estrutural de oposição à burguesia. Para

Marx, o proletariado, ao desenvolver consciência de classe, pode constituir-se como sujeito histórico de transformação social.

❖ **Relações sociais de produção** – referem-se às formas pelas quais os indivíduos se organizam socialmente no processo de produção, especialmente às relações estabelecidas entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores que possuem apenas sua força de trabalho. Essas relações estão vinculadas à divisão social do trabalho e às formas históricas de organização da produção em cada sociedade. Para Marx, as relações sociais de produção estruturam as desigualdades sociais e assumem maior intensidade no capitalismo, marcado pela oposição entre classes sociais antagônicas e pela ampliação das desigualdades decorrentes da apropriação privada do trabalho social.

❖ **Revolução** – refere-se a uma transformação profunda das estruturas econômicas, sociais e políticas de uma sociedade. Na perspectiva marxista, a revolução ocorre quando as contradições sociais, expressas na luta de classes — considerada o motor da história — atingem um grau elevado de tensão. No capitalismo, a revolução está associada à ação do proletariado que, ao desenvolver consciência de classe e organização política, torna-se capaz de transformar as relações sociais existentes e buscar sua emancipação.

❖ **Socialismo** – refere-se a um sistema político, social e econômico caracterizado pela propriedade social dos meios de produção, pela busca da igualdade social e pela distribuição mais equitativa dos recursos socialmente produzidos. Historicamente, o socialismo surge no contexto do movimento operário do século XIX, como crítica às desigualdades geradas pelo capitalismo e como projeto de sua superação. Em Marx e Engels, o socialismo é compreendido como um período histórico de transição entre o capitalismo e o comunismo, resultante das lutas de classes e da revolução proletária, no qual a classe trabalhadora assume o poder político e reorganiza as relações de produção.

❖ **Superestrutura** - refere-se ao conjunto de instituições políticas, jurídicas, religiosas, culturais e ideológicas existentes em uma sociedade. Para Marx, a superestrutura está relacionada à base econômica (infraestrutura), sendo influenciada pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Nesse sentido, a superestrutura contribui para legitimar e reproduzir as relações sociais existentes, frequentemente favorecendo a manutenção da dominação da classe dominante.

❖ **Tempo de trabalho excedente** – corresponde ao período da jornada de trabalho em que o trabalhador produz valor além daquele necessário para a reprodução de sua

força de trabalho. Para Marx, esse é o tempo em que o trabalho não é remunerado diretamente, sendo apropriado pelo capitalista sob a forma de mais-valia.

❖ **Tempo de trabalho necessário** – refere-se à parte da jornada de trabalho em que o trabalhador produz o valor equivalente ao seu salário, isto é, o valor necessário para a reprodução de sua força de trabalho em termos materiais, sociais e culturais. Trata-se, portanto, do tempo necessário à manutenção e reprodução do trabalhador.

❖ **Trabalho alienado** - ocorre quando o trabalhador não se reconhece no produto de seu trabalho nem possui controle sobre o processo produtivo. Na teoria da alienação desenvolvida por Karl Marx, essa condição resulta da divisão social do trabalho e da separação entre o trabalhador e os meios de produção, fazendo com que o produto do trabalho e sua distribuição sejam determinados pelos proprietários dos meios de produção. A alienação pode manifestar-se em diferentes modos de produção, como o escravista, o servil ou o assalariado, assumindo formas específicas conforme as relações sociais estabelecidas em cada contexto histórico.

❖ **Trabalho** - Refere-se à atividade física e intelectual realizada pelo ser humano em sua relação com a natureza, com o objetivo de criar, transformar ou produzir algo útil à vida, sendo remunerada ou não. No pensamento de Karl Marx, o trabalho constitui a atividade essencial e definidora do ser humano, distinguindo-o dos demais animais. Enquanto os animais realizam suas atividades de forma instintiva, o ser humano projeta mentalmente aquilo que pretende produzir antes de sua realização material, atuando de forma consciente e racional sobre a natureza. Na perspectiva marxista, o trabalho consiste na transformação da matéria natural por meio da ação humana, utilizando ferramentas, conhecimentos e técnicas para produzir valores de uso, independentemente de estarem ou não associados a valores monetários. Nesse processo, o ser humano apropria-se da natureza para satisfazer suas necessidades, transformando simultaneamente o meio em que vive, as relações sociais e a si próprio. Assim, o trabalho possui caráter social e constitui elemento fundamental da formação e transformação da vida humana em sociedade. Com o surgimento da propriedade privada e da divisão social do trabalho, o trabalhador passa a perder o controle sobre o processo produtivo, realizando apenas uma etapa da produção. Essa separação entre o trabalhador, o produto e o processo de trabalho dão origem à exploração do trabalho e ao fenômeno da alienação, no qual o indivíduo deixa de se reconhecer no resultado de sua própria atividade. Nesse contexto, o trabalho deixa de constituir plenamente um meio de realização humana e passa a

contribuir para a precarização das condições de existência do trabalhador, tornando-o mais vulnerável dentro das relações sociais capitalistas.

❖ **Transição para uma nova sociedade:** é a busca pela superação da sociedade dominada pelo Modo de Produção Capitalista (MPC), que emerge dos projetos socioeconômicos das classes e frações sociais exploradas pelos proprietários dos meios de produção. O antagonismo de interesses entre capitalistas e trabalhadores leva os trabalhadores a desenvolver formas de organização e ação coletiva voltadas à solução de problemas sociais comuns. Nas sociedades estruturadas em classes sociais antagônicas, os governos tendem a expressar os interesses da classe dominante, formulando e implementando políticas que orientam o conjunto da sociedade.

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels apresentam o governo do proletariado em contraposição ao governo da burguesia, compreendendo-o como um período de transição no qual a classe trabalhadora assume o poder político. Nesse processo, o governo dos trabalhadores tende a implementar transformações nas estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais, o que pode gerar resistência por parte dos setores burgueses afetados por tais mudanças. Em razão desses interesses antagônicos, os conflitos sociais persistem durante o período de transição, exigindo a consolidação de medidas voltadas à reorganização das relações sociais e produtivas.

A superação do MPC, nessa perspectiva, estaria associada à construção do modo de produção comunista, entendido como uma forma de organização social na qual os meios de produção deixam de ser propriedade privada e passam a ser socialmente compartilhados, eliminando a divisão entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. Logo a seguir, aparecem os termos que compõem o produto técnico (dicionário com verbete da teoria marxista), o qual tem como objetivo apresentar, de forma clara, sintética e conceitualmente fundamentada, os principais termos relacionados à teoria social marxista e à análise dos modos de produção. A proposta consiste em oferecer ao leitor um instrumento de consulta rápida que auxilie na compreensão dos conceitos centrais, utilizados ao longo do texto principal, contribuindo para a leitura crítica e para o aprofundamento teórico. Os verbetes foram elaborados em linguagem objetiva, buscando preservar o rigor conceitual sem perder a acessibilidade, possibilitando que estudantes e leitores interessados compreendam as categorias fundamentais necessárias à análise das relações sociais, econômicas e históricas no capitalismo e em suas possibilidades de superação.

3 GLOSSÁRIO RESUMIDO

- ✚ **A formação econômica-social** – refere-se à forma histórica concreta pela qual os modos de produção se organizam em determinada sociedade, caracterizada pela presença de um modo de produção dominante que estrutura as relações econômicas, sociais e políticas.
- ✚ **Acumulação primitiva** - processo histórico que antecede a consolidação do capitalismo, marcado por transformações econômicas, sociais e políticas que promoveram a concentração de terras, riquezas e meios de produção nas mãos de uma classe social restrita, criando as condições para o surgimento do trabalho assalariado.
- ✚ **Alienação** – processo pelo qual o trabalhador se torna separado do produto de seu trabalho, do processo produtivo, de sua própria atividade humana e das relações sociais, perdendo o controle sobre aquilo que produz.
- ✚ **Burguesia** – classe social composta pelos proprietários dos meios de produção, responsáveis pela organização da produção no modo de produção capitalista e pela apropriação do lucro gerado pelo trabalho assalariado.
- ✚ **Capital financeiro** – são os recursos monetário que um ou um grupo de indivíduos dispõem para investimentos e operações de uma empresa ou indivíduo em ações de empresas privadas, estatais ou de recursos públicos disponibilizados em títulos.
- ✚ **Capitalismo** – conjunto de recursos monetários destinados a investimentos e operações econômicas, envolvendo a aplicação de capitais em empresas, ações, títulos públicos e outras formas de valorização do capital.
- ✚ **Classes sociais** – agrupamentos de indivíduos que compartilham as mesmas condições de vida.
- ✚ **Comunismo** – organização social que torna tudo pertencente a todos, sem distinção de crenças, raças, classes.
- ✚ **Consciência de classe** – ocorre quando o indivíduo (ou um grupo de indivíduos) toma conhecimento de suas condições sociais, econômicas e culturais de vida, luta por seus direitos e combate a opressão.
- ✚ **Contradição** - refere-se à relação entre elementos constitutivos de uma sociedade que se encontram em oposição entre si. As contradições produzem tensões internas, como ocorre, por exemplo, entre os proprietários da força de trabalho e os proprietários dos meios de produção, tornando-se mais agudas no modo de produção capitalista.
- ✚ **Dialética** – técnica de argumentar e buscar a verdade, com base no raciocínio lógico relacionando ideias e as realidades sociais e históricas.
- ✚ **Dinheiro** – é uma mercadoria que exerce três grandes funções na sociedade do capital: a) equivalente geral; b) meio de pagamento; e, c) reserva de valor.
- ✚ **Exército de reserva de trabalhadores ou exército industrial de reserva** – refere-se ao conjunto de trabalhadores desempregados ou subempregados que, em razão da dinâmica de acumulação e das transformações produtivas do capital, permanecem disponíveis para o mercado de trabalho, contribuindo para a manutenção de baixos salários e para a intensificação da exploração da força de trabalho no capitalismo.
- ✚ **Falsa Consciência** – distorção da realidade existente, fazendo com que as contradições de interesses não sejam percebidas claramente.
- ✚ **Fetichismo da mercadoria** – separa o homem do meio de produção, fazendo que as mercadorias sejam vistas sem que a sua origem produtiva esteja apresentada de maneira precisa.
- ✚ **Forças produtivas** – união do trabalho humano com os instrumentos utilizados na produção.

- ✚ **Força de trabalho** – aptidões, habilidades físicas e mentais do indivíduo para realizar determinada tarefa produtiva.
- ✚ **Governo do proletariado** – governo de transição da sociedade capitalista para a sociedade socialista, até chega à sociedade comunista.
- ✚ **Hegemonia** – superioridade de um grupo sobre outro, numa conjuntura específica de controle sobre a sociedade.
- ✚ **Ideologia** – conjunto de ideias, crenças e valores que orientam a visão de mundo de um grupo ou indivíduo.
- ✚ **Infraestrutura** – conjunto de elementos que constituem nas bases de produção de uma sociedade: dinheiro, forças produtivas, relações de produção, etc.
- ✚ **Superestrutura** – conjunto de instituições políticas, crenças, valores culturais, etc., que influenciam na gestão e na dominação social.
- ✚ **Lutas de classes** – conflitos entre grupos sociais, que se tonam classes sociais na defesa dos interesses próprios de cada uma destas frações sociais.
- ✚ **Lumpemproletariado** – é uma camada marginalizada e não está ligada a produção capitalista, estão com dificuldades sérias de obtenção de emprego de suas forças de trabalho.
- ✚ **Mais-Valia ou Mais-Valor** - é a parte do produto da força de trabalho, que é apropriada de forma gratuita pelo capitalista.
- ✚ **Mais-valia relativa** – é o valor a mais do que o necessário à sobrevivência do trabalhador, que o capitalista extorque dos trabalhadores, com a aplicação de formas de intensificação do exercício do trabalho, fazendo com que o trabalho necessário seja obtido com menor duração de tempo de trabalho.
- ✚ **Mais-valia absoluta** – é o valor a mais do que o necessário à sobrevivência do trabalhador, que o capitalista extorque dos trabalhadores com o aumento da jornada de trabalho, fazendo com que o trabalho excedente seja obtido com maior duração de tempo de trabalho.
- ✚ **Materialismo histórico dialético** – teoria social criada por Karl Marx para analisar as sociedades com os seus antagonismos e as mudanças sociais.
- ✚ **Mercadoria** – é o produto do trabalho, que é destinado ao mercado e assume, prioritariamente, a forma de valor de troca.
- ✚ **Proletariado** – indivíduos que são obrigados a vender a sua força de trabalho para sobreviver, pelo fato de não possuírem meios de produção.
- ✚ **Revolução** – mudança radical nas estruturas sociais e econômicas da sociedade.
- ✚ **Relações sociais de produção** – são as formas como estão estabelecidas as relações entre os proprietários da força de trabalho e os proprietários dos meios de produção.
- ✚ **Socialismo** – sistema político, social e econômico, que implementa formas de transição da sociedade capitalista para a sociedade comunista.
- ✚ **Tempo de trabalho excedente** – é exercido no período da jornada de trabalho, excedendo o tempo de trabalho correspondente ao salário.
- ✚ **Tempo de trabalho necessário** – é o período da jornada de trabalho, que corresponde ao salário pago pelo capitalista paga ao trabalhador, pelo emprego produtivo da força de trabalho.
- ✚ **Trabalho alienado** – é o trabalho que o operário realiza sob o comando de algum proprietário de meios de produção: um trabalho sob o comando alheio (de outra pessoa).
- ✚ **Trabalho** - qualquer atividade física e intelectual realizada pelo homem, com finalidade produtiva de bens.

✚ **Transição para uma nova sociedade** – processo histórico de mudança de um modo de produção para outro, decorrente das contradições sociais, econômicas e políticas existentes em determinada sociedade. No pensamento marxista, essa transição está associada à superação do modo de produção capitalista e à construção de uma sociedade socialista, considerada uma etapa histórica de transformação que, em perspectiva teórica, poderia conduzir ao modo de produção comunista.

4 SUGESTÕES DE FILMES SOBRE A TEMÁTICA

Filme: Tempos modernos (1936) – filme de comédia dirigido e protagonizado por Charlie Chaplin, que retrata o contexto da Grande Depressão (crise de 1929) nos Estados Unidos da América. A longa-metragem apresenta uma crítica ao modo de produção taylorista-fordista, baseado na divisão social do trabalho, ao abordar a rotina exaustiva da classe trabalhadora em uma fábrica, marcada pela realização de tarefas repetitivas e pela perda de contato com o produto final e com a própria humanidade do trabalhador. Disponível no Prime Vídeo, Globoplay e YouTube.

Filme: A fuga das galinhas (2000) – filme clássico de animação em stop-motion, dirigido por Peter Lord e Nick Park, que conta a história de um grupo de galinhas que vive em uma granja em Yorkshire, na Inglaterra, e sofre opressão por parte de seus proprietários, Sr. e Sra. Tweedy. As galinhas vivem presas e são obrigadas a trocar sua força de trabalho (produção de ovos) pela própria sobrevivência. Quando os ovos deixam de ser rentáveis, os donos decidem mudar o negócio para a produção de tortas de frango, o que leva o grupo ao desespero. Sob a liderança da destemida Ginger, e incentivadas pela chegada do galo Rocky, as galinhas iniciam um plano de fuga. Disponível no Prime Vídeo e Globoplay.

Filme: A vida de insetos (1998) – filme que retrata a história de Flick, uma formiga desajustada e cheia de ideias, que acidentalmente destrói a comida que sua colônia deveria entregar a um bando de gafanhotos, liderado por Hopper, como forma de tributo. A colônia vive sob exploração, sendo responsável pela produção, enquanto os gafanhotos se apropriam do trabalho alheio por meio da força e da ameaça. Diante dessa situação, para salvar a colônia, Flick parte em busca de insetos guerreiros, mas acaba recrutando um grupo de insetos de circo que, juntos, lutam pela libertação da colônia. Disponível no Prime Vídeo e YouTube.

Filme: O jovem Marx (2017) – sob a direção de Raoul Peck, o filme retrata o período entre 1842 e 1848, momento em que Karl Marx conhece Friedrich Engels e inicia com ele uma parceria intelectual e uma amizade duradoura. A obra enfatiza também as relações dos dois com suas companheiras - Jenny von Westphalen e Mary Burns, evidenciando o importante papel que essas mulheres desempenharam em suas trajetórias. O cenário destaca a Europa industrial do século XIX, marcada pela exploração da classe trabalhadora e pela efervescência de novas ideias revolucionárias, apresentando as

origens do pensamento marxista, o papel da luta de classes, a crítica ao capitalismo industrial nascente e a colaboração intelectual entre Marx e Engels. Disponível no Prime Vídeo e YouTube.

5 SUGESTÕES DE LEITURAS PARA AMPLIAR O CONHECIMENTO

GRESPLAN, Jorge. **Marx: uma introdução**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

MAIER, Corinne; SIMON, Anne. **Marx: uma biografia em quadrinhos**. Trad. Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo, Barricada, 2018.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MELLO, Alex Fiúza de. **Modo de produção mundial e processo civilizatório**: os horizontes históricos do capitalismo em Marx. Belém: Paka-Tatu, 2001.

PANZERA, Marcos. **Socialismo**: a sociedade do futuro. 1 ed. Belém: Paka-Tatu, 2017.

6 CONCLUSÃO

O pensamento de Karl Marx influenciou diversos pensadores a desenvolver teorias para compreender aspectos centrais do mundo contemporâneo, como a dinâmica do capital, a exploração do trabalho e a busca incessante por lucro, que gera crises econômicas e desigualdades sociais, além de possibilitar uma melhor compreensão do capitalismo globalizado.

A globalização e a expansão do capitalismo em nível mundial confirmam muitas das previsões de Marx sobre a tendência do capital de romper fronteiras, em busca de novos mercados e novas fontes de lucro. Com essa expansão, a sociedade perpetua a desigualdade e contribui para a deterioração do meio ambiente, que se apresentam como alguns dos maiores desafios atuais.

O dicionário, de categoria marxista, permitirá aos jovens do Ensino Médio compreender a crítica de Marx à alienação do trabalhador no sistema capitalista, que o separa do produto do seu trabalho, do processo produtivo, de seus semelhantes e de sua própria natureza humana. Essa crítica encontra paralelos nas formas contemporâneas de trabalho flexível, precarizado e mediado por tecnologias digitais, que aumentam ainda mais a alienação do sujeito contemporâneo.

Portanto, o dicionário constitui um convite para que os jovens conheçam os conceitos de Marx e comecem a questionar as estruturas de poder, as ideologias dominantes e as relações sociais estabelecidas na sociedade, que perpetuam a exploração e a desigualdade social. Assim, essa ferramenta pedagógica contribui para a formação crítica dos estudantes, promovendo maior compreensão dos diferentes segmentos da sociedade e estimulando a construção de um mundo mais justo e inclusivo.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, C. **Professores na obra O capital**: fundamentos da concepção dialética da educação. Maringá: Viseu, 2024a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

PARÁ. **Documento Curricular do Estado do Pará** – Etapa Ensino Médio: Volume II. Belém: SEDUC-PA, 2021.

ENGELS, F. “Origem da família, da propriedade privada e do Estado”. In. Marx & Engels. **Obras escolhidas em três tomos**. Tomo III. Lisboa: Avante, 1985, p. 213-377.

MARX, K. *Grundrisse*. **Manuscritos econômicos de 1857-1858**: esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. O Capital. Crítica da Economia Política. **Livro I. O processo de produção do capital**. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2023.

_____. O Capital. Crítica da Economia Política. **Livro II. O processo de circulação do capital**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. O Capital. Crítica da Economia Política. **Livro III. O processo global da produção capitalista**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, J. P. e BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo SP: Cortez, 2006.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo SP: Expressão popular, 2011.